

# Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa  
2009

# Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Ana Paula Sampaio Caldeira



*A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*

2009

*Talvez a velhice e o medo me enganem,  
mas suspeito que a espécie humana – a única –  
está em vias de extinção e que a Biblioteca perdurará:  
iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel,  
armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.*

(BORGES, Jorge Luis. A Biblioteca de Babel.  
In: *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 78).

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>5</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1: “Um trabalhador infatigável” – A memória de Ramiz Galvão .....</b>	<b>10</b>
Introdução .....	10
A memória construída de Ramiz Galvão: um pouco de sua trajetória a partir do olhar de Viriato Correia e Capistrano de Abreu.....	12
‘Uma alma de raízes republicanas’ ou ‘o bibliotecário perfeito’: uma análise de dois trabalhos recentes sobre Ramiz Galvão .....	26
<b>Capítulo 2: Viver em meio a livros. O Trabalho de Ramiz Galvão na direção da Biblioteca Nacional .....</b>	<b>35</b>
Introdução .....	35
Tempos de mudança.....	37
Um público para a biblioteca .....	54
<b>Capítulo 3: Uma biblioteca guardiã da memória nacional .....</b>	<b>66</b>
Introdução .....	66
A “ressurreição” da memória pátria pelos Anais da Biblioteca Nacional.....	73
Ressurgir o passado: a Exposição de 1881 e seu catálogo .....	85
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>100</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>103</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>107</b>

## Agradecimentos

Todo trabalho, acadêmico ou não, acaba sendo, de alguma forma, coletivo. Não se trata, evidentemente, de dividir a responsabilidade sobre o produto final, que é totalmente minha, mas de, ao término desta monografia, agradecer a algumas pessoas que contribuíram de diversas maneiras para que este trabalho fosse possível ou mesmo para que ganhasse a sua forma acabada.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos funcionários do Arquivo Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Sempre muito solícitos, foram fundamentais para que eu descobrisse informações valiosas sobre o meu objeto e para que este trabalho se realizasse.

Gostaria de agradecer também aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Tive a sorte de, ao longo da pesquisa, contar com a competente ajuda de pessoas que conheciam profundamente o acervo da instituição e que estavam dispostas a socializar este conhecimento. Trazendo pesados e empoeirados volumes para que eu consultasse, tirando minhas dúvidas a respeito da organização da documentação, ou mesmo me ajudando a desvendar os misteriosos caminhos das bases de dados da biblioteca, a contribuição desses funcionários foi essencial. Gostaria de agradecer, sobretudo, a Vera e Alberth, ambos do setor de Manuscritos, e a Mônica e Deividy, do setor de Iconografia (estes dois últimos, velhos conhecidos do tempo em que eu me debruçava sobre a Coleção Barbosa Machado). Agradeço também a Eliane Perez pela solicitude e presteza, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Alguns amigos sempre contribuem com nossos projetos pelo simples fato de estarem ao nosso lado, observando e incentivando a nossa caminhada. Há uma década tenho a honra de contar com a companhia de algumas pessoas especiais, como Marcos, Adriano, Sérgio, Aline, Amália, Ilton, Ricardo, Beto, Léo, Valéria e Rafael, velhas amizades dos tempos de graduação. E por falar em amigos antigos, não posso esquecer de Erika Muce Cuneo, presença de muitos e muitos anos.

Gostaria também de agradecer a Manoel Salgado Guimarães (*in memoriam*). Suas aulas e sua postura como professor certamente marcaram todos os seus alunos, entre os quais me incluo. Posso dizer com muita certeza que ele continuará sempre vivo em nossa memória e em nossos trabalhos. Andrea Daher também foi uma professora

importante para minha formação. A ela atribuo muitas de minhas escolhas acadêmicas e agradeço o incentivo constante e o acompanhamento atencioso dispensado nos últimos meses.

Agradeço à minha mãe, Elisabeth, que nunca entendeu exatamente porque eu me dedicava a uma pesquisa e principalmente que isto pudesse ser admitido como um trabalho, mas que sempre se sente feliz diante das minhas pequenas conquistas.

Um agradecimento especial vai para Douglas Attila Marcelino. Os motivos são muitos: foi ele que me incentivou a escrever o projeto que deu origem a este trabalho; foi ele que, diante do meu ceticismo, comunicou a sua aprovação; foi ele que, sem reclamar, leu e releu as primeiras versões dos capítulos; foi ele que esteve o tempo todo do meu lado, me mandando estudar, mas também me desconcentrando e me fazendo rir. A ele gostaria não apenas de dedicar este trabalho, mas também de agradecer a felicidade cotidiana dos últimos anos, pela qual ele é o grande responsável.

Por fim, esta monografia não seria possível sem o apoio da Fundação Biblioteca Nacional e do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa.

## Apresentação

Diariamente, dezenas de pessoas visitam o prédio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Após se identificar, a grande maioria se dirige à primeira sala, conhecida por todos como “obras gerais”, localizada logo na entrada da instituição. Consultam os catálogos, fazem o pedido, escolhem uma mesa e começam a sua leitura. Poucos certamente repararam que logo na entrada daquela sala existe uma placa informando ao visitante que a seção de Obras Gerais tem, na verdade, um nome. Ela se chama “sala Ramiz Galvão”. A tabuleta serve como uma homenagem a um jovem e enérgico diretor que esteve à frente da Biblioteca Nacional durante doze anos. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, mais conhecido no meio intelectual de sua época simplesmente pelo seu sobrenome, foi chamado para administrar aquela casa em 1870 e só saiu de lá em 1882, quando foi convocado para ser tutor dos netos de D. Pedro II. Antes, porém, promoveu uma série de mudanças que visavam modernizá-la, tornando-a efetivamente um lugar de pesquisa e investigação.

Este trabalho tem como proposta analisar o funcionamento da Biblioteca Nacional durante o momento em que ela foi administrada por Ramiz Galvão. Como veremos ao longo dos capítulos que compõem esta monografia, praticamente inexistem trabalhos mais sistemáticos sobre este período da história da biblioteca, bem como da trajetória de Ramiz Galvão. Em relação à história da Biblioteca Nacional, um estudo relativamente recente é o livro *Biografia da Biblioteca Nacional*, de Gilberto Vilar de Carvalho. Em seu trabalho, Carvalho propõe estudar a história da biblioteca desde a sua origem, em 1807, quando seu acervo inicial ainda compunha a biblioteca dos reis portugueses, até a década de noventa do século XX, momento em que escreve o seu livro. Trata-se de uma obra importante e que serve como referência a quem se propõe estudar a história daquela instituição. No entanto, justamente por ter um amplo recorte temporal, pouquíssimas páginas do livro são dedicadas ao período da administração de Ramiz Galvão. Na verdade, o estudo trata de forma mais detida do período posterior a 1910, quando, já na República, a biblioteca ganhou uma nova sede, há tempos tão desejada.

No que se refere à Ramiz Galvão, trata-se de um personagem bastante atuante em algumas das principais instituições intelectuais de sua época. Como diretor da Biblioteca Nacional, ele conquistou respeito e admiração de seus pares e a fama de ser

um trabalhador incansável marcou profundamente a sua biografia. Nascido em 1846, na pequena cidade de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Ramiz veio para o Rio de Janeiro no início dos anos 1850, com apenas seis anos de idade. Muito aplicado aos estudos, conseguiu, mais tarde, ser aceito como aluno do Colégio Pedro II, onde obteve o tão cobiçado diploma de bacharel em Letras. Posteriormente, passou também por importantes instituições frequentadas pela intelectualidade da época, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por outro lado, sua biografia ficou bastante marcada pelo trabalho desenvolvido dentro da Biblioteca Nacional. Como administrador, Galvão não apenas reformulou o funcionamento da instituição, mas também, especialmente a partir da publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* e da organização da *Exposição de História do Brasil* e de seu catálogo, ele conseguiu dar à Biblioteca Nacional uma posição de relevo entre os homens de letras de sua época, além de fazer da instituição, um depósito do patrimônio documental e da memória do país. Apesar da trajetória interessante que possui,<sup>1</sup> Ramiz Galvão é uma figura muito pouco estudada e sobre a qual temos apenas alguns trabalhos, marcados, em sua maioria, pelo excessivo caráter elogioso.<sup>2</sup>

Este trabalho, portanto, tem três objetivos principais: primeiramente, estudar as mudanças no funcionamento da Biblioteca Nacional durante o período em que esta instituição foi administrada por Ramiz Galvão. Em seguida, a partir dessas mudanças, avaliar o novo papel que a instituição assumiu no ambiente letrado da Corte durante a década de 1870. Por fim, ele pretende destacar como, naquele momento, a biblioteca passou a se preocupar com a construção de um passado para a nação brasileira, tomando para si a função de salvaguardar os documentos que davam acesso a esse passado.

Para desenvolver esses objetivos, optamos por dividir esta monografia em três capítulos. O primeiro deles trata da trajetória de Ramiz Galvão e analisa de forma mais detida a memória que alguns escritores e intelectuais construíram sobre ele. Nesta parte, foram analisadas duas obras importantes sobre a vida e o trabalho de Galvão, uma escrita por Alfredo Mauricéia Filho e outra, por Edson Nery da Fonseca. Viriato Correia

---

<sup>1</sup> Ramiz Galvão, além de ter atuado na Biblioteca Nacional, no IHGB, no Colégio Pedro II e na ABL, foi também professor da Escola de Medicina, redator da *Gazeta de Notícias*, diretor do Almanaque Garnier, inspetor geral da Instrução Pública e até diretor de um asilo. É interessante observar que ele vivenciou e atuou tanto no período monárquico quanto no período republicano. José Murilo de Carvalho destaca que, embora muito próximo a D. Pedro e a toda família imperial, com o advento da República, Galvão será um dos primeiros a aderir ao novo regime (CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p 236).

<sup>2</sup> Os trabalhos e biografias de Ramiz Galvão serão analisados mais adiante, no capítulo 1.

e Capistrano de Abreu são outros autores cujos depoimentos sobre Ramiz Galvão foram largamente utilizados neste capítulo.

A segunda parte do trabalho trata de forma mais específica das mudanças no funcionamento da Biblioteca Nacional durante a gestão de Ramiz Galvão. Será possível perceber que, naquele momento, a instituição se espelhou em suas congêneres européias para se constituir como uma biblioteca em termos de funcionamento propriamente dito. Mais do que isso, ela se transformou em um lugar de estudos e de recolhimento dos documentos relativos à nossa história. Ainda neste capítulo, discutem-se também as relações que a biblioteca manteve com o Ministério do Império, ao qual estava diretamente subordinada, e busca-se entender por que certas mudanças foram possíveis sob a administração de Galvão.

O terceiro e último capítulo discute como, durante sua gestão, Ramiz Galvão ajudou na transformação da biblioteca em um espaço de investigação e pesquisa para todos aqueles interessados em escrever a história nacional. Aqui, nosso objetivo foi fazer uma análise mais detida sobre a *Exposição de História do Brasil* e a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, dois importantes empreendimentos de sua administração.

Por fim, é importante esclarecer que o período em que a Biblioteca Nacional foi administrada por Ramiz Galvão, bem como as mudanças estabelecidas naquele momento, estão bem documentados nos ofícios e relatórios que o bibliotecário mandava periodicamente ao Ministério do Império e em outros documentos do acervo da Biblioteca Nacional. Serviram ainda como fontes de pesquisa para este trabalho os nove primeiros volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, além de periódicos da época, especialmente o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias* e *O Cruzeiro*. Visando tornar a leitura deste trabalho mais agradável, optamos por atualizar a ortografia nas citações e, em alguns momentos, utilizar abreviações para nos referirmos às seguintes instituições: Biblioteca Nacional (BN), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Academia Brasileira de Letras (ABL).

## Capítulo 1: “Um trabalhador infatigável” - A memória de Ramiz Galvão

*Era o chefe ideal, inteligente, zeloso, incansável.  
Quando chegávamos às 9h já estava trabalhando,  
revendo, classificando os bilhetes do catálogo.  
Capistrano de Abreu<sup>3</sup>*

*Morreu aprumado, alinhado, sólido e limpo.  
Chegou aos 92 anos sem reumatismo,  
sem dentadura postiça, sem barriga e sem careca.  
A Criação deu-lhe tudo: inteligência, atmosfera  
para desenvolvê-la, maneiras delicadas,  
porte fidalgo, estatura.  
Viriato Correia<sup>4</sup>*

*Amei com muito mais rigor os meus pais mortos do que  
aqueles que tive, na vida real, durante catorze anos.  
Para isso servem os mortos: para que nos  
inventemos à medida do nosso desconsolo.  
Inês Pedrosa<sup>5</sup>*

### Introdução

Pierre Bourdieu, em um artigo seu bastante conhecido no qual discute algumas questões envolvendo o trabalho biográfico, comenta a respeito de uma determinada filosofia da história que tende a conceber a vida de um indivíduo como uma história, ou, em outras palavras, como um movimento linear. Ele percebe que, dentro desta perspectiva, a vida de uma pessoa é entendida como um todo coerente e orientado, que pode ser apreendido de forma unitária, a partir, por exemplo, da noção sartriana de projeto (o que fica implícito em expressões como “já”, “desde então”, “desde jovem”, tão presentes nas biografias). Esta forma de pensar a trajetória biográfica de uma pessoa seria, segundo Bourdieu, “uma criação artificial de sentido”, uma vez que tenta extrair uma lógica retrospectiva da vida de um indivíduo.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo, 18 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2. p. 69.

<sup>4</sup> CORREIA, Viriato. Discurso de Posse na ABL, 1938. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=6890&sid=302>; acessado em 05 de maio de 2009.

<sup>5</sup> PEDROSA, Inês. *Fazes-me Falta*. Lisboa: Dom Quixote, 2002. p. 95

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 185.

A crítica levantada pelo sociólogo parece-nos pertinente para a discussão que faremos neste capítulo. Pretendemos traçar aqui, em linhas gerais, a trajetória de Ramiz Galvão, especialmente os anos em que viveu o período do Império no Brasil, pois data desta época a sua nomeação para diretor da Biblioteca Nacional. Cabe destacar, no entanto, que não é nosso objetivo construir propriamente a sua biografia. Antes, buscamos caracterizar a imagem que seus contemporâneos e os biógrafos posteriores construíram e fixaram dele, embora, evidentemente, ao longo do capítulo tratemos da sua formação e de alguns aspectos de sua vida.

Remetemo-nos ao texto de Pierre Bourdieu, pois, como veremos, embora a vida de Ramiz Galvão tenha sido objeto de poucos estudos, ela foi lida e entendida pelos homens que conviveram com ele, bem como pelos seus biógrafos posteriores, a partir de certa racionalidade e finalidade. Sua trajetória é construída como se ele já existisse como um homem acabado desde sua mais tenra idade. Sua vida é concebida tal como sua personalidade: de maneira austera e linear.

Esta forma de pensar a trajetória de um homem certamente está ligada, como nos fala Bourdieu, a uma determinada maneira de compreender o próprio movimento histórico. Isto é, liga-se a uma determinada concepção da história humana em que passado, presente e futuro se conectam e determinam. Dentro desta concepção, a história é entendida de forma linear e o futuro perde a sua dimensão de imprevisibilidade, uma vez que já se encontrava contido no passado. A história da humanidade é entendida a partir de um sentido e é justamente ele que explica cada uma de suas partes. Da mesma forma, a vida de um indivíduo ganha uma direção e todas as suas etapas (e é justamente desta maneira que a vida passa a ser concebida, como etapas) são explicadas por este sentido maior.

Embora tenhamos na Antiguidade Clássica vários exemplos de histórias de vida, foi no final do século XVIII que o conjunto de acontecimentos de uma existência individual passou a ser concebido como uma *história*, isto é, passou a ser dotado de um sentido.<sup>7</sup> Não por acaso, foi ao longo do século seguinte que se deu a afirmação de uma moderna consciência histórica e a passagem de uma filosofia da história para uma

---

<sup>7</sup> Ibidem. p. 183; CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, n.21, 1998, p.48. Cf. GONTIJO, Rebeca. A vida póstuma de um historiador nacional: Capistrano de Abreu, memória e biografia. In: XXIII Simpósio Nacional da ANPUH: Guerra e Paz, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio da ANPUH - Guerra e Paz*. São Paulo: ANPUH, 2005.

ciência da história.<sup>8</sup> O homem oitocentista, construindo uma ligação entre passado, presente e futuro, passava a se entender no mundo a partir da história.

Quando a história se definiu como um *conhecimento* científico, o trabalho do historiador ganhou uma nova dimensão: sua função não era mais a de contar e expor os acontecimentos de outrora, mas conhecê-los e dar-lhes uma direção. Para isso, tornavam-se indispensáveis a pesquisa e o trabalho com as fontes. Se hoje nós percebemos o passado como uma construção (ou, nas palavras de Michel de Certeau, como uma *operação*, que precisa de um sujeito que a realize: o próprio historiador),<sup>9</sup> para os historiadores do Oitocentos, o passado existia como uma realidade dada e, por meio da crítica adequada às fontes, um fato histórico poderia ser conhecido tal como aconteceu.

O trabalho do historiador hoje é concebido de outra maneira. Sabemos das dificuldades de se traçar a trajetória e a personalidade de Ramiz Galvão por meio das biografias e notícias disponíveis. Certamente muitos documentos que poderiam nos dar uma dimensão mais ampla da sua vida não chegaram até nós. Os que chegaram, trazem, sem dúvida, a visão de um sujeito que, ao longo da sua narrativa, fez suas escolhas e inventou um Ramiz Galvão, como diz a epígrafe deste trabalho, “à medida do seu desconsolo”. Ao invés de entendermos estas limitações como um entrave para o nosso trabalho (cujo objetivo continua sendo conhecer um pouco da vida deste homem), buscamos pensá-las como algo próprio da tarefa do historiador e como uma forma de compreender a maneira como a memória de Ramiz Galvão foi construída ao longo do tempo.

### **A memória construída de Ramiz Galvão: um pouco de sua trajetória a partir do olhar de Viriato Correia e Capistrano de Abreu**

Na Academia Brasileira de Letras, todo acadêmico tem de passar por um ritual logo assim que assume a cadeira para a qual foi escolhido. Trata-se de uma cerimônia de posse, em que o mais novo membro da instituição deve vestir-se com o fardão que a representa e fazer um discurso diante de seus pares, no qual é de praxe que expresse a sua felicidade em ser reconhecido naquele ambiente intelectual. Em seguida, ele refere-

---

<sup>8</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

<sup>9</sup> CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: \_\_\_\_\_ *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-119.

se, quase sempre de maneira “laudatória”, aos imortais que ocuparam anteriormente a cadeira que passaria a ser sua.

No dia 29 de outubro de 1938, Viriato Correia era recebido por Múcio de Leão na Academia Brasileira de Letras. Foi escolhido para sentar na cadeira 32, fundada por Manoel de Araújo-Porto Alegre. Este mesmo assento tinha como patrono Carlos de Laet e, como membro número um, Ramiz Galvão. Uma vez eleito, cabia ao recém-admitido acadêmico discorrer sobre os seus predecessores, especialmente sobre Galvão, cuja morte abriu espaço para a sua acolhida na ABL.

Viriato Correia era um velho conhecido dos acadêmicos da instituição, afinal já havia se candidatado algumas vezes ao posto de imortal. Seus sucessivos fracassos neste sentido garantiram-lhe um apelido nada simpático de “tia” da Academia, remetendo à imagem da mulher solteirona que sonha com um noivado que nunca chega. Aliás, seu maior sonho era justamente suceder Medeiros e Albuquerque, seu grande amigo, cuja maior homenagem que poderia prestar era fazer-lhe um belo elogio quando passasse a ocupar o seu posto na ABL.

Depois de várias tentativas, Correia conseguiu a imortalidade, mas, talvez por ironia do destino, que sempre dificultou a sua entrada na instituição, foi admitido para a cadeira de um homem totalmente desconhecido para ele. Era justamente sobre este homem que ele deveria fazer seu primeiro discurso na ABL. Foi neste momento que Viriato Correia viu-se diante da seguinte questão:

Que é que eu vou fazer de Ramiz Galvão? (...) Não me despertava interesse algum o homem a quem eu sucedia. Não o estimava com o coração nem tão pouco com o espírito. Não lhe conhecia o espírito, nem também o coração. Para dizer verdade, nunca lhe havia lido uma linha sequer. O que dele sabia era muito pouco: que pertencia a Academia de Letras e ao Instituto Histórico e que havia sido preceptor dos príncipes. Nada mais. E foi com bocejos de indiferença e de preguiça que lhe comecei a estudar a figura. E hoje não sei exprimir a encantada surpresa com que ela, pouco a pouco, se me foi avultando aos olhos, alta, ereta, senhoril e luminosa.<sup>10</sup>

Correia não conhecia seu antecessor. Tinha se encontrado com ele pouquíssimas vezes e, o que complicava ainda mais a sua tarefa, não possuía nenhum interesse pela vida do homem a quem sucedia. Como disse, sequer havia lido uma linha de alguma de suas obras. Depois de pesquisar um pouco o perfil dos acadêmicos que ocuparam a cadeira 32, Viriato Correia os descreveu como três figuras dessemelhantes e com feitios diversos. Araújo Porto-Alegre era um artista inquieto; Carlos de Laet, irônico e afiado.

---

<sup>10</sup> CORREIA, Viriato. Op Cit.

Já Ramiz Galvão representava o equilíbrio, a erudição e a operosidade.<sup>11</sup> “Um trabalhador infatigável”, segundo Viriato Correia.

Em seu discurso, o acadêmico não se exime em fazer, inclusive, um perfil psicológico a partir dos testemunhos que coletou a respeito de seu antecessor. Para ele, Ramiz fazia parte de um tempo em que os homens eram graves e circunspectos. “Não riam, não sabiam rir”. Chegou mesmo a recorrer aos parentes de Galvão em busca de uma história engraçada, uma piada que pudesse revelar um homem mais descontraído, pelo menos na intimidade do ambiente familiar, mas nada encontrou. Dele não se tinha notícia sequer de uma anedota. Viveu 92 anos de forma sempre reservada, discreta, controlada, séria.<sup>12</sup> Neste tempo, vivenciou as inúmeras mudanças trazidas pelo século XIX e as primeiras décadas do XX. Como lembrou seu sucessor na ABL, Ramiz

abriu os olhos com o sufrágio universal na França e deixou-os com o totalitarismo de Stalin, Hitler e Mussolini. (...) No Brasil viu tudo. Testemunhou uma por uma as transformações profundas do país. Conheceu o Rio de Janeiro iluminado a azeite, iluminado a gás e delirantemente iluminado a luz elétrica. Andou no desconforto das gôndolas, aos balanços e aos tombos pelas vielas calçadas a pedra bruta até mil oitocentos e sessenta e tantos, e andou depois nas almofadas das limusines modernas, deslizando regaladamente pelas ruas asfaltadas. (...) Em pleno calor de janeiro, vestiu camisa de colarinho duro, sobrecasaca e cartola pretas. (...) Sentou-se junto às caixas de música para saborear trechos de óperas velhíssimas. Sentou-se depois em frente aos rádios de ondas curtas para ouvir as regiões mais distantes do planeta.<sup>13</sup>

Não bastasse isso, ainda atuou em quatro das grandes instituições intelectuais dos períodos imperial e republicano: o Colégio Pedro II, de onde foi aluno e professor, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a já citada Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Biblioteca Nacional (BN).<sup>14</sup>

Iniciamos este capítulo a partir do discurso proferido por Viriato Correia na ABL, pois ele traz elementos interessantes na forma como constrói a imagem de Ramiz Galvão. Em primeiro lugar, pelo contraste entre o personagem retratado e o autor do texto, isto é, entre o tom cômico e irônico muito próprio de Viriato Correia e a imagem austera que é feita de Ramiz Galvão, acentuando certo descompasso entre o homem que passou a ocupar a cadeira número 32 e seu antecessor. Em segundo lugar, pelo fato deste documento destacar determinadas características presentes em outros textos que se

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomia. A história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Acess, 2000. p. 42-3.

ocuparam da vida de Galvão, especialmente os necrológios escritos pelos seus pares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as cartas enviadas por Capistrano de Abreu a João Lucio de Azevedo em 1917 e a biografia publicada por Mauricéia Filho em 1972. Em todos eles, os autores destacam a longevidade de Galvão e a grande dedicação ao trabalho que teve ao longo de toda a sua vida. Por fim, em terceiro lugar, porque, ao atentar para a longevidade de Ramiz Galvão e para os espaços que ele atuou, Viriato Correia nos dá a dimensão de um homem que viveu em um momento de grandes mudanças, numa época em que o tempo parecia acelerado para aqueles que o experimentavam,<sup>15</sup> e que também atuou em espaços relevantes para os letrados de sua época, tendo convivido com João Ribeiro, Coelho Neto, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Conde de Afonso Celso, Max Fleuiss, entre outros nomes importantes da política e da intelectualidade de seu tempo.

Embora o nome de Ramiz Galvão não tenha conseguido a notoriedade de seus pares, o respeito e a admiração que conquistou nos círculos que frequentou certamente não estavam no horizonte de expectativas do menino que nasceu em dezesseis de junho de 1846 no vilarejo de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. De acordo com um de seus biógrafos, Ramiz era filho de João Galvão e Maria Joana Ramiz Galvão.<sup>16</sup> No entanto, Capistrano de Abreu nos oferece outros dados a respeito de sua família. Tratam-se de informações coletadas em sua juventude, pouco tempo depois do futuro historiador ter saído de sua terra natal rumo ao Rio de Janeiro.

Capistrano nasceu na província do Ceará. Em 1875, com pouco mais de vinte anos, veio para a Corte e conseguiu uma vaga no Colégio Aquino, lecionando português e francês.<sup>17</sup> Mais tarde, quando passou em um concurso para oficial da Biblioteca Nacional, o futuro historiador pode conviver de perto com Ramiz Galvão. Em uma carta, Capistrano conta que, logo após ter chegado ao Rio, conheceu no Colégio Aquino um inspetor de alunos chamado Haughtway, um “inglês, já maduro, pesado, pouco comunicativo” e que carregava discretamente o seu “alcooolismo crônico”. Em uma tarde de conversas, este homem afirmou ter sido casado com a mãe de Ramiz Galvão. Esta, por sua vez, era viúva de um americano, pai de Ramiz. Capistrano afirma

---

<sup>15</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 13-44.

<sup>16</sup> FILHO, A. Mauricéia. *Ramiz Galvão (o Barão de Ramiz) 16/06/1846 a 09/03/1938; ensaio biográfico e crítico*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1972.

<sup>17</sup> VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu. Capítulos de História Colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*. São Paulo: SENAC, 2004. p. 173.

que era “por isso ele se chamava Benjamin Franklin – Donde vem o Galvão? – Não sei: o pai chamava-se Cole”.<sup>18</sup>

As referências que encontramos na tese que Ramiz Galvão apresentou à faculdade de Medicina, em 1868, parecem desmentir história contada pelo inspetor do colégio Aquino, pois, na página de rosto, Ramiz Galvão aparece como filho legítimo de João Ramiz Galvão. Ainda assim, pouco se sabe a respeito da sua família. De acordo com os biógrafos, ela não possuía muitos recursos, o que pode ser comprovado pelo fato de Ramiz ter sido aluno gratuito do Colégio Pedro II.<sup>19</sup> Esta instituição, uma das mais importantes do Império, tinha como sua principal função formar a elite imperial brasileira, uma vez que por ali passavam os filhos das mais importantes famílias da época, muitos dos quais, aliás, ao completarem seus estudos no colégio e, em seguida, ingressarem no ensino superior, exerciam alguma atividade no governo.<sup>20</sup> Apesar do caráter elitista do colégio, certo número de vagas eram reservadas para alunos sem recursos para arcar com as despesas anuais cobradas, que poderiam chegar a quatrocentos mil-réis.<sup>21</sup>

Assim, em 1852, aos seis anos de idade, com a morte de seu pai, Ramiz saiu da pequena Rio Pardo e veio com sua mãe para o Rio de Janeiro, corte do Império do Brasil. Após ter passado pelo externato mantido pela Sociedade Amantes da Instrução, ele conseguiu, em 1855, ser aceito como aluno do Colégio Pedro II e dali só saiu sete anos depois, após ter completado todo o curso secundário e adquirido o diploma de bacharel em letras pela instituição.<sup>22</sup>

Em um artigo publicado em 1925 na Revista do IHGB, Ramiz rememora um curioso episódio acerca da sua entrada no Colégio Pedro II e da primeira vez que teria visto o Imperador Pedro II:

<sup>18</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo, 12 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2, p. 67-8.

<sup>19</sup> FILHO, A. Mauricéa. Op. Cit. p. 6.

<sup>20</sup> De acordo com o levantamento feito por Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior, entre 1843 e 1869, 53,6% dos alunos formados no Colégio Pedro II ocuparam algum posto na política do governo imperial (como, por exemplo, o de presidente de província, ministro, senador, militar, conselheiro de Estado, juiz, promotor, vereador, chefe de polícia etc), enquanto 40,3% vinculou-se a profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros, escritores) e 6,1% atuou no mundo da economia, provavelmente administrando os negócios da própria família (era o caso dos filhos de comerciantes e proprietários rurais). CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Colégio de Pedro II e o Ensino Secundário da Boa Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p.62-4.

<sup>21</sup> Segundo Cunha Júnior, a aceitação de alunos pobres pela instituição “não era fruto de uma atitude benevolente ou filantrópica do governo, mas uma exigência feita por deputados quando da conversão do Seminário São Joaquim em Colégio Pedro II”. (Ibidem. p. 57).

<sup>22</sup> GALVAO, Ramiz. Gratas Reminiscências. *Revista do IHGB*, t. 98, v. 152, p. 859-61, 1925.

Vi o imperador pela primeira vez em princípios de 1855, quando eu contava oito anos e meio de idade. Minha boa avó conduziu-me então a Quinta de São Cristovão para pedir a D. Pedro II a minha admissão como aluno gratuito no Colégio Pedro II, atenta a nossa situação de pobreza.

O imperador que a todos sem exceção recebia diariamente com lhanza e cordura, na varanda interna do palácio ouviu o pedido e só replicou:

- Mas este menino já fez a sua instrução primaria?

- Já está pronto, meu senhor, respondeu minha avó. Ele já recebeu o diploma do Colégio Amante da Instrução, onde estudou.

- Mas deveras pronto?

- Não posso duvidar, porque o professor, sr. Inocencio Drumond, começou até a ensinar-lhe particularmente rudimentos de francês e latim.

- Esta bem, esta bem, concluiu o imperador. Traga-me os papeis e eu os passarei ao ministro.

E fez-me afagos, que nunca esqueci.<sup>23</sup>

A rotina de estudos dentro do colégio era intensa, afinal, além de preparar seus alunos para o acesso ao ensino superior, o Colégio Pedro II fornecia aos estudantes uma formação de caráter humanístico, que contemplava o ensino das línguas clássicas e modernas, além de conhecimentos científicos. Assim, ao longo dos sete anos que passou na instituição, Ramiz Galvão estudou francês, latim, retórica, geometria, filosofia, inglês, história e história natural, aritmética, geografia, álgebra, português, grego, alemão, italiano, física, química, trigonometria, cosmografia, zoologia, desenho, música e ainda ginástica e instrução religiosa. Como se vê, o currículo era extenso. Mas a rotina não se resumia somente às aulas, pois os alunos tinham ainda horários definidos rigidamente para a oração e a preparação das lições solicitadas pelos professores. No entanto, a rigidez dos estudos não impedia que tivessem algum tempo livre para sair e passear pelas movimentadas ruas do centro da cidade, como a do Ouvidor, conhecida pelos seus cafés, perfumarias e lojas de tecido.<sup>24</sup> Havia, ainda naquela rua, as livrarias, dentre as quais a Garnier era certamente uma das mais famosas e seria uma das mais frequentadas por Ramiz já na sua maturidade.

Dos tempos em que fora aluno do colégio, Ramiz recordava a presença frequente do Imperador d. Pedro em suas dependências:

Permita-me agora um testemunho individual. Em minha vida de estudante vi o Imperador assistindo a aulas no Colégio Pedro II; vi-o em 1861 assistindo a todos os meus exames do 7º ano; vi-o ali mesmo depois, em 1870, sentado a meu lado, quando regi interinamente a cadeira de retórica, poética e literatura nacional; vi-o em 1868 na Faculdade de Medicina assistindo à minha defesa de teses, e ainda em 1871, quando prestei provas no concurso para lente da

<sup>23</sup> Ibidem. p. 6-8.

<sup>24</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

mesma faculdade. A atos desta natureza nunca deixou, aliás, de comparecer.<sup>25</sup>

É bastante conhecido o interesse que d. Pedro tinha pelos estudos e as constantes visitas que fazia ao colégio.<sup>26</sup> Assim que chegava ao prédio da escola, um aviso anunciava a sua presença. Após ser recebido na porta da instituição que carregava seu nome, D. Pedro, então, visitava todas as dependências da escola. Entrava nas salas de aula, ouvia as lições dos professores, estudava a postura dos alunos, interrogava-os às vezes para saber como andavam seus estudos. Nos exames finais, nas cerimônias de distribuição de prêmios e na formatura dos bacharéis em letras, lá estava o Imperador prestigiando a ocasião. Como afirmou Ramiz, ele mesmo pôde encontrá-lo algumas vezes, seja no tempo em que ainda era estudante, seja mais tarde, em 1869, já na condição de professor da instituição. Quando conseguiu se formar na faculdade de medicina, em 1868, teve a oportunidade de encontrar mais uma vez o Imperador, que, apesar do transcurso do tempo, teria perguntado a Ramiz sobre a sua velha avó. Ao informar que esta havia morrido há algum tempo, o imperador ainda comentou: “Que prazer seria o dela, se presenciasse este ato”.<sup>27</sup>

A impressão causada por Ramiz no Imperador certamente foi positiva, pois em 1870, aos vinte e quatro anos, fora nomeado por decreto imperial diretor da Biblioteca Nacional. Aliás, a década de 1870 foi bastante movimentada para ele, pois, além de ter sido nomeado para a BN, foi também aceito como membro do Instituto Histórico e Geográfico em agosto de 1872. Antes de tudo isso, no entanto, formou-se em medicina e chegou inclusive a exercer a função de médico nos hospitais militares de Armação e Andaraí, para onde, com frequência, eram mandados os feridos da Guerra do Paraguai.<sup>28</sup>

Ainda aluno do Pedro II, Ramiz destacava-se em seus estudos e, por conta de seu desempenho, teria captado a simpatia de um professor da instituição, Antonio Maria Correia Sá e Benevides, futuro bispo de Mariana. Antônio Maria era natural de Campos, no Rio de Janeiro e lecionava ciências naturais no Colégio Pedro II. As relações que Ramiz manteve com este professor o levaram a se casar, em 1871, com Leonor Maria de Saldanha da Gama, com que viveu até 1920, quando ela faleceu.<sup>29</sup>

<sup>25</sup> GALVÃO, Ramiz. O Imperador e a Instrução Pública. *Revista do IHGB*, v.98, 1925, p.370.

<sup>26</sup> Ver CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>27</sup> GALVAO, Ramiz. Gratas Reminiscências. *Revista do IHGB*, t. 98, v. 152, p. 859-61, 1925.

<sup>28</sup> FILHO, A. Mauricéa. Op. Cit. p. 34.

<sup>29</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo, 12 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2. p.

Ao contrário da família de Ramiz Galvão, sobre a qual não encontramos notícias que nos indicassem se ela possuía alguma influência pelo menos na região em que vivia, sobre a família de Leonor há uma gama maior de informações. Foge aos limites deste trabalho uma análise mais apurada da influência desta família na política do Rio de Janeiro, bem como o impacto que a aproximação de Ramiz Galvão teria trazido na sua própria trajetória e na ampliação de sua rede social. No entanto, temos algumas notícias sobre este grupo familiar. Originários de Portugal, os Saldanha da Gama estabeleceram-se na Bahia, ainda no século XVIII, por meio de Manuel Saldanha da Gama. Este foi casado com Joana Guedes de Brito, de quem herdou uma substancial riqueza. Do seu segundo casamento, com Francisca Josefa Joana da Câmara, nasceu João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes Brito, 6º conde da Ponte e governador da Bahia. Este, por sua vez, deixou numerosa descendência, inclusive um filho, chamado José Saldanha da Gama. Este último foi pai de três homens, o engenheiro José, o contra-almirante Luiz Felipe, o bacharel João, e de uma mulher, dona Leonor, futura esposa de Ramiz Galvão.<sup>30</sup>

D. Leonor vivia na região de Campos, no Rio de Janeiro, juntamente com seus pais e irmãos. Aliás, se poucas notícias existem sobre ela (talvez pela sua condição feminina), sobre seus irmãos há maiores referências. José Saldanha da Gama conquistou certa notoriedade como professor de ciências físicas e matemáticas e como fundador do Instituto Politécnico, além de ter participado de algumas sociedades e academias estrangeiras. Já Luiz Felipe tornou-se conhecido pela sua participação como um dos líderes da Revolta da Armada, em 1893.<sup>31</sup> O mais velho, João, assim como Ramiz, também foi aluno do Colégio Pedro II. As relações entre os dois foram muito próximas. Sabemos que, por seu intermédio, João foi nomeado, em 1876, chefe de seção da Biblioteca Nacional. Naquele tempo, a instituição passava por reformas que criaram as seções de obras raras, de manuscritos e de estampas. Como nesta época ainda não havia concurso para se tornar funcionário da biblioteca, certamente as relações pessoais eram determinantes para conseguir trabalhar naquele local. Foi assim que João Saldanha da Gama foi nomeado para a seção de estampas. Anos mais tarde, com a saída de Ramiz Galvão, chegou, inclusive, à direção da instituição.

---

67-8. Sobre Antônio Maria Correia Sá e Benevides, ver SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 1. p. 256-9.

<sup>30</sup> Barata, Carlos Eduardo de Almeida. Saldanha da Gama. In: *Dicionário das Famílias Brasileiras*. S/l: s/e, s/d. p. 1988-9.

<sup>31</sup> SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 4, p. 39; v. 5. p. 176 e 398, respectivamente.

Enquanto trabalhou na biblioteca, Capistrano de Abreu pode conhecer de perto Saldanha da Gama, mas parecia não nutrir muita simpatia pela sua figura. Ao compará-lo com Ramiz Galvão, dizia que, enquanto este “foi grande diretor”, “Saldanha da Gama, que lhe sucedeu, não prestava (...)”.<sup>32</sup>

Em sua correspondência, é possível notar não só a admiração que Capistrano nutria pelo trabalho de Ramiz Galvão como diretor da biblioteca, mas também a influência que o diretor da BN passava a ter na indicação de alguns cargos. Em carta de Mário de Alencar a Capistrano de Abreu, aquele conta que, certa vez, concorrera à vaga de bibliotecário do Mosteiro de São Bento, mas esta fora ocupada por Saldanha da Gama. Em sua carta, o missivista destaca que este “teve-o graças exclusivamente ao Ramiz” e pede ainda a intercessão de Capistrano para conseguir o apoio de Ramiz Galvão em novo intento.<sup>33</sup> Certamente, a passagem pela Biblioteca Nacional e, mais tarde, as relações mais próximas que manteve com a Família Imperial foram importantes para que Ramiz participasse de um círculo intelectual que lhe possibilitava contatos com homens de letras brasileiros e estrangeiros e do qual fazia parte a prática do apadrinhamento. A partir da sua influência e do prestígio que adquiria, era comum que fizesse (e recebesse) pedidos de toda a ordem, especialmente solicitações para obter empregos e ocupar determinados cargos.

Saldanha da Gama certamente usufruiu da influência do cunhado, mas Capistrano também manteve relações muito próximas a Ramiz Galvão, tendo convivido com ele durante o tempo em que trabalharam juntos na Biblioteca Nacional. Em 1879, o jovem Capistrano foi admitido como oficial da biblioteca e pode acompanhar o trabalho de Ramiz Galvão até 1882, quando este deixou a direção da instituição. No entanto, de acordo com a correspondência de Capistrano, seus contatos com Galvão datavam de antes desta época, pois afirma que, em 1876, quando eram executadas as já referidas reformas na Biblioteca Nacional, Ramiz o havia prometido um cargo na comissão que preparava os novos catálogos da instituição, o que não chegou a acontecer: “só entrei para a Biblioteca Nacional em 79, por concurso”.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo. 16 de julho de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2. p. 67.

<sup>33</sup> Carta de Mário de Alencar para Capistrano de Abreu, 6 de outubro de 1899. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 3. p. 173.

<sup>34</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo, 18 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2. p. 70.

É conhecido o gosto que Capistrano de Abreu tinha por escrever cartas. Na década de 1950, José Honório Rodrigues organizou em um livro algumas das missivas enviadas pelo historiador a seus interlocutores. Dentre elas, há um conjunto de quatro cartas remetidas a João Lúcio de Azevedo, cujo tema central discutido ali é a vida de seu antigo chefe, Ramiz Galvão. Esses documentos, além de trazerem notícias sobre a vida do diretor da Biblioteca Nacional, evidenciam a memória que Capistrano ajudou a construir dele.

A principal característica de Ramiz Galvão ressaltada por Capistrano era o seu envolvimento com o trabalho:

Era o chefe ideal, inteligente, zeloso, incansável. Quando chegávamos às 9h já estava trabalhando, revendo, classificando os bilhetes do catálogo; morava contíguo; depois do almoço continuava, à noite, pois abria a Biblioteca Nacional das 6 às 9, pelo menos até às 8 continuava no seu posto, de Ano Bom a São Silvestre.<sup>35</sup>

De fato, o período em que Ramiz esteve à frente da Biblioteca Nacional foi de muito trabalho. Sobre as mudanças executadas no momento em que a instituição foi administrada por ele, discutiremos melhor no próximo capítulo. Mas, para podermos compreender o trecho acima, é preciso esclarecer que Ramiz Galvão assumiu a biblioteca após a morte do bibliotecário e religioso beneditino Camilo de Monserrate, que lhe deixou uma série de problemas a serem resolvidos. Nos doze anos em que presidiu a instituição, Galvão promoveu duas exposições (a de História e Geografia do Brasil e outra em homenagem a Luís de Camões), organizou e imprimiu os primeiros *Anais da Biblioteca Nacional*, além de ter realizado algumas importantes reformas na instituição, dentre elas a ampliação do horário de atendimento ao público e a organização de novos catálogos.

Como veremos, a reorganização da biblioteca não deve ser associada somente à figura de Ramiz Galvão, mas também ao contexto político e econômico pelo qual passava o Império. Assim, muitas reformas planejadas por Camilo de Monserrate não foram à frente, pois não encontraram um ambiente favorável à sua realização. No entanto, Capistrano, numa crítica afiada, acaba por comparar o trabalho incansável de Ramiz a certa acomodação de seu antecessor:

---

<sup>35</sup> Idem.

[Frei Camilo de Monserrate] tinha casa e comida no convento, nunca pediu aumento dos ordenados, a Biblioteca Nacional tinha meia dúzia de empregados muito mal pagos; abria-se às 9, fechava-se às 2. Uma situação ideal para a reorganização. Ramiz Galvão, ao mesmo tempo que ia para Viena, foi incumbido de estudar a organização da Biblioteca Nacional de Paris e do British Museum em Londres, sobre os quais apresentou interessante relatório. Ao chegar, obteve nomeação para uma comissão de catálogo, em 76 a reforma da repartição.<sup>36</sup>

Após os doze anos em que a Biblioteca Nacional foi dirigida por Ramiz Galvão, muita coisa havia mudado na instituição. Enquanto a administrava, o bibliotecário trabalhou por um tempo como professor de botânica, mas diariamente despachava ofícios e memorandos na biblioteca, ajudava na organização de seus catálogos e revolia as listas de livros de livrarias nacionais e estrangeiras em busca de novas aquisições. Após ter organizado durante um ano a Exposição de História e Geografia do Brasil, inaugurada em 1881, solicitou e obteve de seus superiores alguns dias de repouso, aproveitando para descansar um tempo em casa da família de sua mulher, em Campos. Segundo Capistrano de Abreu:

Em sua ausência foi procurado várias vezes por um emissário do Conde D'Eu. Mais tarde, soube-se que o Conde D'Eu queria-o para aio dos príncipes. Com repugnância aceitou o cargo: devia tanto ao Imperador! A opinião pública ficou indignada: queria continuar como bibliotecário em comissão, o ministro opôs-se e obrigou-o a aposentar-se como professor de botânica, com uns 200 mil-réis por mês. A mais fidedigna das testemunhas, um meu amigo, que durante algum tempo foi seu ajudante (...), assegurou-me que foi inexcedível como aio: ninguém o excedeu no cumprimento do seu dever.<sup>37</sup>

A citação acima nos remete a duas questões importantes. A primeira, já viemos tratando até aqui: a forte imagem de um trabalhador infatigável de Ramiz Galvão muito presente não apenas nas vezes em que Capistrano se remetia a ele, mas também, como procuramos mostrar, no discurso de Viriato Correia. A memória daquele que conviveu com Ramiz – e que chegou até nós, hoje – constrói um homem tão seriamente envolvido com seu trabalho que, mesmo contra vontade, ao ter de abandoná-lo para assumir outro, continuou exercendo a função que lhe deram de forma “inexcedível”. Seus colegas do IHGB em seus necrológios em homenagem ao então ex-diretor da Biblioteca Nacional e ex-membro do instituto, também destacavam que sua vida foi de

---

<sup>36</sup> Ibidem. p. 69.

<sup>37</sup> Ibidem. p. 71.

muito trabalho, sempre dedicado ao saber e ao estudo, “desde os augustos filhos da realeza, até, os infieis órfãos, nascidos e criados na triste penumbra da pobreza”.<sup>38</sup>

O próprio Ramiz, em algumas poucas vezes que falou sobre si mesmo, enxergava a sua trajetória como a de alguém cujo sentido da vida foi a vocação para o trabalho e os estudos. Em 1936, quando completou noventa anos, o IHGB preparou-lhe uma homenagem. O Conde de Afonso Celso, então diretor da instituição, após a leitura entusiasmada da biografia do homenageado, propôs que uma das salas do instituto ganhasse seu nome. Ramiz, como resposta, fez um pronunciamento modesto, como era parte da retórica dos membros do instituto, e ressaltou que foi apenas “um velho estudioso”. Contou ainda que, quando chegou ao Rio de Janeiro, querendo mandar uma lembrança a seu padrinho, José de Sá Brito Veloso, fez-se “daguerreotipar”. Tirou um retrato seu com um livro debaixo do braço. Aquele livro, segundo ele próprio, traduzia o horóscopo da sua vida:

Passei a vida a lidar com alunos e professores, isto é, com os que fazem do livro a sua alma e o seu incomparável encanto. (...) cabem ao livro todas as homenagens prestadas ao velho trabalhador.<sup>39</sup>

Aos noventa anos, Ramiz Galvão, além de ser homenageado, fazia um balanço de sua vida. O interessante é a maneira como ele próprio, naquele momento frente aos seus pares, compreendia um fato pequeno de sua infância, como se, dentro dele, contivesse todo o *traçado* da sua trajetória. Sua recordação ganha uma faceta teleológica, como uma espécie de “previsão ao contrário”, em que o passado é revisto de forma a justificar a sua vida como um projeto.<sup>40</sup> Impossível aqui não fazer um paralelo com um trecho do discurso de Viriato Correia, em que este afirma que, desde jovem, Ramiz já era um homem completo e formado. “E tão acabada é essa formação que, aos trinta anos, aos quarenta, aos cinquenta, aos setenta, aos oitenta, aos 92, quando morreu, Ramiz é exatamente a mesma criatura dos dezenove”. Na reflexão *a posteriori*, tanto de Ramiz como de Viriato Correia, a vida do bibliotecário é tomada de forma unitária, sendo possível enxergar “já” no jovem Ramiz o homem maduro de décadas depois. Voltaremos a esta questão quando tratarmos da biografia de Ramiz Galvão produzida por Mauricéia Filho.

<sup>38</sup> VALADÃO, Alfredo. Palavras do Ministro Alfredo Valadão. *Revista do IHGB*, v. 191, 1946, p. 295.

<sup>39</sup> *Revista do IHGB*, v. 171, 1936, p. 311.

<sup>40</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

A segunda questão importante trazida pela citação de Capistrano de Abreu diz respeito às relações que Ramiz Galvão manteve com a Família Imperial. Ao término da *Exposição de História do Brasil*, Ramiz foi chamado para ser preceptor dos netos de d. Pedro II e, evidentemente, tratava-se de um pedido que não poderia ser negado ou, talvez, não coubesse negá-lo. Se Ramiz aceitou o convite a contra-gosto, como diz o historiador cearense, não é possível saber exatamente. No entanto, em uma carta enviada a Salvador de Mendonça em 1887, Ramiz afirmava: “[Estou] fora da biblioteca *por força maior*, não me esqueço dela nem me posso ainda consolar de a ter deixado” (grifo nosso).<sup>41</sup> Certo é que levou consigo uma boa lembrança dos tempos como diretor da biblioteca, a qual se referia frequentemente como o lugar em que passou “os dias mais tranquilos e mais deliciosos” de sua existência.<sup>42</sup>

Ramiz exerceu a função de educador dos netos de D. Pedro até o momento da Proclamação da República, quando a Família Imperial teve de sair do Brasil. No que se refere às relações que manteve com os dois regimes políticos que vivenciou no país, o Império e a República, Viriato Correia conta que

Acusaram-no de ter abandonado a Monarquia na sua desgraça de 15 de novembro de 89. Deixou de ser monarquista para aderir à República! Afirma-se. Abandonou os príncipes, de quem era aio! Abandonou o Imperador, de quem era protegido! A acusação do abandono dos príncipes é falsíssima. Ramiz não só não abandonou os netos de Pedro II, como os teve aos seus cuidados no momento mais grave do transe histórico da queda do Império.<sup>43</sup>

Em seu discurso, Viriato Correia conta em detalhes o que se passou no dia 15 de novembro, chegando, inclusive, a transcrever com emoção supostos diálogos entre os

<sup>41</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Fundo Coleção Salvador de Mendonça*. Mss.

<sup>42</sup> *Revista do IHGB*, v. 171, 1936, p. 310. Em algumas cartas pessoais de Ramiz Galvão é possível notar que, mesmo após a sua saída, ele continuava acompanhando de perto o funcionamento da biblioteca. Em uma carta endereçada ao então diretor da Biblioteca Nacional e datada de 26 de junho de 1893, ano em que teve de sair do Rio de Janeiro por conta do envolvimento de seu cunhado (o contra-almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama) com a Revolta da Armada, ele ofereceu parte de seus livros a Biblioteca Nacional. Nesta carta, ele afirma ainda: “Desculpe meu digno amigo a exiguidade da oferenda; mas o que vale é a intenção. Nesta situação dolorosíssima da minha vida, tenho de apartar-me de amigos velhos, não quis deixar de significar a Biblioteca Nacional, que a tinha sempre no coração. Ela que foi quase filha dilecta por espaço de 12 anos, não há de levar a mal a herança por ser pequena”. (BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa e Passiva de Ramiz Galvão*. Mss. 48,01,001 no. 009). Em outra missiva, de 20 de dezembro de 1892, Ramiz manda ao diretor da BN o catálogo da livraria J.F de Sousa, que seria leiloada em Lisboa em janeiro do ano seguinte. Segundo o ex-bibliotecário, poderia haver ali alguma coisa interessante a ser adquirida para a instituição. Para não causar desentendimentos com o presidente da biblioteca, ele esclarece: “Por minha parte tomei a liberdade de apontar com lápis azul alguns números para os quais chamo a sua ilustrada atenção. Mas isto não passa de uma simples invasão de sara alheia. Perdoe o vício e queira crer-me”. (BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa e Passiva de Ramiz Galvão*. Mss. 48,1,001, n° 010).

<sup>43</sup> CORREIA, Viriato. Op. Cit.

agentes envolvidos. Segundo ele, Ramiz teria saído de casa como de costume, sem imaginar que as tropas republicanas estavam se movimentando no Campo de Santana. Ao chegar ao Palácio Guanabara, encontrou a princesa Isabel nervosa, especialmente preocupada com a segurança dos filhos. Ramiz procurava, por sua vez, acalmá-la:

A certa altura da palestra, ela numa crescente agitação de nervos, pergunta se lhe pode pedir um favor.  
 – Às ordens, Vossa Alteza – respondeu-lhe.  
 A Redentora senta-se ao seu lado e fala-lhe. Dizia-lhe o coração que aquele movimento ia ter consequências imprevistas e ela temia pela sorte dos filhos.  
 – São os meus filhos que eu lhe quero confiar – conclui.  
 Ramiz era um homem sereno, que não deixava transparecer os choques d’alma. Sentiu o peso da responsabilidade que ia por aos ombros, mas respondeu com tranquilidade de voz e de olhar:  
 – Que quer Vossa Alteza que eu faça?  
 – Que procure colocar os meninos em lugar seguro.  
 – Neste momento, o lugar mais seguro – lembrou ele – é Petrópolis.  
 – Mas será possível levá-los a Petrópolis? Perguntou angustiadamente a pobre senhora.  
 – Eu os levarei até lá – respondeu Ramiz.<sup>44</sup>

Alcindo Sodré, em um artigo escrito para a Revista do IHGB, intitulado *O Aio dos Príncipes*, oferece uma versão dos fatos menos floreada que a descrita por Viriato Correia. Ele afirma que a princesa Isabel pediu, através de um telegrama, que Ramiz levasse os príncipes a Petrópolis. Ramiz teria obedecido prontamente, levando seus discípulos na barca *Príncipe do Grão-Pará* juntamente com André Rebouças.<sup>45</sup>

No dia 17, quando os príncipes voltaram à Corte, desta vez para partirem rumo à Europa, o jornal *O País* noticiou que os jovens foram acompanhados pelo engenheiro André Rebouças. Mas, no dia seguinte, o mesmo veículo divulgou uma contestação de Ramiz afirmando: “conduzi eu para bordo do *Parnaíba* os pequenos príncipes confiados à minha guarda desde a manhã de 15. Cumpri desta sorte o último dever de meu cargo, com a lealdade e correção que tive sempre por normas” (grifo do autor).<sup>46</sup>

Ao contrário de Rebouças, Ramiz não viajou com a Família Imperial, permanecendo no Brasil. Adaptou-se bem à República. Como tantos outros homens de sua época, conseguiu um cargo no novo regime, sendo nomeado por Benjamin Constant como diretor de Instrução Pública. Ainda sob este regime, exerceu as funções de vice-reitor do Conselho de Instrução Superior, chefe da Instrução Municipal do Rio de Janeiro e conselheiro da Instrução do Distrito Federal. Nos anos 1920, vivendo sob um

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> SODRÉ, Alcindo. *O Aio dos Príncipes*. *Revista do IHGB*, v.191, 1946, p. 301-2.

<sup>46</sup> *Ibidem*. p. 302.

regime político já consolidado, Ramiz pode encontrar-se novamente com seus antigos alunos e com o próprio conde D'Eu, quando foram o centro de uma homenagem promovida pelo IHGB.<sup>47</sup>

### **‘Uma alma de raízes republicanas’ ou ‘o bibliotecário perfeito’: uma análise de dois trabalhos recentes sobre Ramiz Galvão**

Quando se observa a biografia de Ramiz Galvão, uma das questões que vêm à tona é o seu posicionamento político no momento em que a República foi proclamada. Servir de forma tão próxima a família do Imperador fazia de Ramiz Galvão um monarquista? Não ter se juntado aos seus pupilos no *Parnaíba* fazia dele um adepto de última hora da República, como afirmavam seus críticos? Julgamos que a resposta não é simples. Seus escritos mostram um homem que admirava o Imperador, mas não necessariamente um adepto do regime monárquico. De acordo com Eliana Dutra, Ramiz vivenciou, ainda como diretor da Biblioteca Nacional, um conjunto de mudanças que alteraram a feição do país, transformações estas que desembocaram no golpe de 1889. Ideias abolicionistas e republicanas mobilizavam os intelectuais e eram debatidas em ambientes frequentados pelo bibliotecário, como a já citada Livraria Garnier, centro de convivência da intelectualidade da época, ou mesmo nos saraus e encontros promovidos nas casas de pessoas pertencentes a este círculo intelectual.<sup>48</sup>

Não devemos esquecer que Ramiz teve contato com intelectuais abertamente partidários da República, como João Ribeiro, e compartilhava com eles certo ânimo e uma crença no progresso da humanidade. Segundo Patrícia Hansen, para João Ribeiro, a ideia de progresso caminhava de mãos dadas com a de República. Da mesma forma, para ele, a história do Brasil caminhava inexoravelmente para esta forma de governo.<sup>49</sup> Em seus escritos posteriores ao golpe de 1889, percebemos que Ramiz comungava desta mesma ideia e percebia o período imperial como uma *passagem* na história do país para um sistema republicano de governo, considerado por ele mais evoluído. Assim, no

---

<sup>47</sup> Cabe lembrar que, em 1920, Epitácio Pessoa autorizou o repatriamento dos restos mortais dos ex-imperadores do Brasil e suspendeu o decreto de banimento para a Família Imperial. O discurso proferido por Ramiz Galvão na cerimônia de homenagem ao Conde D'Eu encontra-se em *Revista do IHGB*, tomo 90, v. 144, p. 657-666, 1921.

<sup>48</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 24-5.

<sup>49</sup> HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomia. A história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000. p. 25

discurso que fez em 1921, na homenagem aos membros da Família Imperial, Ramiz afirmava que “pela história, a República tinha de predominar um dia no torrão único da América, em que tremulava o pendão monárquico”.<sup>50</sup>

A julgarmos pela principal biografia escrita de Ramiz Galvão, elaborada por Mauricéia Filho, Ramiz fora “uma alma de profundas raízes republicanas”.<sup>51</sup> Aliás, de acordo com seu biógrafo, tudo o que a Monarquia teria premiado no bibliotecário eram características de sua figura altamente republicana, características essas que poderiam ser vislumbradas desde a mais tenra idade em Ramiz Galvão.

Como já afirmamos na introdução deste trabalho, Ramiz Galvão foi um personagem bastante atuante em algumas das principais instituições intelectuais de sua época. Apesar da sua trajetória, foi uma figura muito pouco estudada. Sobre ele, podemos destacar três trabalhos. Um deles, escrito por Edson Nery da Fonseca, procura analisar a atuação do diretor da Biblioteca Nacional como bibliotecário. Sobre ele, falaremos mais adiante. Os outros dois são obras biográficas. Uma delas, intitulada *Ramiz Galvão. Ensaio biográfico e crítico*, foi escrita por Alfredo Mauricéia Filho, do Instituto Brasileiro de História da Medicina. O segundo trabalho chama-se *Sinopse biográfica de Benjamin Franklin Ramiz Galvão* e foi escrito por Nina Tubino em 1994.

Esta última biografia, segundo a autora, tinha o objetivo de homenagear o “ilustre gaúcho”, patrono da cadeira que Tubino passara a ocupar na Academia Irajaense de Letras e Artes do Rio de Janeiro.<sup>52</sup> Trata-se, no entanto, de um livro que não faz uma análise pormenorizada da trajetória de Galvão. Como seu objetivo é fazer uma curta sinopse cronológica de sua vida e uma relação de livros e outros tipos de obras dos mais variados assuntos escritas e publicadas por Ramiz, optamos por não nos deter em seu estudo. Na verdade, interessa-nos analisarmos aqui, de forma mais atenta, o trabalho de Mauricéia Filho, publicado em 1972.

A biografia de Ramiz Galvão feita por Alfredo Mauricéia Filho é, antes de mais nada, um trabalho de fôlego, pois recorre a uma grande quantidade de fontes e documentos, provenientes de vários arquivos, sobre a vida do biografado. Trata-se certamente de uma obra fundamental, pois, além de fornecer importantes informações da trajetória de Galvão, o autor traz ainda valiosas indicações dos arquivos e documentos que instituições como a Biblioteca Nacional, a ABL e, notadamente, o

<sup>50</sup> *Revista do IHGB*, t. 90, v. 144, p. 657-666, 1921. p. 661.

<sup>51</sup> FILHO, A. Mauricéia. Op. Cit. p. 49.

<sup>52</sup> TUBINO, Nina. *Sinopse Biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938*. Brasília: s/e, 1994.

IHGB possuem a respeito de Ramiz Galvão. No entanto, interessa-nos destacar aqui não só este ponto bastante positivo do trabalho, mas a imagem que o autor construiu do seu biografado, que resultou em uma biografia extremamente elogiosa. Nela se constrói um Ramiz Galvão não só republicano desde a juventude, mas também grande professor, mestre na escrita e gigante de caráter, só para citarmos algumas das qualidades ressaltadas ao longo do texto.

Mauricéia Filho optou por tratar de cada espaço por onde Ramiz Galvão passou, não se preocupando necessariamente em seguir uma cronologia tradicional da vida do biografado, embora inicie sua obra falando um pouco da infância e da juventude de Galvão. Por outro lado, seu trabalho segue uma estrutura presente em alguns tipos de biografias, tornando-se um compêndio que alterna informações sobre a trajetória do biografado e resumos e citações de suas obras. No entanto, em meio à sua narrativa, o autor reserva determinados espaços em que reflete sobre a sua tarefa como biógrafo:

(...) o que afirmamos é que em biografia nada se inventa; recolhem-se fatos, e, quando muito, tiram-se ilações, deduzem-se algumas passagens mais ou menos verossímeis. O próprio Ramiz tinha um caráter neste ponto. Nada de inexato lhe agradava.<sup>53</sup>

Mauricéia Filho compartilhava da concepção de que, por meio da vastidão de documentos que levantou e consultou a respeito de Ramiz Galvão, poderia chegar a compor uma imagem do seu biografado tal como ele foi em vida. Como a citação acima deixa transparecer, ele não descarta a necessidade de deduzir e concluir alguns fatos que os documentos não esclarecem, mas, em sua concepção, nada que pudesse colocar o leitor em dúvida de que estaria realmente frente a um verdadeiro retrato de Ramiz Galvão. Aliás, a verdade e a exatidão são compromissos que possuía para com seu biografado, sempre tão cioso de tais princípios. O Ramiz Galvão “revelado” pelas fontes e “apreendido” por Mauricéia Filho é um homem fora do comum em caráter e inteligência. Em sua vida não apresentou dúvidas ou defeitos, além de sempre ter conduzido com firmeza seu destino:

Nada se perde, uma linha sequer, no fio do pensamento oratório. Ramiz não conhecia manchas. Não tinha hiatos ou desconexões. Não sabia o que eram linhas curvas ou diversórias... senão que vai aonde quer, guiando-se a si mesmo, como hábil condutor seguro e equilibrado, caminhando sem atropelos e acidentes, no trânsito difícil das ideias.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> FILHO, A. Mauricéia. Op. Cit. p. 35.

<sup>54</sup> Ibidem. p. 83

As qualidades que Mauricéia Filho ressalta em Ramiz Galvão são basicamente as mesmas que Viriato Correia e Capistrano também enfatizavam quando se referiram ao diretor da Biblioteca Nacional: a seriedade, a retidão e o envolvimento com o trabalho. Mauricéia Filho, no entanto, justamente por pretender construir um texto biográfico (o que não era o objetivo de Capistrano ou Viriato Correia), expande essas características, ressaltando não só que elas acompanham Ramiz por todos os lugares pelos quais passou e atuou, mas, inclusive, são inerentes à sua natureza e podem ser percebidas desde a sua juventude:

Há uma expressão latina de que muito, ao que parece, gostava de usar Ramiz Galvão, tão amiudadas vezes a encontramos em seus escritos: *ex digito gigas*. A ele bem se ajusta o dito “pelos dedos se conhece o gigante”. Pois já eram claros os indícios do gigante das nossas letras e da nossa história a manifestar-se no moço esguio, misto de inglês e de ibérico, nos traços que a herança lhe deu, porém muito nosso, cem por cento brasileiro, pela pujança e integridade da consciência cívica, que o impulsionava.<sup>55</sup>

Neste mesmo trabalho, mais adiante, o autor reforça a ideia presente também no discurso de Viriato Correia de que o Ramiz Galvão sexagenário em nada diferia do jovem-recém saído das salas do Colégio Pedro II:

O moço de 18 anos ou 19 anos, como ele mesmo afirma, repete-se, quase por inteiro na forma e todo inteiro na substância, naquele sexagenário, que a Monarquia tomou para si para o entregar intangível e imutável às gerações republicanas.<sup>56</sup>

Ao longo do texto, uma das virtudes mais destacadas pelo autor é o forte sentimento cívico de Ramiz Galvão. Em um determinado momento da sua narrativa, que ele intitula, não por acaso, de *vocação patriótica*, o autor refere-se à chamada Questão Christie, a contenda diplomática que colocou em lados opostos o Brasil e a Inglaterra no início dos anos 1860.<sup>57</sup> Naquela época, conta o biógrafo, Ramiz tinha apenas dezesseis anos, mas tal episódio o teria marcado profundamente. Utilizando um

---

<sup>55</sup> Ibidem. p. 14-5.

<sup>56</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>57</sup> Neste episódio, o embaixador inglês, William Dougall Christie, exigiu do governo brasileiro, além de um pedido formal de desculpas, uma indenização pelo saque do navio inglês *Prince of Wales*, encalhado próximo à costa do Rio Grande do Sul, e pela prisão de alguns marinheiros ingleses, detidos por vagarem bêbados e promovendo arruaças pelas ruas do Rio de Janeiro. Para resolver a contenda que estremeceu as relações entre Brasil e Inglaterra, o rei da Bélgica, Leopoldo II, foi convidado para intermediar o conflito, dando parecer favorável ao Brasil.

discurso que Ramiz Galvão escreveu décadas depois no IHGB e no qual ele se referia ao incidente, Mauricéia destaca que tal acontecimento feriu fundo a sua alma, despertando no jovem Ramiz a vontade de “dar-se todo em defesa da pátria”. Embora a Questão Christie tenha deixado Galvão profundamente ofendido ao ver a soberania de seu país desrespeitada por uma potência estrangeira, ela trouxe algo de positivo para sua vida, segundo Mauricéia Filho, pois o teria ensinado a “amar a sua pátria de maneira constante e especial, dando-lhe tudo, desinteressadamente, em troca de quase nada!”.<sup>58</sup>

O patriotismo, o espírito cívico e a retidão, além das demais qualidades ressaltadas, são supostamente tão fortes em Ramiz que chegam a emocionar o biógrafo, a ponto de fazê-lo parar a narrativa e comentar o seu deslumbramento em relação à figura do seu biografado:

Deixamos aqui cair o lápis sobre o papel. Há um mundo tumultuoso de pensamentos e reflexões que se atropelam na ânsia de chegar ao termo. Há emoções felizes que também nos perturbam e cansam. Pois não é fácil ao biógrafo e ao crítico seguir as pegadas de um vulto da estrutura de Ramiz Galvão que parece às vezes movido de uma preocupação de humildade desconcertante, deixando-nos sem pista, quase apagados que são os traços de sua caminhada.<sup>59</sup>

Creemos que, a partir dos elementos destacados, torna-se evidente o caráter fortemente elogioso da obra de Mauricéia Filho. Mas este não é certamente o único ponto passível de crítica presente na obra. Ao longo do texto, as fontes consultadas são utilizadas sem muito rigor, como se fossem expressões diretas da personalidade de Ramiz Galvão. Acontecimentos rememorados por Ramiz Galvão com décadas de distanciamento em relação ao evento (como é o caso do discurso sobre a Questão Christie) são tomados como expressões diretas do pensamento do jovem Galvão e não como uma reelaboração posterior.

Como foi dito, apesar do caráter parcial (que não é exclusividade desta biografia), o livro tem méritos, especialmente pela quantidade de documentos citados, pelo levantamento das obras e da correspondência de Ramiz e pelos resumos que faz destes documentos. No entanto, é importante perceber como, à medida que Mauricéia Filho pretende fazer um estudo reconstruindo o “verdadeiro” Ramiz, ele não só constrói a imagem de um homem que praticamente já nasceu pronto, pois determinadas qualidades suas já podiam ser vislumbradas desde a sua mais tenra idade, mas também

---

<sup>58</sup> Ibidem. p. 13.

<sup>59</sup> Ibidem. p. 84.

ressalta características que ele, o autor, considera como um valor, como é o caso do espantoso “espírito cívico” de Ramiz.

Além da biografia de Mauricéia Filho, outra obra que se dedicou ao estudo de Ramiz Galvão foi escrita por Edson Nery da Fonseca. Trata-se de um pequeno texto intitulado *Ramiz Galvão – bibliotecário e bibliógrafo*, publicado em 1963.<sup>60</sup>

A escolha de Edson Nery em tomar Ramiz Galvão como objeto de estudo pode ser explicada pela própria trajetória do autor. Além de ter convivido com intelectuais importantes, como Gilberto Freyre, sobre quem escreveu alguns livros, Fonseca participou da fundação da Universidade de Brasília e seu nome é referência nos estudos sobre a biblioteconomia no Brasil. Nos anos 60 e 70, com a disseminação dos cursos de biblioteconomia já consumada no Brasil, foi também um defensor ardoroso da importância do papel dos bibliotecários e exigia a presença desta categoria nas principais bibliotecas do país, inclusive na direção da Biblioteca Nacional.<sup>61</sup>

Seu trabalho sobre Ramiz Galvão não se trata exatamente de uma biografia do diretor da BN, antes propõe estudar a sua atuação como bibliotecário e bibliógrafo, enfatizando as mudanças vivenciadas na Biblioteca Nacional durante a sua gestão. Ao longo do texto, Edson Nery destaca todas as transformações e novidades implementadas por Galvão ao longo da sua administração: a ampliação do horário de atendimento ao público, a publicação dos *Anais*, as exposições realizadas etc. No entanto, ganha destaque nesta obra a erudição de Ramiz Galvão e a sua ampla formação:

(...) o sucesso de Ramiz Galvão como bibliotecário e bibliógrafo decorreu tanto dos seus conhecimentos técnicos como da sua imensa cultura geral e da amplitude de seus interesses e aptidões. (...) Em nossos dias, quando a biblioteconomia e a bibliografia são – ou dão a impressão de ser – redutos de técnicos ignorantes – por culpa de cursos onde só se ensina a fazer fichas – é bom que as atividades biblioteconômicas e bibliográficas de um sábio como Ramiz Galvão sejam lembradas e que sua figura seja apontada como exemplo aos bibliotecários e bibliógrafos brasileiros.<sup>62</sup>

No momento em que este texto foi produzido, o ensino da biblioteconomia no Brasil passava por um processo de mudanças. A erudição exigida dos bibliotecários, simbolizada no conhecimento de várias línguas, antigas e modernas, no estudo da

---

<sup>60</sup> Segundo Mauricéia Filho, Edson Nery da Fonseca foi bibliotecário da Câmara dos Deputados. Também foi discípulo de Gilberto Freyre e autor de diversos livros, como: *Gilberto Freyre de A a Z*, *Poemas de Manoel Bandeira com Motivos Religiosos* e *Alumbramentos e Perplexidades*.

<sup>61</sup> CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. p. 99.

<sup>62</sup> *Ibidem*. p. 12.

história da arte e do livro, bem como nas viagens de estudo para fora do país, especialmente para a Europa (elementos anteriormente considerados indispensáveis para os estudantes de biblioteconomia), foi cedendo cada vez mais lugar à técnica. Na verdade, o modelo de bibliotecário com uma formação humanística – muito próprio da influência francesa da *École des Chartes* – foi substituído pelo modelo norte-americano, mais interessado nos processos técnicos e na formação prática do bibliotecário. O resultado, para Edson Nery, era a formação de pessoas capacitadas somente para fazer fichas e ordenar livros em prateleiras. Assim, escrever sobre Ramiz Galvão era uma forma do autor debater a educação recebida pelos jovens bibliotecários em seus cursos e defender a sua formação ampla e erudita, tal qual, segundo ele, possuía o diretor da BN:

A verdade é que não são demais para um bibliógrafo: algum conhecimento das línguas grega e latina, perfeito conhecimento do francês e do inglês, de história e de literatura em geral, - e tudo isso sem excluir a ciência bibliográfica propriamente dita.<sup>63</sup>

Assim, é interessante observar que o maior interesse de Fonseca neste estudo é, a partir da figura de Ramiz Galvão, criticar a especialização e a tecnização do bibliotecário de seu tempo. Ramiz, segundo ele, conseguia juntar a técnica à sabedoria, duas coisas fundamentais para o seu ofício. Não é à toa, portanto, que Edson Nery, concordando com Gilberto Freyre, afirma que o diretor da Biblioteca Nacional merece o título de “bibliotecário perfeito”.<sup>64</sup> Ramiz Galvão, além de ter “lançado o marco inicial da formação profissional do bibliotecário no Brasil”,<sup>65</sup> especialmente ao promover o primeiro concurso público da instituição,

(...) soube cuidar de tudo: do complemento das coleções, (...); da aquisição das “obras mais procuradas e que a biblioteca não possui” (...); do registro, classificação, catalogação e conservação do acervo; e especialmente, da atenção que devia ser dispensada aos leitores, uma vez que as bibliotecas existem mais para difundir os livros do que para guardá-los.<sup>66</sup>

Não foi à toa, portanto, que, pela sua atuação na BN, Ramiz foi chamado de “patrono dos bibliotecários”, tendo a sua vida sempre associada aos estudos e ao trabalho promovido junto àquela instituição.<sup>67</sup>

---

<sup>63</sup> Ibidem. p. 19.

<sup>64</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>65</sup> Ibidem. p. 20.

<sup>66</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>67</sup> FILHO, A. Mauricéa. Op. Cit. p. 104.

É curioso percebermos que a sua trajetória não foi muito diferente da de alguns homens de sua época. Capistrano de Abreu, por exemplo, já bastante mencionado neste trabalho, também teve uma passagem pela Biblioteca Nacional e, assim como Ramiz, foi membro do IHGB. João Ribeiro, outro intelectual importante contemporâneo de Galvão, teve sua trajetória marcada pela passagem por lugares como o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e a ABL. Guarda ainda com o diretor da Biblioteca Nacional outro ponto semelhante: ambos dirigiram por algum tempo o famoso *Almanaque Garnier*.<sup>68</sup> Por fim, outro elemento que liga essas três figuras é o fato de todos eles terem saído de sua cidade natal para virem se estabelecer no Rio de Janeiro.

Assim, a trajetória de Ramiz Galvão não destoa da de outros homens de sua época. No entanto, como lembra Eliana Dutra, ao contrário de outros intelectuais de seu tempo, como o próprio João Ribeiro, Ramiz seguiu um percurso mais burocrático, embora tenha se dedicado à pesquisa e à história.<sup>69</sup> Certamente foi este percurso burocrático que contribuiu para criar uma imagem de um homem envolvido com o trabalho e os estudos. No entanto, embora bastante respeitado por estas características, principalmente no círculo letrado de sua época, sua produção intelectual é desconsiderada, mesmo por seus pares. Em seu discurso na ABL, por exemplo, Viriato Correia, embora sempre destacasse a longevidade de Ramiz, bem como a sua maneira séria de encarar o seu trabalho, não deixou de comentar também os limites da sua produção:

A morte gosta de encontrar a gente de malas prontas para a grande viagem. O trabalho não deixava Ramiz Galvão preparar as malas. Trabalhou tanto que lhe foi difícil arranjar uma oportunidade para morrer. E esse homem que tanto viveu e tanto trabalhou não pôde realizar obra de vulto. O que escreveu no campo literário é quase nada. Não teve tempo de fazer obra grande e grande obra. Energia intelectual, cultura e entusiasmo, colocou-os sempre ao serviço de obras subterrâneas, das tais que tudo levam de nós, as forças, a paciência, a erudição e nem sequer nos deixam o nome.<sup>70</sup>

Ao contrário de João Ribeiro, Varnhagen e Capistrano, Ramiz Galvão não deixou escrita uma obra sobre história do Brasil. Não produziu nem uma obra geral, como Varnhagen, tampouco um manual escolar, como João Ribeiro, nem um livro que abarcasse pelo menos um momento da história do país, como Capistrano. Ramiz possui uma produção variada, composta pelos relatórios produzidos nos tempos em que

<sup>68</sup> Sobre o *Almanaque Garnier*, ver DUTRA, Eliana. Op. Cit.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>70</sup> CORREIA, Viriato. Op. Cit.

presidiu a BN, pelos estudos que fez sobre a Ordem Beneditina no Brasil e a vida de Frei Camilo de Monserrate e pelo *Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega*. Apesar da admiração que nutria por Ramiz, Capistrano não se eximiu de lançar uma crítica à produção de seu antigo chefe:

Não é uma inteligência superior. Sua biografia de Frei Camilo é um bom livro, sem ser notável; um dicionário de termos gregos não me parece que valha alguma cousa; seus discursos no instituto parecem-me de outras eras; sua ortografia é um quebra-cabeças. Lembro-me que uma vez, lendo “ermão” nos anais da Biblioteca Nacional, pensei no aumentativo de ermo, pensei em ermitão, e só depois vi que era irmão.<sup>71</sup>

Certamente a sua obra de maior vulto não foi comentada por Capistrano. Trata-se do *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*, que traz um levantamento de diversos documentos referentes à história do país. No entanto, além da obra ter contado com a colaboração de outros funcionários da Biblioteca Nacional, como o próprio Capistrano, trata-se de um levantamento de documentos, não de um estudo que arrisque uma interpretação para a história do país.

Embora escrevesse sobre história e tenha participado do IHGB, Ramiz, de fato, não deixou uma produção historiográfica. Isso certamente foi importante não só para a construção da sua memória como alguém mais ligado “às obras subterrâneas”, como diz Viriato Correia, mas também para que hoje seus trabalhos fossem esquecidos, não participando do panteão dos historiadores nacionais, onde ocupam lugar figuras como Capistrano de Abreu e João Ribeiro. Antes, ocupou um espaço na memória dos bibliotecários, sendo considerado, como foi dito, patrono desses profissionais.

---

<sup>71</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo, 25 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2. p. 72.

**Capítulo 2:**  
**Viver em meio a livros.**  
**O trabalho de Ramiz Galvão na direção da Biblioteca Nacional**

*Amai sempre a Biblioteca Nacional;  
alimentai sempre o fogo sagrado do patriotismo mais  
decidido, e eu, levita arredado destes altares,  
aplaudirei com efusão os vossos triunfos,  
porque serão sempre os meus.*  
Ramiz Galvão<sup>72</sup>

### **Introdução**

As palavras acima finalizam o discurso proferido por Ramiz Galvão diante dos funcionários da Biblioteca Nacional no dia 24 de julho de 1882, quando deixava o seu cargo de diretor para tornar-se preceptor dos netos de D. Pedro II. Trata-se de uma fala curta, mas emocionada, na qual agradecia e reconhecia o trabalho dos funcionários que, junto com ele, promoveram “a obra de reorganização da biblioteca” e verbalizava também um sentimento fraterno que tinha pelo espaço que dirigiu durante doze anos. Ao abandonar o seu posto, ele sabia o quanto sua passagem pela Biblioteca Nacional representou para a instituição e não deixou de referir-se às mudanças que ajudou a promover durante o tempo que esteve à sua frente:

Com o concurso do vosso zelo chegamos enfim ao estado presente, o qual, se não é o melhor que se pudera desejar, representa todavia um enorme melhoramento em todos os ramos de serviço, que encontrei em 1870. Muito resta ainda por fazer-se, e muito mais quisera eu ter obtido a bem de uma repartição amada, que absorveu os melhores dias da minha mocidade e toda a soma de patrióticos esforços que jamais um cidadão dedicou ao serviço de seu país.<sup>73</sup>

De fato, a direção da Biblioteca Nacional absorveu alguns anos da “mocidade” de Ramiz, uma vez que ele assumiu a instituição no dia 14 de dezembro de 1870, com apenas vinte e quatro anos de idade. Era, até então, o mais jovem administrador à frente da instituição. À época, não existia o título de “diretor”, que só passou a vigorar a partir

---

<sup>72</sup> GALVÃO, Ramiz. *Discurso do Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão proferido perante os empregados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a 24 de julho de 1882 ao deixar o cargo de bibliotecário*. Biblioteca Nacional. Mss.

<sup>73</sup> Idem.

da proclamação da República<sup>74</sup>. Aquele que administrava a biblioteca era chamado, simplesmente, bibliotecário. O nome da instituição também trazia algumas confusões. Desde 1822, ela deixou de ser chamada “Biblioteca da Corte” e passou a nomear-se “Imperial”, embora os documentos oficiais também se referissem a ela como “Biblioteca Pública” ou ainda “Biblioteca Nacional”,<sup>75</sup> expressão que temos utilizado neste trabalho. O jovem Galvão foi chamado para substituir o experiente e erudito Frei Camilo de Monserrate, que acabara de falecer na Ilha do Governador, para onde havia se retirado por se achar gravemente doente.<sup>76</sup>

Frei Camilo esteve à frente da Biblioteca Imperial por dezessete anos e, segundo Ramiz Galvão, entregou-a num estado de total decrepitude. Como veremos, esse estado não se deve ao descaso do religioso, que insistentemente solicitava melhorias para a instituição, mas aos poucos recursos disponíveis e às constantes negativas que recebia do Ministério do Império diante dos pedidos que fazia. Os ofícios escritos nos primeiros meses de administração de Galvão, dirigidos ao conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, descrevem os sérios problemas estruturais do prédio da biblioteca herdados do período de Frei Camilo:

A Biblioteca Pública, Exmo snr, que foi transferida para este edifício em 1853, não sofreu até agora reparos, nem modificação alguma tendente a melhorá-la, posto que sensíveis deterioramentos já se lhe pudessem notar; no ano passado fez apenas um novo assoalho para uma das salas do passamento térreo, e esse mesmo ficou imperfeito e mal acabado.<sup>77</sup>

Quando Ramiz assumiu a direção da Biblioteca Nacional, o momento era outro. Embora ele não tenha solucionado todos os problemas da instituição, ele conseguiu introduzir algumas mudanças substanciais que fizeram a BN se estruturar como uma biblioteca em termos de funcionamento propriamente dito e também tornar-se um espaço de estudos e de recolhimento dos documentos relativos à memória pátria.

Ao longo deste capítulo, trataremos da atuação de Ramiz Galvão como bibliotecário, destacando as principais mudanças introduzidas por ele enquanto esteve à frente da Biblioteca Nacional, entre 1870 e 1882. Nosso objetivo é conhecer um pouco do cotidiano da biblioteca e perceber por que certas mudanças foram possíveis sob a sua

<sup>74</sup> CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. p. 73.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do Bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 21 de novembro de 1870.

<sup>77</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do Bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 30 de março de 1871. O documento refere-se ao prédio situado no Largo da Lapa.

administração e não sob o comando de seus antecessores. Em seguida, na segunda parte do capítulo, analisaremos o papel da Biblioteca Nacional na formação de um ambiente letrado na Corte nos anos 1870 e veremos que público frequentava aquele espaço e de que forma ele foi atingido pelas mudanças no funcionamento da instituição.

### **Tempos de mudança**

Ser nomeado para a direção da Biblioteca Nacional não era uma tarefa simples. Antes, exigia uma importante dose de amizades e de relações pessoais. Na biografia que escreveu sobre Frei Camilo de Monserrate, Ramiz Galvão conta que seu antecessor fora convidado diretamente pelo imperador para dirigir a instituição, após ter passado muitos percalços com seus superiores beneditinos. Se dermos crédito ao que nos fala Ramiz, Frei Camilo era um homem de muitas qualidades e uma delas era certamente a erudição e o amor aos livros. No entanto, de acordo com o perfil feito na biografia,<sup>78</sup> Monserrate parecia ser uma pessoa difícil de lidar por seu caráter inconstante e suscetível. Ainda na sua juventude, teve uma série de desavenças com o pai e com a madrasta. Veio para o Brasil em 1844 e, para suprir as necessidades materiais, acabou optando pela segurança da vida religiosa, recorrendo à Ordem Beneditina. Já com o hábito monástico, foi incumbido de organizar a biblioteca do Mosteiro de São Bento, tarefa agradável para um homem devotado aos estudos. No entanto, a falta de liberdade da vida monástica e o rigor das cerimônias eclesásticas acabaram não somente por desiludir Frei Camilo, mas também por sufocá-lo. Foi quando, em 1853, o Imperador deu a ele o remédio para os seus males, nomeando-o diretor da Biblioteca Pública da Corte. O que Ramiz Galvão não nos conta foi que Frei Camilo fez um requerimento formal, solicitando ao Imperador a mercê do lugar de diretor da biblioteca. Este documento, que atualmente pertence à seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontra-se em mau estado de conservação, possuindo alguns buracos que dificultam a sua leitura, porém não a impossibilitam:

Frei Camillo de Monserrate, monge beneditino [ ] de S. Bento da Corte, - não estando pela direção de seus estudos, estranho aos trabalhos bibliográficos e paleográficos, e esperando, por seu zelo e cuidado, tornar-se útil no emprego de diretor da Biblioteca Imperial da cidade do RJ, pela redação de um

---

<sup>78</sup> GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. Estudo Biográfico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1887. p. 83-138.

catalogo sistemático, e [ ] especial estudo, ao qual o suppl<sup>le</sup> se entregaria, dos livros e documentos relativos a Historia Nacional, para estar mais [ ] a prestar serviços ao publico brasileiro, tem a honra de pedir respeitosamente a Vossa Majestade Imperial, para que se digne de fazer mercê ao suplicante do lugar de diretor da Biblioteca Imperial da Cidade do Rio de Janeiro.<sup>79</sup>

Como se vê, com o objetivo de conseguir o cargo de diretor, Frei Camilo recorreu à experiência com a biblioteca do Mosteiro de São Bento e também se propôs a sanar alguns problemas que de longa data afetavam a Biblioteca Imperial, como a falta de um catálogo sistemático, além de propor-se a fazer um estudo e levantamento das fontes referentes à história do Brasil. Veremos adiante que estas duas últimas propostas também marcaram a administração de Ramiz Galvão. Por ora, basta destacar que, para a obtenção da graça pelo Imperador, contava a favor de Monserrate não apenas a fama de grande erudito, mas também a experiência como bibliotecário e a sua atuação como professor do Colégio Pedro II.<sup>80</sup>

Quando Frei Camilo assumiu o cargo, a Biblioteca Imperial já possuía uma tradição de dirigentes clérigos. Após a Independência, ela foi administrada por Frei Antonio de Arrábida e pelos cônegos Francisco Vieira Goulart e Januário da Cunha Barbosa.<sup>81</sup> Dos quatro diretores que antecederam Frei Camilo, apenas um não estava ligado ao clero secular ou regular: José de Assis Alves Branco Muniz Barreto. Frei Camilo, embora, como vimos, tenha optado de forma pragmática pela vida religiosa, veio fortalecer a tradição de diretores clérigos da instituição.

Em nossas pesquisas, não encontramos nenhum documento de Ramiz Galvão solicitando o cargo de bibliotecário, como fez Frei Camilo. Certamente se o encontrássemos seria uma pista valiosa e que nos ajudaria a traçar o caminho percorrido

<sup>79</sup> MONSERRATE, Camilo de. *Requerimento solicitando a mercê do lugar de diretor da Biblioteca imperial da cidade do Rio de Janeiro*. [sl], [sd]. Biblioteca Nacional. Mss.

<sup>80</sup> Frei Camilo de Monserrate ocupou a segunda cadeira de geografia e história do Colégio Pedro II entre 1850 e 1855.

<sup>81</sup> Frei Antonio de Arrábida nasceu em Portugal em 1771 e foi nomeado diretor da Biblioteca Imperial em 1822, tendo permanecido no cargo até 1831. Além de ter sido preceptor dos príncipes D. Pedro e D. Miguel, exerceu o cargo de reitor do Colégio Pedro II de 1838 a 1839. Foi substituído por Francisco Vieira Goulart. Formado em Coimbra, Goulart é caracterizado por Lúcia Maria Bastos Neves como um intelectual ilustrado que contou com as benesses da Coroa portuguesa para ocupar os lugares de destaque nos quais atuou. Assim, exerceu a atividade de naturalista na Capitania de São Paulo, foi diretor do Laboratório Químico do Rio de Janeiro, sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa, redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* e diretor da Biblioteca Imperial até a sua morte em 1839. Naquele momento, assumiu a instituição Januário da Cunha Barbosa, conhecido também por ser um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre a sua administração e a de Frei Camilo, a BN esteve sob os cuidados de José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, doutor em medicina nascido na Bahia. (Sobre Francisco Vieira Goulart, ver NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Francisco Vieira Goulart: entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais. In: *Usos do Passado — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006*; as informações a respeito dos demais diretores foram retiradas de ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional. Resumo Histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897).

por ele até a direção da BN. No entanto, um discurso proferido por José de Alencar em 1871 na Câmara de Deputados nos ajuda a elucidar alguns pontos sobre a indicação e aceitação de Ramiz Galvão para a direção da biblioteca. No trecho do discurso, que reproduzimos abaixo, o deputado comenta a indicação de Ramiz para o cargo e faz ainda algumas reflexões sobre o perfil de bibliotecário que deveria estar à frente da instituição:

Leio no relatório do nobre ministro do império tratando da Biblioteca Nacional que S. Ex. entende que essa biblioteca precisa de ser franqueada ao publico, em horas mais convenientes, e para isso autorizou uma despesa na importância de 11:000\$000. Concorde que a nossa biblioteca publica não está bem acomodada para prestar a utilidade que dela se deve esperar. A respeito da nomeação do bibliotecário, feita pelo nobre ministro, me limitarei a uma simples observação. Embora eu esteja convencido que essa nomeação não pode deixar de ser boa, porque o nobre ministro a fez por *inspiração*; e sem desconhecer as qualidades e talentos do nomeado, entendo que o lugar de bibliotecário público deve ser reservado para um homem conhecido pela sua vasta erudição, para uma reputação firmada, para uma ilustração que possa receber dignamente os sábios estrangeiros que transitem por nosso país, e dar-lhes uma ideia elevada da nossa civilização. Não é lugar para os moços se habilitarem, mas para se remunerar os talentos feitos. Bem sei que o ordenado que se marcou para esse funcionário não comporta uma nomeação desta ordem; mas cumpria ao nobre ministro propor no orçamento o necessário aumento de ordenado, a fim de tornar esse cargo uma espécie de aposentadoria honrosa para algum literato ilustre, já encanecido pelas vigílias do estudo, pelos seus serviços prestados, citarei, para exemplo, o Sr. Conselheiro Jose Maria do Amaral, o comendador Porto Alegre, e se, bem que mais moço, o Dr. J. M. de Macedo. Não falo do Sr. Conselheiro Magalhães e outros, porque se dedicaram a diversa carreira. Em todos os países cultos da Europa, o bibliotecário público é sempre um homem notável pelo seu talento e por sua vasta erudição.<sup>82</sup> (grifo do autor).

De acordo com Nelson Schapochnik, o cargo de bibliotecário tinha a “chancela do poder”, uma vez que o pretendente deveria ser indicado pelo ministro e tinha ainda de passar pelo crivo da Assembléia. Nesta esfera, as relações pessoais poderiam ajudar ou mesmo prejudicar as aspirações do candidato.<sup>83</sup> No caso de Ramiz Galvão, sua indicação acabou sendo aceita pelos deputados e corroborada por D. Pedro II. No entanto, pelo discurso de José de Alencar, parece que a aceitação não foi feita sem reservas. Como vimos, Ramiz não era um ilustre desconhecido da monarquia, uma vez que o imperador já tivera a oportunidade de verificar suas habilidades nos exames e nas aulas que ministrava no Colégio Pedro II. Ainda antes de entrar para a BN, Ramiz fez parte do Instituto dos Bacharéis em Letras, instituição formada por ex-alunos do

<sup>82</sup> ALENCAR, José de. *Discurso proferido na sessão de 1871 da Câmara de Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1871. p. 55.

<sup>83</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 1999. p. 282.

Colégio Pedro II e ligada ao poder imperial. Na época de sua nomeação, também já havia publicado alguns trabalhos, como *O Púlpito no Brasil*, sobre oratória sacra, e a sua tese de conclusão do curso de medicina, intitulada *Do valor terapêutico do Calomelano no Tratamento das Inflamações Serosas*. No entanto, para José de Alencar (e talvez para outros deputados), estas características não eram suficientes para o cargo pretendido. Ser diretor da Biblioteca Nacional requeria mais: deveria ser uma homenagem a alguém com uma longa carreira, e não o trampolim para um jovem alcançar uma posição. A BN deveria, portanto, ser um fim, não um meio. No entanto, como exigir que um grande nome das letras aceitasse ocupar aquele cargo se a remuneração não era atraente? Diante desse impasse, a biblioteca ficaria nas mãos de um jovem, que assumia a instituição aceitando receber o ordenado que o governo se prestava a pagar. No entanto, apesar do salário pouco atrativo, foi a experiência na direção da principal biblioteca do país que fez com que Ramiz Galvão se tornasse mais conhecido em um círculo erudito, além de tê-lo possibilitado visitar bibliotecas de outros países e entrar em contato com livreiros e bibliotecários estrangeiros.

Quando Ramiz Galvão assumiu a instituição, ela passava por uma série de problemas. Um deles era, certamente, o dos baixos salários de seus funcionários, inclusive o seu próprio. Além deste, ela necessitava de reformas urgentes para que pudesse abrigar os livros e receber com segurança o público. Naquele tempo, a Biblioteca Nacional funcionava em um edifício situado à Rua da Lapa, tendo sido transferida para lá no início da década de 1850, ainda na gestão de Frei Camilo. Desde a mudança, o prédio não tinha passado por nenhum reparo e já era possível notar de forma sensível o deterioramento do edifício. Em um de seus primeiros relatórios enviados ao Ministro do Império, Ramiz conta que várias salas e corredores da biblioteca encontravam-se arruinados e mesmo podres:

O que daqui resulta em um duplo inconveniente: 1º. o de não poderem suportar com segurança as pesadas estantes de livros, que aí se acham; 2º. deixarem passar por cima a grande umidade do solo, causa do estrago de muitos volumes depositados nessas estantes. (...) Não hesito a repetir a V. Ex<sup>a</sup> que são de absoluta necessidade estes reparos na Biblioteca Publica. Sem eles, ver-me-ei obrigado a cruzar os braços diante do progressivo deterioramento de livros pela maior parte úteis, invadirão com mais fúria os vermes, que já começam a estragar algumas das salas da casa, perder-se-á finalmente boa parte das somas que há despendido até hoje o Governo Imperial com este estabelecimento de incontestável utilidade pública.<sup>84</sup>

<sup>84</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 30 de março de 1871.

Diante dos problemas estruturais, uma das primeiras atitudes do novo diretor foi solicitar ao Império alguns contos de réis que seriam destinados às reformas daquele estabelecimento. As obras foram aceitas e estavam previstas ainda algumas modificações necessárias nos aposentos para que Ramiz Galvão fixasse sua residência em um prédio contíguo à própria biblioteca. Morar próximo àquele estabelecimento possibilitava que o bibliotecário se dedicasse de maneira integral à organização do serviço e do acervo da instituição.<sup>85</sup>

Durante a gestão de Ramiz Galvão, um de seus principais objetivos foi tornar a biblioteca um ambiente útil para os intelectuais fluminenses e isso demandava organizá-la de forma que servisse aos interesses de seus frequentadores. Assim, era necessário que a casa assumisse que sua função não deveria ser apenas de armazenar livros, manuscritos e materiais iconográficos, mas também de auxiliar investigações e estudos de toda natureza. No ano de 1870, ainda sob a direção de Frei Camilo de Monserrate, a biblioteca foi frequentada por pouco mais de dois mil leitores. Para Galvão, esse número não podia ser explicado pela pequena quantidade de pessoas ilustradas na cidade. Homens ilustrados, dizia ele, existiam. No entanto, este grupo não conseguia ter acesso às riquezas da biblioteca, pois nela não havia catálogos, pessoal capacitado e um horário amplo de consulta.

Desde que assumiu a instituição, Galvão solicitava constantemente mudanças estruturais na biblioteca para que ela pudesse ficar aberta por um período maior, uma vez que seu horário de funcionamento, das 9 às 14 horas, não permitia o acesso de muitas pessoas àquele estabelecimento. Para a ampliação do horário, era necessário investir em iluminação a gás em todo edifício e no aumento dos salários e do número de funcionários. Em relação ao primeiro pedido, ele não apresentou grandes dificuldades para ser aprovado pelo Ministério: a biblioteca ampliou em uma hora o seu horário diurno e passou a abrir no horário noturno, das 16 às 21 horas, já no dia 2 de maio de 1872.<sup>86</sup> Logo no seu primeiro dia de funcionamento no novo turno, a instituição recebeu vinte leitores, entre eles o próprio imperador D. Pedro II, que deixou-se ficar cerca de uma hora na biblioteca, examinando coleções de livros, manuscritos e estampas.<sup>87</sup> Em relatório referente aos meses de janeiro a setembro deste mesmo ano, Ramiz

---

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> CARVALHO, Gilberto Vilar de. Op. Cit. p. 73

<sup>87</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do Bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 7 de maio de 1872.

comemorava o fato de, neste período, a biblioteca ter recebido 6555 leitores, muitos dos quais frequentadores do período noturno. Na sua estimativa, até o fim de 1872, a casa seria visitada por 9864 pessoas, que teriam consultado 11502 obras. Ramiz pode não ter acertado de forma precisa nos números, mas, de fato, o novo horário agitou o trabalho dos bibliotecários, que passaram a servir a um contingente maior de frequentadores daquela instituição.

A ampliação do horário e o aumento dos frequentadores colocavam em pauta a questão dos salários dos funcionários da biblioteca. Além disso, como organizar a entrada e saída de pessoas do prédio e zelar pela integridade das obras consultadas? Outra questão também se colocava: como fazer um catálogo que pudesse ajudar aos frequentadores da instituição naquilo que procuravam? A viagem à Europa e o conhecimento do funcionamento das principais bibliotecas daquele continente ajudaram Ramiz Galvão a pensar estas questões e também possibilitaram as reformas que empreendeu na Biblioteca Nacional especialmente a partir de 1876.

Aos vinte e quatro anos, quando assumiu a instituição, Ramiz não tinha muita experiência com o cotidiano de uma biblioteca. Se compararmos sua trajetória com a de Frei Camilo, por exemplo, notamos algumas diferenças substanciais. O religioso beneditino nasceu na França, mas teve a experiência de conhecer outros países quando empreendeu uma viagem para a Austrália. Mais tarde, saiu de sua terra natal e veio para os trópicos. Quando chegou à direção da BN, já tinha, além de uma experiência de vida, uma experiência prática com a organização da biblioteca de seu mosteiro. Ramiz Galvão não tinha dirigido nenhuma biblioteca. Nunca havia estado em outro país e, as grandes bibliotecas européias, sempre tomadas por ele como referência para a organização da BN, só as conhecia pelos livros, pelos comentários de seus pares e pelos catálogos e informações que encomendava aos amigos que iam para o exterior. Uma carta enviada ao cunhado, o almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama, que em 1872 se encontrava a bordo da corveta *Nicteroy* em Lisboa, nos permite perceber como Ramiz coletava algumas notícias a respeito das bibliotecas européias e a partir delas buscava pensar mudanças práticas no funcionamento da BN. Após agradecer ao cunhado a sua ida à Biblioteca de Lisboa e a obtenção do catálogo da mesma, aproveita para fazer mais um pedido:

Peço-te encarecidamente que continues em tua longa romaria a proceder do mesmo modo, e mui particularmente quando chegares a Londres e Paris,

onde existem esses dois monumentos - Museu Britânico e Biblioteca Nacional -, que se me afiguram de longe prodígios admiráveis.<sup>88</sup>

Ramiz aproveitou a estadia do cunhado para fazer-lhe ainda mais um pedido: que, em Londres e em Paris, observasse e obtivesse informações sobre a organização das coleções e catálogos e sobre a conservação e reparo dos livros. Já que não tinha como ver de perto essas instituições, ele contava com a ajuda de amigos e parentes para, a partir das informações recolhidas, pensar de que forma poderia reformular o trabalho na Biblioteca Nacional.

Em 1873, no entanto, como diretor da BN, teve a oportunidade de conferir por si próprio as informações que recebia de seus pares. Ramiz foi convidado pelo governo Imperial para participar da comissão que representaria o Brasil na Exposição Universal de Viena. Essa possibilidade já se vislumbrava há algum tempo, de acordo com sua correspondência. Na missiva já citada, endereçada a seu cunhado, o bibliotecário avisa que não há nada confirmado a respeito da viagem, mas que o Imperador prometeu "que não esqueceria do meu desejo". Apesar da incerteza, é possível perceber o entusiasmo do diretor da Biblioteca Nacional com a possibilidade de conhecer o "Velho Mundo" quando ele afirma que "aquela era a sua maior aspiração" no momento.<sup>89</sup>

O seu desejo foi realizado. A viagem de Ramiz Galvão pela Europa durou pouco mais de um ano. Neste tempo, ficou encarregado de examinar as bibliotecas de Paris, Londres, Berlim, Munique, Leipzig, Florença, Milão, Viena e Lisboa. No meio de sua viagem, recebeu ainda a incumbência de procurar e adquirir algumas obras e também documentos referentes à história do Brasil existentes naquelas repartições. Certamente essa viagem foi importante para que empreendesse as mudanças que já vinha pedindo ao Ministério do Império. Algumas já tinham sido conseguidas logo nos primeiros anos de sua direção, como a abertura do prédio e a consulta ao acervo da BN durante o período noturno. Porém, faltava mais: a BN precisava definir sua função. Além disso, para os objetivos de Ramiz Galvão e o papel que ele buscava para a biblioteca, era necessário também reformular os seus cargos e estatutos. Para isso, a observação das instituições européias servia como um norte e um espelho para aquilo que a Biblioteca Nacional deveria se tornar. Se o Brasil desejava fazer parte do concerto das nações civilizadas, era necessário que a sua principal biblioteca se organizasse nos moldes das

---

<sup>88</sup> IHBG. *Cartas de Luiz Felipe Saldanha da Gama ao Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, descrevendo sua estada em Lisboa*. 1872.

<sup>89</sup> Idem.

instituições de saber européias, especialmente dos dois países tomados à época como modelos de civilização e progresso intelectual e científico: a França e a Inglaterra.

Um dos principais frutos da viagem de Ramiz foi o relatório apresentado ao Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira sobre a organização das bibliotecas européias. Neste relatório, o bibliotecário centra-se especialmente em duas instituições, o Museu Britânico de Londres e a Biblioteca Nacional de França. Embora faça comentários acerca da organização das demais bibliotecas visitadas, são essas duas que, notadamente, se destacaram aos olhos de Ramiz pela sua monumentalidade e organização. Três elementos chamaram sua atenção em relação a estas duas instituições: a frequência dos leitores, o orçamento destinado a elas pelo governo e a qualidade e os salários de seus funcionários.

Em relação ao primeiro ponto, destinamos o próximo item deste capítulo para fazermos um balanço do público que frequentava a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Por ora, resta-nos destacar que era bem inferior aos 51.396 leitores que compareceram à Biblioteca Nacional de França entre junho de 1873 e maio de 1874. Para termos uma ideia de quão eloquente era esse número, basta dizer que a maior frequência registrada nos doze anos de administração de Ramiz Galvão chegou a pouco mais de 9.500 pessoas, menos de um quinto dos leitores da biblioteca francesa.

No que se refere ao orçamento destinado pelos governos inglês e francês às suas principais bibliotecas, esse deve ter causado inveja a Ramiz Galvão. A França reservava, segundo o bibliotecário, 545.700 francos à sua Biblioteca Nacional:

Este estabelecimento não é de certo dos que oferecem mais lisonjeiro orçamento, nem as atuais circunstâncias da França comportariam maiores despesas: mais ainda assim, que eloquentes algarismos!<sup>90</sup>

Se a Biblioteca Nacional francesa foi alvo de elogios por Ramiz Galvão, mais ainda recebeu o Museu Britânico. Ao longo de todo o relatório, ele enfatizou não apenas as quinze mil libras anuais dispensadas pelo governo inglês à sua primeira biblioteca, mas também a compra de manuscritos e obras com recursos públicos, que permitiu que a instituição alcançasse a marca de um milhão de volumes em seu acervo. Além disso, o governo cuidou para que a biblioteca fosse abrigada em um amplo e belo prédio,

---

<sup>90</sup> GALVÃO, Ramiz. *Bibliothecas Públicas de Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874.* In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*, 1875, anexo D, p. 44.

destinado especialmente para ela.<sup>91</sup> Por fim, Ramiz não perdeu a chance de destacar o valor dos ordenados dos funcionários e bibliotecários ingleses: o diretor recebia cerca de 1.200 libras, o secretário e o tesoureiro 500, os escriturários 320, os assistentes 180 e os serventes 100 libras. Ao todo, trabalhavam naquela instituição cento e sessenta e cinco funcionários, número bem distante dos seis empregados que atuavam na BN quando Ramiz assumiu a sua direção.<sup>92</sup> Ao comparar os salários, o bibliotecário destaca ainda que um servente da Biblioteca de Londres ganhava naquele tempo tanto quanto o 1º oficial da Biblioteca Nacional: “é graças a semelhante pessoal e tais honorários que o *British Museum* consegue apresentar-se aos que o estudam como um estabelecimento modelo”.<sup>93</sup>

O problema dos salários e da qualidade dos funcionários com os quais lidava foi tema de muitos relatórios e cartas de Ramiz Galvão, nas quais argumentava não só a necessidade de contratar pessoas capacitadas e instruídas para trabalhar na biblioteca, mas também de remunerar satisfatoriamente esses funcionários:

Homens que ouvem em seu lar os gemidos da penúria e trazem o cálice da miséria – não podem servir, não serviram, nem servirão jamais como convém. Homens que precisam procurar em outra parte recursos para a sua subsistência e para a de seus filhos – não serviram nem servirão jamais com o zelo desejável. Finalmente, homens que medianamente instruídos puderem alcançar emprego nas Secretarias d’Estado, ou ganhar o pão cotidiano mediante o exercício de qualquer profissão decente – não trocarão nunca esse bem-estar pelas cadeiras da Biblioteca Nacional.<sup>94</sup>

Ramiz Galvão queixava-se frequentemente que os funcionários existentes na Biblioteca Nacional não satisfaziam as exigências do serviço, especialmente de limpeza e conservação dos livros. Além disso, ocupavam cargos cujos salários estavam longe de serem atrativos para pessoas qualificadas. Em um ofício, afirmava que estabelecimentos como a Biblioteca Nacional precisavam de empregados que tivessem, pelo menos, uma “mediocre instrução” e, para isto, é “forçoso que não se continue a dar a esse *oficial* da Biblioteca a terça parte dos vencimentos d’um *continuo* de secretaria” (grifo de Ramiz Galvão).<sup>95</sup>

<sup>91</sup> Ibidem. p. 7-9.

<sup>92</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário* (1868-71). Ofício de 30 de março de 1871. Em 1871, atuavam na BN, além de Ramiz Galvão, dois oficiais, dois praticantes e um guarda.

<sup>93</sup> Ibidem. p. 23.

<sup>94</sup> GALVÃO, Ramiz. Relatório dos trabalhos realizados na Biblioteca Nacional no ano de 1874. In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*, 1875, anexo D, p. 24.

<sup>95</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do Bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 5 de abril de 1872.

Diante das muitas reclamações, o Ministério autorizou que fosse paga uma gratificação aos antigos funcionários da biblioteca para que trabalhassem no período noturno. Mas os problemas não foram resolvidos e as queixas continuavam. Somente alguns anos mais tarde, em 1879, quando a biblioteca se organizava a partir das mudanças concebidas por Ramiz Galvão após seu retorno da Europa, foi realizado o primeiro concurso para bibliotecário da instituição. A seleção para o cargo não era nada simples. Primeiramente, os candidatos deveriam preencher uma ficha solicitando sua inscrição e anexar a ela um comprovante de sua idoneidade moral. Em seguida, eram convocados para os exames. Os candidatos teriam quatro horas para fazer provas de quatro disciplinas: história, geografia, literatura e filosofia. Passada esta etapa, eles seriam submetidos a provas de tradução de textos em inglês, francês e latim. O texto de língua inglesa que serviu para a prova de tradução do concurso é um trecho da obra *Critical and Historical Essays*, de Macaulay. Já para os conhecimentos de língua francesa foi escolhida uma parte de *Le Génie Du Christianisme*, de Chateaubriand. Após a prova de idiomas, os candidatos deveriam mostrar seus conhecimentos arquivísticos e bibliográficos a partir do exercício de classificação de um livro impresso, uma estampa e um manuscrito da biblioteca.<sup>96</sup>

Quatro candidatos concorreram à vaga deste concurso, mas apenas dois foram aprovados. Capistrano de Abreu foi classificado, por unanimidade, em primeiro lugar. Em segundo, ficou o bacharel Misael Ferreira Penna. No entanto, vale ressaltar que, em relatório sobre o concurso, Ramiz Galvão destacou que as provas de Capistrano

foram no todo não só melhores, mas muito melhores que as do segundo. Essa superioridade é sobretudo visível nas provas de latim, inglês, história, filosofia e iconografia. Algumas dessas provas do senhor Capistrano de Abreu, bem consideradas as dificuldades de um exame inteiramente vago e a exiguidade do tempo concedido, quase se podem dizer magistrais.<sup>97</sup>

Neste relatório, Ramiz fez ainda muitos elogios a Capistrano, destacando não só o elevado “talento criador” do mais novo funcionário da instituição, mas também enfatizando que:

A Biblioteca Nacional, onde não podem ser de proveito real se não os homens bem preparados e dispostos a viver e morrer com os livros, a Biblioteca Nacional, em minha humilde opinião, fará uma aquisição feliz

<sup>96</sup> Segundo César Augusto Castro, este concurso seguiu os modelos da École de Chartes de Paris, escola francesa de formação de bibliotecários que, à época, exercia grande influência no Brasil (CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia no Brasil. Perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000. p.50).

<sup>97</sup> GALVÃO, Ramiz. *Relatório sobre os trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte, no anno de 1878*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1879.

com a nomeação do snr Capistrano de Abreu para o lugar de oficial. Ao que sei, nada tem contra si os dois concorrentes em matéria de moralidade.<sup>98</sup>

Capistrano de Abreu possuía o perfil do bibliotecário que Ramiz procurava: era erudito, com uma ampla cultura geral, que incluía o conhecimento da história, literatura e língua pátrias, mas também portador de um conhecimento técnico, pois saberia manejar e classificar os documentos da instituição. Era o funcionário ideal para o novo perfil de biblioteca que aos poucos tomava forma durante a sua gestão.

O concurso de 1879 fez parte de todo um conjunto de reformas instituídas após a viagem de Ramiz à Europa. Essas reformas não renderam apenas a nomeação de Capistrano como oficial da biblioteca, mas também possibilitaram a elaboração de um novo regulamento, que passava a dividir a BN em três seções: impressos e cartas geográficas, manuscritos e estampa. Os novos estatutos também se preocupavam em fiscalizar melhor os leitores que frequentavam a instituição e buscavam ampliar e fazer cumprir a lei de 3 de julho de 1847, que obrigava os tipógrafos da corte a enviar exemplares das obras impressas para a BN. No projeto do novo regulamento, redigido por Ramiz Galvão, ele demandava que esta lei se estendesse a todo Império, não ficando, portanto, restrita aos tipógrafos da Corte, e passasse a englobar também estampas, mapas, planos e fotografias, não somente obras impressas.<sup>99</sup> Foi também a partir da viagem à Europa que Ramiz passou à realização de um novo catálogo para a BN, necessidade que, como vimos, já havia sido levantada por Frei Camilo, embora este não tenha podido cumpri-la. Em seu relatório, Ramiz destacava que percebeu em sua viagem a necessidade de organizar catálogos inteiramente novos e optou, a partir do que viu nas bibliotecas européias, por fazer um catálogo alfabético ou nominal e outro sistemático ou por matérias:

Nesta casa é preciso prever a consulta de duas ordens de leitores: uns conhecem já a obra que desejam, sabem-lhe o título por extenso e a edição que lhes convêm; outros são estudiosos que fazem investigações em certo sentido, mas ainda não sabem tudo de que carecem para esclarecer a matéria, e é para indagá-lo que recorrem à Biblioteca. Pois bem: para aqueles e para as necessidades cotidianas da repartição é o catálogo alfabético que decide tudo; em menos de um minuto se encontra ali o que o leitor deseja. Para estes, é o catálogo sistemático o único capaz de servir de guia. Está pois minha deliberação justificada, e penso que dela não provirão senão bens para o público amador dos estudos sérios.<sup>100</sup>

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> GALVÃO, Ramiz. Relatório dos trabalhos realizados na Biblioteca Nacional no ano de 1874. In: *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*. 1875, anexo D, p.20

<sup>100</sup> Ibidem. p. 7.

O mais interessante é que no próprio trabalho de catalogação dos materiais da biblioteca, que em grande parte ficou nas mãos de Alfredo do Vale Cabral, encarregado da seção de Manuscritos, algumas obras das quais não se tinha conhecimento de que pertenciam ao acervo da BN foram localizadas, como alguns livros em língua tupi e estampas de Dürer.<sup>101</sup> Uma vez tirados do esquecimento e catalogados, era necessário trazer à luz do público os “tesouros” da Biblioteca Nacional. Para isso, os novos estatutos de 1876 já previam a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, que emergiam como uma forma de divulgar o acervo da BN, noticiando os livros raros e as peças valiosas que lotavam suas estantes. Não por acaso, o primeiro volume da publicação trazia um estudo feito pelo próprio Galvão sobre a livraria do bibliófilo Diogo Barbosa Machado, cujos livros, opúsculos e estampas coletados durante muitos anos de sua vida passaram a fazer parte da Biblioteca Real e constituíram, mais tarde, parte do acervo da Biblioteca Nacional. A publicação dos *Anais* acabava por coroar aquilo que seria, para Ramiz, a sua função como bibliotecário: desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los à público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas:

Ele [o bibliotecário] examina, ordena e classifica como o naturalista; ele compara os textos, e decide a primazia, como o crítico; restaura os monumentos injustamente esquecidos e exuma as relíquias do passado como o arqueólogo (...); arquiva, comenta e ilumina de notas as obras hodiernas para auxiliar as investigações do futuro, dá o fio de Ariadne a toda a sorte de pesquisas (...); ao literato fornece e aponta os modelos e as fontes, ao sábio faculta os anais das academias, ao artista os materiais da composição, ao político os documentos da administração dos Estados; em suma, não há trabalhador no imenso campo da ciência profana ou sagrada ou no domínio das artes, a quem ele não preste o seu braço, não há monumento literário de vulto, para cuja construção ele não concorra com pedras angulares.<sup>102</sup>

Com os novos estatutos e com a publicação dos *Anais*, a Biblioteca Nacional abria-se como local de pesquisa histórica e como instituição guardiã do passado nacional, presente ali na materialidade dos documentos que, desde 1876, passavam a ser publicados. Lidar com estes documentos, estudá-los, classificá-los e catalogá-los não era trabalho para qualquer um, mas requeria alguém que tivesse uma formação que lhe capacitasse para aquele serviço.

---

<sup>101</sup> Ibidem. p. 12-6.

<sup>102</sup> GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. Estudo Biográfico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1887. p. 108.

E o serviço não era pouco, especialmente para Ramiz Galvão. Além de zelar pela publicação periódica dos *Anais* e cuidar do funcionamento da biblioteca, era trabalho de Ramiz Galvão aumentar o acervo da instituição. Neste momento, seu maior interesse era a aquisição de documentos referentes à história pátria, muitos dos quais estavam fora do país:

Excusado me parece insistir sobre a alta conveniência de se não permitir que fiquem fora de nosso país todos esses papéis, porque vossa excelência sabe melhor do que eu o que eles valem para a história de uma nação, que está hoje compondo os seus annaes e buscando luz que esclareça largos períodos de sua vida passada. Indubitável é que sem documento não se escreve história e que sem fazer sacrificios para os haver não legaremos a posteridade mais do que as trevas e a dúvida que já recebemos na herança de nossos maiores.<sup>103</sup>

Anos mais tarde, já com o acervo acrescido de outros documentos e com novos funcionários na casa, foi possível levar a cabo aquela que seria uma das suas principais realizações dentro da Biblioteca Nacional: a *Exposição de História do Brasil*. Inaugurado em 1881, o evento foi saudado pela imprensa da época. Entre outros aspectos, ressaltava-se à iniciativa de Ramiz Galvão e a grande quantidade de documentos que se conseguiu reunir sobre a história e geografia do país.<sup>104</sup>

Novos horários destinados a ampliação do público leitor; melhorias no edifício; iluminação a gás; funcionários novos e mais qualificados; organização, conhecimento e publicação de livros, manuscritos e estampas; maior funcionalidade na organização do acervo em seções. Como compreender as mudanças ocorridas nestes doze anos em que Ramiz esteve à frente da Biblioteca Nacional? Por que estas mudanças aconteceram justamente durante a sua gestão e não em períodos anteriores? E o que nos parece mais importante: como o próprio Ramiz Galvão percebia o legado da sua administração comparando-a com as anteriores? Vimos que, quando Frei Camilo de Monserrate buscou a benesse de diretor da BN já destacava a necessidade de fazer um novo catálogo para a instituição e realizar um levantamento de livros e documentos relativos à história nacional. Por que ele não conseguiu levar estes projetos à frente?

De fato, em uma década, a Biblioteca Nacional transformou-se em uma instituição mais estruturada e mudou em relação aos anos anteriores. No entanto, é interessante perceber como o próprio Ramiz Galvão ajudou a construir uma memória de sua gestão como de transformação e de revivificação da BN. É interessante notar como nos documentos e relatórios que enviava ao Ministério do Império, bem como nos

<sup>103</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do Bibliotecário da Biblioteca Nacional (1877-1879)*.

<sup>104</sup> Sobre os *Anais da Biblioteca Nacional* a *Exposição de História do Brasil*, ver capítulo 3.

discursos produzidos por ele após o seu desligamento da instituição, Ramiz sempre destacava que herdou uma biblioteca trôpega e praticamente morta, mas que ela passava a dar “sinais de vida” e “entrava em uma nova fase”, passando por melhoramentos que equivaliam a “uma nova vida”.<sup>105</sup> Esta mesma imagem da biblioteca que se reerguia após décadas adormecida servia para que Ramiz fizesse uma boa representação dos trabalhos executados durante a sua administração, comparando, inclusive, seu período ao de seus antecessores, destacando sempre que aqueles pouco fizeram pela instituição, “limitando-se as mais das vezes ao ordinário expediente, a mandar copiar alguns velhos catálogos ou a fazer novos índices incompletos, sumários e incorretíssimos”.<sup>106</sup> A relação parece-nos clara: se os outros pouco fizeram, ele, ao contrário, seria o executor das transformações geridas na instituição, o artífice que lhe devolveu a vida. O discurso da biblioteca que ia, aos poucos, se reerguendo, também estava presente a cada vez que Ramiz solicitava uma nova modificação na organização ou no prédio da biblioteca, a compra de uma valiosa coleção ou mesmo um aumento de verbas para a instituição.

Quando se estuda o período em que a BN foi dirigida por Ramiz Galvão fica-se tentado a incorrer no erro de creditar unicamente à sua administração as mudanças pelas quais a biblioteca passou. No entanto, é preciso ressaltar dois pontos que julgamos importantes: em primeiro lugar, alguns projetos levados a cabo por ele, como os novos catálogos e a abertura no período noturno, eram necessidades prementes e já destacadas pelo seu antecessor. Aliás, na própria biografia que escreveu sobre Frei Camilo, Ramiz destacou alguns pontos que foram motivos de crítica por parte do religioso beneditino quando este assumiu a instituição e algumas mudanças pretendidas por ele (reformular o catálogo, elaborar um inventário descritivo da biblioteca, alterar o sistema de numeração dos livros e sua organização nas estantes, proceder à restituição das obras emprestadas, substituir os móveis da casa e reparar o edifício arruinado).<sup>107</sup> Certamente alguns desses pontos também estavam no programa de gestão de Ramiz Galvão. Em segundo lugar, Ramiz Galvão destaca que o período em que ele assumiu a biblioteca era outro, especialmente porque estava à frente do Ministério do Império um novo ministro que, segundo o próprio bibliotecário, “sabia ouvir reclamações e não tinha aquele vício

---

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. Estudo Biográfico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1887. p. 112.

<sup>107</sup> Quando Frei Camilo assumiu a instituição, a Biblioteca Pública situava-se ainda no Hospital do Carmo. Ibidem. 112-3.

da velha escola autoritária e centralizadora” que marcava os ministros anteriores e com os quais Frei Camilo teve de lidar.<sup>108</sup>

De acordo com os primeiros estatutos da BN, datados de 1821 e que estiveram vigentes até a reforma de 1876, a biblioteca estava subordinada “ao ministro secretário d’Estado dos Negócios do Reino” e era independente de qualquer outro ministério.<sup>109</sup> A pasta do Ministério do Império lidava com assuntos referentes à segurança, educação e administração da corte. Como vimos, no momento em que Ramiz Galvão chegou à Biblioteca Nacional, estava à frente deste ministério João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Nascido em Goiana, Pernambuco, em 1835, João Alfredo é exemplo da influência dos bacharéis, especialmente dos homens formados em direito, nos círculos dirigentes do Brasil Imperial.<sup>110</sup> Filho de família aristocrática e proprietária de engenhos, o futuro ministro era genro e afilhado político de João Joaquim da Cunha Rego Barros, barão de Goiana e também grande proprietário de terras em Pernambuco. Ainda jovem, fez o curso de Direito em Recife, uma das instituições mais importantes deste ramo na época e lugar de formação de muitos dos dirigentes do Império. Ocupou ao longo de sua vida diversos cargos, entre eles o de delegado de polícia, promotor público e presidente de província, mas seu nome ficou conhecido principalmente por conta da remodelação da cidade do Rio de Janeiro e da “questão servil”, como se dizia na época.

Quando o nome de Ramiz Galvão foi cogitado para a direção da Biblioteca Nacional, um assunto envolvendo João Alfredo dominava as discussões dentro da Assembléia. Viviam-se um momento de debate em torno da lei que ficou conhecida como do ventre livre, projeto que recebia o apoio de d. Pedro II e de sua filha Isabel. De acordo com José Murilo de Carvalho, a discussão sobre a liberação do ventre já havia sido apresentada ainda nos anos 1850. Mas o projeto do deputado Silva Guimarães sequer foi julgado naquele momento, além de ter despertado forte reação em alguns deputados. Em 1866, a questão voltou à tona, agora com iniciativa da Coroa. Mas o envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai acabou por colocá-la em segundo plano. Em 1867, o gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos trouxe para o debate o problema do elemento servil, mas o ministro acabou deixando o seu cargo, sendo

---

<sup>108</sup> Ibidem. p. 129.

<sup>109</sup> CARVALHO, Gilberto Vilar. Op. Cit. p. 48.

<sup>110</sup> BARMAN, Roderick J. A formação dos grupos dirigentes políticos do Segundo Reinado. *RIHGB. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. Comissão de História política e administrativa*. 1975, v. 2. Brasília, Rio de Janeiro: 1984. p. 62.

substituído por Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, que se recusou a apresentar projeto à Câmara. Em 29 de setembro de 1870, um novo ministério é chamado por D. Pedro II, tendo à frente Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. A ideia de D. Pedro II era que ele conseguiria levar adiante a discussão. No entanto, acabou pedindo demissão em favor de Rio Branco em março de 1871.<sup>111</sup>

João Alfredo foi escolhido como Ministro do Império já durante o ministério de São Vicente, mas permaneceu no cargo durante o período Rio Branco, o que foi motivo de críticas severas por parte de alguns deputados, entre eles José de Alencar, que ironicamente chamava a sua permanência no ministério de 7 de março de "prorrogação ministerial do nobre ministro do império".<sup>112</sup> João Alfredo fazia parte do grupo conservador que defendia a abolição lenta e gradual da escravidão, sob o controle do Estado.<sup>113</sup>

Tendo como consultor técnico de sua pasta o engenheiro Pereira Passos, João Alfredo empreendeu, durante a sua atuação no Ministério Rio Branco, um projeto de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, promovendo o ajardinamento do Campo da Aclamação (atual Campo de Santana)<sup>114</sup> e a criação do bairro de Vila Isabel.<sup>115</sup> No que se refere à Biblioteca Nacional, solicitava de Ramiz Galvão alguns relatórios periódicos sobre os trabalhos e as necessidades da instituição. As informações enviadas pelo bibliotecário ajudavam-no a compor o relatório que o próprio ministro deveria apresentar à Assembléia Legislativa.

Quando comparamos os relatórios e ofícios expedidos por Ramiz Galvão e pelo Conselheiro João Alfredo com os escritos pelos ministros antecessores e por Frei Camilo em seus últimos anos de gestão notamos algumas diferenças importantes. Enquanto os ofícios com pedidos de melhorias assinados por Ramiz Galvão saltam aos olhos pela quantidade, percebemos que os documentos referentes aos dois últimos anos de administração de Frei Camilo mostram apenas contas com despesas, encadernações e assinaturas de periódicos. Não aparecem requisições e pedidos. Da mesma forma, os relatórios dos ministros do Império anteriores a João Alfredo quando se referem à Biblioteca Nacional fazem-no de forma lacônica e destacam que, “por deficiência de

<sup>111</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras. A política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 306-8.

<sup>112</sup> ALENCAR, Jose de. Op. Cit. p. 43

<sup>113</sup> GRINBERG, Keila. João Alfredo. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 398-9.

<sup>114</sup> ARAGAO, Pedro Moniz de. João Alfredo e a remodelação do RJ. *RIHGB*, n. 190, 1946, p. 45-57.

<sup>115</sup> GRINBERG, Keila. Op. Cit.

meios”,<sup>116</sup> “não tem sido possível satisfazer à necessidade que há neste estabelecimento de obras modernas de reconhecido merecimento”<sup>117</sup> e, portanto, “a quantia destinada a este estabelecimento permite apenas que se cure dos seus serviços ordinários”.<sup>118</sup> Segundo os relatórios dos Ministros do Império, a Biblioteca Nacional pouco teria mudado no período que vai da sua transferência para o novo edifício na Rua da Lapa até 1870. Praticamente não recebia obras modernas e seu acervo aumentava apenas por conta de alguns periódicos e documentos oficiais enviados para a instituição. O orçamento continuava o mesmo e novas aquisições só passavam pelas portas da biblioteca quando doadas pelos próprios autores ou quando remetidas pelas tipografias da Corte. Os conselheiros chegam a destacar a necessidade de aumento de verba para a compra de livros e para a abertura no período noturno (que trazia, por consequência, um aumento nos ordenados dos empregados), mas argumentavam que, “nas atuais circunstâncias financeiras do país”,<sup>119</sup> que se encontrava envolvido na Guerra do Paraguai, não se animavam a pedir verba para tais despesas.

Os relatórios expedidos por João Alfredo, quando se referiam à Biblioteca Nacional, eram marcados pelas demandas, seja por aumento de verbas, seja pelo reajuste do salário dos empregados, ou ainda, pela construção de um novo edifício:

Peço a vossa atenção para o que expus no meu citado relatório sobre os seguintes objetos: aumento das verbas destinadas à aquisição de livros e à nova encadernação dos que se acham estragados; autorização da despesa que exige a organização e impressão de um catálogo completo, cuja falta tanto se sente; elevação no número e vencimento dos empregados; finalmente a construção de um prédio em tudo apropriado a este importante estabelecimento, e situado em localidade conveniente, condições que faltam ao edifício em que se acha.<sup>120</sup>

Ao compararmos os relatórios de Ramiz Galvão com os de João Alfredo, percebemos que o ministro utilizava as informações do bibliotecário não só para mostrar o crescimento da BN, mas também para solicitar melhorias e mais verbas:

<sup>116</sup> BRASIL. Ministério do Império. Ministro José Joaquim Fernandes Torres. *Relatório apresentado à Assembléia Geral na 1ª Sessão da 13ª legislatura*. Publicado em 1868. p. 30.

<sup>117</sup> BRASIL. Ministério do Império. Ministro Paulino José Soares de Souza. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1870. p. 28.

<sup>118</sup> BRASIL. Ministério do Império. Ministro Marquês de Olinda. *Relatório do ano de 1863 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 11ª Legislatura*. Publicado em 1864. p. 14

<sup>119</sup> BRASIL. Ministério do Império. Ministro Paulino José Soares de Souza. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1870. p. 94.

<sup>120</sup> BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 15ª Legislatura. Em aditamento ao de 8 de Maio de 1872*. Publicado em 1873. p. 21.

Disse no meu relatório de maio último que acabava de levar a efeito a abertura desta biblioteca durante algumas horas da noite. Segundo as informações de seu digno diretor, frequentaram-na, desde o 1º de maio, mês em que aquele fato se realizou, até o fim de setembro (período de 5 meses), 5518 pessoas, que consultaram 6401 obras. No de 4 meses de janeiro ao fim de abril não excedera de 1037 o número dos concorrentes (...). Tal notável crescimento no período decorrido, provando ser a biblioteca muito mais procurada à noite, indica a conveniência de conservá-la aberta por mais tempo do que atualmente se permite; para isso é, porém, indispensável o aumento da verba respectiva.<sup>121</sup>

É preciso lembrar que as solicitações feitas pelos Ministros do Império, como o aumento de verbas, por exemplo, deveriam passar pela Câmara de Deputados. Assim, da mesma forma que não podemos atribuir apenas à vontade de Ramiz Galvão as melhorias na BN, seria errado arrogá-las somente ao conselheiro João Alfredo, mesmo porque a administração de Ramiz Galvão extrapolou o seu mandato como ministro.<sup>122</sup> Cabe destacar, portanto, que os deputados, de modo geral, votavam a favor das melhorias e pela ampliação das verbas solicitadas. No entanto, para que se votasse a favor das reformas, antes era preciso que houvesse a demanda do bibliotecário, do ministro e da opinião pública. Como lembra Ramiz Galvão, nos dezessete anos em que Frei Camilo esteve à frente da BN, a verba da biblioteca aumentou apenas 2.402\$000 réis (saltando de 13.576\$000 para 15.040\$000), enquanto nos quatro primeiros anos de sua própria administração o orçamento foi elevado para 68.800\$000 réis.<sup>123</sup> Até que ponto esse aumento no orçamento corresponde também a um novo olhar e a novas funções atribuídas à BN é uma questão que buscaremos responder adiante.

### **Um público para a biblioteca**

Quando observamos a reforma pela qual a Biblioteca Nacional passou durante a gestão de Ramiz Galvão, algumas perguntas se colocam: quem elas desejavam alcançar? Quem frequentava aquela instituição? Qual seu público leitor e que interesses literários ele possuía?

Ao analisarmos os números acerca da população alfabetizada do país na década de 70 do século XIX, eles se revelam desanimadores. Em 1872, apenas 18,56% da população livre de todo o país sabia ler e escrever. Se tomarmos como base o total da

---

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> João Alfredo permaneceu no ministério do Império até 25 de julho de 1875.

<sup>123</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa e Passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 15 de agosto de 1877.

população brasileira, veremos que cerca de 15% dela era alfabetizada,<sup>124</sup> o que significa que, em todo o país, havia pouco mais de um milhão e meio de pessoas que sabiam ler e escrever.

Os números acima podem nos levar a pensar que não havia no Brasil, destacadamente na Corte, um ambiente letrado e pessoas suficientes habituadas a frequentar bibliotecas e livrarias. Sendo assim, para quê reformar a Biblioteca Nacional? Por que ampliar seu horário de funcionamento e suas aquisições? Um estudo feito pela historiadora Tânia Bessone sobre o círculo de letrados da corte entre 1870 e 1920 contesta esta visão e constrói um quadro cultural e intelectual maior e mais agitado do que comumente se imagina que houvesse no Rio de Janeiro daquela época.<sup>125</sup>

Capital do Império, o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX não era apenas um importante centro político e administrativo, mas também, um centro cultural. A cidade servia como um elo entre a jovem nação tropical e o Velho Mundo, modelo de civilização e progresso que se desejava alcançar. Gostos, livros, ideias, comportamentos, tudo chegava ao Brasil pelo Rio de Janeiro. Da mesma forma, os padrões e normas aqui formados surtiam efeitos no restante do país e ajudavam a atrair para a cidade pessoas de toda parte.<sup>126</sup> Como vimos, Capistrano de Abreu e João Alfredo Corrêa de Oliveira sentiram os efeitos dessa atração e experimentaram o que era viver no coração do Império. Para cá, vinham também estrangeiros: não só cientistas e naturalistas, que aqui residiam por um tempo determinado, mas também livreiros e tipógrafos que se estabeleceram na cidade. Formando, inicialmente, pequenas livrarias, eles aos poucos ampliaram seus negócios e passaram a servir como referência e ponto de encontro para importantes escritores, políticos e intelectuais.<sup>127</sup> Além disso, a vida cultural da cidade englobava, além dos saraus e serões noturnos e das já mencionadas livrarias, algumas importantes bibliotecas públicas, entre as quais se destacava, é claro, a Biblioteca Nacional. De forma semelhante às livrarias, esses espaços abrigavam um público diverso, que abrangia os intelectuais residentes na Corte, e servia também de núcleo de sociabilidade para este grupo.

---

<sup>124</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 80.

<sup>125</sup> BESSONE, Tânia. *Palácios de Destinos Cruzados. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

<sup>126</sup> MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>127</sup> Sobre a presença de livreiros estrangeiros no Brasil, ver HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Esses dois espaços existentes na cidade – as livrarias e as bibliotecas públicas – nos dão uma dimensão do público leitor que havia na corte nas últimas décadas do século XIX. Além disso, eles nos parecem importantes para que situemos as mudanças promovidas por Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional dentro de um quadro maior: o de um ambiente frequentado por um grupo letrado existente na Corte na segunda metade do século XIX. Esse grupo letrado, segundo Tânia Bessone, era constituído por pessoas que possuíam alguns pontos de identidade, como a profissão (especialmente as carreiras de medicina e direito), o gosto pelos livros, interesses literários e amizades em comum. Havia ainda algumas práticas que caracterizavam esse grupo, como a troca de correspondência e o hábito de frequentar livrarias e bibliotecas públicas. No entanto, convém destacar que este círculo de leitores não era homogêneo, antes:

revelou-se bastante eclético na sua composição: dele participavam jornalistas, literatos, bom *vivants*, *flâneurs*, comerciantes, políticos e boêmios, além de categorias profissionais mais afeitas aos livros, com destaque para os advogados e médicos que, além de suas tarefas específicas, tinham um trato mais íntimo com bibliotecas. Esse segmento adquiria obras e formava acervos domésticos, que em muitos casos eram contabilizados entre os bens deixados em inventários, testamentos e verbas testamentárias.<sup>128</sup>

Era esse círculo pouco homogêneo que frequentava as principais livrarias da época, como a Garnier e a Laemmert, ambas situadas na tão movimentada Rua do Ouvidor, além da Cruz Coutinho, a Enciclopédica, a Casa de uma Porta Só, a Dupont e Mendonça, entre outras.<sup>129</sup> Certamente, este grupo contava também entre os frequentadores não só da Biblioteca Nacional, mas também de outras bibliotecas públicas existentes nas últimas décadas do Oitocentos.

Na década de 1870, havia na Corte um significativo número de bibliotecas públicas, procuradas principalmente por estudantes (que se serviam delas para preparar suas lições escolares), advogados, médicos, políticos e jornalistas. Havia, além da Biblioteca Nacional, “as bibliotecas da Faculdade de Medicina, Escola da Marinha, Academia de Belas Artes, Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Instituto dos Surdos Mudos, Mosteiro de São Bento, Conventos de Santo Antonio e do Carmo, Biblioteca Fluminense, Gabinete Português de Leitura, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, entre outras.<sup>130</sup> Vale ressaltar que, ainda a partir de 1870, não só houve um

---

<sup>128</sup> BESSONE, Tânia. *Op. Cit.* p.27.

<sup>129</sup> *Ibidem.* p. 83.

<sup>130</sup> *Ibidem.* p. 97-8.

significativo aumento do número de livrarias estabelecidas no Rio de Janeiro, mas também as bibliotecas citadas passaram a ser mais utilizadas e frequentadas.

Esse aumento pode ser verificado nas estatísticas de leitores que frequentaram a Biblioteca Nacional no período de administração de Ramiz Galvão:

**Tabela 1: número de leitores que frequentaram a biblioteca e de obras consultadas**

ANO	NÚMERO DE LEITORES	OBRAS CONSULTADAS (INCLUI PERIÓDICOS)
1869	2382	4246
1870 <sup>131</sup>	2265	Não consta no relatório do Ministério do Império
1871	2834	4078
1872	8569	9829
1873	7438	7920
1874	6220	6527
1875	4399	4813
1876	4415	4762
1877	7064	7352
1878	Não consta relatório	Não consta relatório
1879	8485	8844
1880	9625	10.000
1881	9180	9761

Fonte: Relatórios do Ministério do Império

Como é possível notar a partir da tabela 1, o número de pessoas que frequentaram a BN (e juntamente com elas, o número de obras consultadas) aumentou consideravelmente na década de 1870, especialmente a partir de 1872, quando a instituição passou a abrir também no período noturno. A tabela seguinte, com dados específicos acerca do número de leitores daquele ano, nos permite relacionar melhor o aumento da frequência à biblioteca com a abertura no período noturno, empreendida a partir do dia 2 de maio de 1872:

**Tabela 2: número de leitores e obras consultadas no ano de 1872**

ANO DE 1872		
MESES	LEITORES	OBRAS CONSULTADAS
Janeiro a abril	1037	1261
Maió a setembro	5518	6401
Outubro a dezembro	2014	2167
TOTAL	8569	9829

Fonte: BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 15ª Legislatura. Em aditamento ao de 8 de Maio de 1872*. Publicado em 1872.<sup>132</sup>

<sup>131</sup> Ramiz Galvão foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional em dezembro de 1870.

<sup>132</sup> Este mesmo relatório informa que nos anos anteriores, desde 1857, a média de leitores da Biblioteca Nacional era 2427, e de obras consultadas, 3846.

Na década de 1870, a Biblioteca Nacional atingiu um nível de frequência até então não conseguido, chegando, no seu auge, a receber pouco mais de nove mil pessoas por ano. Se formos comparar esses números com aqueles citados no relatório de Ramiz Galvão sobre as bibliotecas públicas européias, veremos que o número de leitores que frequentavam a principal biblioteca pública do Brasil era muito inferior ao público que visitava a Biblioteca de Paris ou o Museu Britânico, que chegava a ultrapassar a marca de cinquenta mil pessoas por ano.<sup>133</sup> O próprio Galvão afirmava que cerca de oito mil frequentadores frente a uma população de 350/ 400 mil pessoas era muito pouco.<sup>134</sup> No entanto, se compararmos os novos números da biblioteca com a frequência nos anos anteriores a 1870 a diferença parece significativa.

A preocupação com a baixa frequência da Biblioteca Nacional era constante nos primeiros relatórios de Ramiz Galvão. Mas ela já havia sido notada muito antes, inclusive por estrangeiros que a visitavam. Nos anos 1840, por exemplo, o missionário norte-americano Daniel Kidder, em viagem pelo país, pode visitar a instituição, então situada no Convento do Carmo, e notou que, embora a biblioteca oferecesse jornais, revistas européias e materiais para escrever, nunca tinha visto seu salão cheio. Pelo contrário: suas mesas e o salão de leitura encontravam-se constantemente vazios.<sup>135</sup> Quando Frei Camilo assumiu a biblioteca, o número e o tipo de leitor que a frequentava podem ser melhor definidos a partir dos relatórios escritos pelo diretor da instituição. Um deles, relativo ao ano de 1855, menciona que 3.701 leitores visitaram a Biblioteca Nacional naquele ano. Neste mesmo documento, o religioso observava que os leitores recorriam a ela especialmente entre os meses de novembro e março, época das provas para ingresso nas Academias de Medicina e Engenharia. Segundo Schapochnik, os dados fornecidos pelo bibliotecário permitem inferir que os estudantes constituíam o público leitor que frequentava a Biblioteca Nacional naquela época.<sup>136</sup>

<sup>133</sup> GALVÃO, Ramiz. *Bibliothecas Públicas de Europa*. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*, 1875, anexo D, p. 43.

<sup>134</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Ofícios (1871-1875)*. Mss. Relatório referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1872.

<sup>135</sup> KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1980. p. 103-104. Apud SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Op. Cit.*

<sup>136</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Op. Cit.* p. 290.

No entanto, com a transferência da Biblioteca Nacional para o Largo da Lapa, o público leitor começou a declinar.<sup>137</sup> De acordo com Ramiz Galvão, não era possível atribuir a baixa frequência à falta de pessoas ilustradas, afinal a cidade possuía, segundo ele, academias e estabelecimentos de ensino, portanto, um público interessado em livros e usuário em potencial de bibliotecas. Os motivos que explicavam o baixo número de leitores eram outros, entre eles a falta de um catálogo, a inconveniência do horário de consulta e o fato do prédio da BN se situar distante do centro da cidade, que era o espaço por excelência dos intelectuais e estudantes. Sua transferência para o Largo da Lapa distanciou a biblioteca das academias, das livrarias, das instituições de ensino e, conseqüentemente, do seu leitor.

A abertura no período noturno, as pequenas reformas no seu edifício e certas comodidades que a biblioteca passou a oferecer ao seu usuário (como iluminação a gás, além da organização do acervo e do catálogo), certamente foram fundamentais para estimular o deslocamento até aquele ponto mais distante. Mas o quê os leitores que frequentavam a biblioteca procuravam? O quê liam? Quais suas preferências? Vejamos a tabela abaixo:

**Tabela 3: Estatística das obras lidas em 1877 divididas por idiomas e assuntos**

PERÍODO	LEITORES	OBRAS	IDIOMAS	ASSUNTOS
1º trimestre	903	925	Português – 572 Francês – 334 Outros idiomas* - 19	Belas Letras – 243 História e Geografia – 91 Jornais e Revistas – 284 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas – 307
2º trimestre	1997	1976	Português – 1192 Francês – 758 Outros idiomas – 26	Belas Letras – 618 História e Geografia – 230 Jornais e Revistas – 424 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas - 240
3º trimestre	2228	2333	Português – 1574 Francês – 724 Outros idiomas – 35	Belas Letras – 812 História e Geografia – 345 Jornais e Revistas – 430 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas - 1136
4º trimestre	1936	2118	Português – 1506 Francês – 605 Outros idiomas – 7	Belas Letras – 942 História e Geografia – 299 Jornais e Revistas – 334 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas – 843
<b>TOTAL</b>	7064	7352	Português – 4844 Francês – 2421 Outros idiomas – 87	Belas Letras – 2615 História e geografia – 965 Jornais e revistas - 1472 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas -2526

<sup>137</sup> Ibidem, p. 291.

\*Latim, inglês, italiano e alemão.

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Estatísticas de Leitura (1876-1879)*. Mss. 42,3,001

Os relatórios enviados por Ramiz Galvão ao Ministério do Império nos fornecem algumas indicações importantes acerca do gosto literário daqueles que frequentavam a Biblioteca Nacional. Como amostragem, selecionamos o ano de 1877, sobre o qual possuímos informações mais completas, para compor a tabela 3, que destaca não apenas as áreas de conhecimento mais procuradas,<sup>138</sup> mas também fornece uma estatística das obras lidas divididas por idiomas. Como se vê, naquele ano, as obras em português foram, de fato, as mais consultadas, representando cerca de 66% dos livros procurados. As obras em francês, ainda muito solicitadas em uma época em que a influência cultural da França se fazia sentir entre este grupo letrado, representavam 33% do total. No que se refere aos assuntos mais procurados, as obras classificadas como Belas Letras eram as mais solicitadas (35,6% do total), seguidas pelas obras de ciências matemáticas e jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas (todas postas em um mesmo grupo que representava 31,2% do total) e pelos jornais e revistas (20%). Os livros de história e geografia representavam 13,2% da totalidade das obras consultadas no ano de 1877.

O estudo feito por Nelson Schapochnik acerca do público que frequentava a Biblioteca Nacional entre 1843 e 1856 mostra que naquele período as obras em língua portuguesa já haviam suplantado as de língua francesa entre os leitores da BN. Ele, no entanto, coloca em dúvida estes dados e destaca que, em muitos casos, os próprios funcionários da biblioteca traduziam os títulos das obras solicitadas pelos leitores. Além disso, devemos acrescentar que muitas dessas obras em língua nacional eram, na verdade, traduções de textos originalmente em francês. Certamente a leitura de autores franceses, ainda que traduzidos para o português, era habitual entre o público usuário da Biblioteca Nacional. Chama a atenção também a procura por obras de medicina, jurisprudência, matemática e filosofia, o que pode indicar a presença de um público mais especializado nas salas da biblioteca, bem como de estudantes das escolas de engenharia, medicina e direito da Corte. Havia ainda quem visitasse a Biblioteca Nacional em busca de informações mais imediatas ou interessados no que acontecia na Europa, notícias que poderiam ser conseguidas nos jornais e revistas recebidos e assinados pela instituição.

---

<sup>138</sup> Utilizamos aqui o sistema de classificação das obras adotado por Ramiz Galvão em seus relatórios.

Na verdade, o público que se servia da Biblioteca Nacional parecia ser amplo e certamente muitas pessoas não iam até o Largo da Lapa em busca de um estudo mais sistemático sobre os “tesouros” existentes no acervo da biblioteca. Pelo menos é o que transparece nos relatórios enviados por Ramiz Galvão ao Ministro do Império. Neles é constante a sua insatisfação em relação aos leitores que frequentavam a BN, sempre interessados em “literatura amena” e obras de pouca importância:

É sabido que a nossa mocidade se ocupa mais em geral da literatura de novelas, poesias ligeiras e peças escandalosas do que da consulta de obras de elevado valor científico e literário. (...). É claro, pois, que sendo composta a Biblioteca Nacional de obras de valor real, de obras de erudição e, sobretudo, de obras antigas, (...), é claro, digo, que não pode frequentá-la senão um círculo resumido de trabalhadores sérios, de investigadores esclarecidos. Que esse círculo é estreito, excusado é negá-lo (...): somos um país novo, em que as carreiras lucrativas atraem e monopolizam os talentos sólidos, e em que por consequência as boas letras só por exceção acham cultores devotados e entusiastas, sonhadores desinteressados da glória, soldados do idealismo.<sup>139</sup>

Apesar do aumento do número de visitantes, parece-nos que o público leitor que frequentava a biblioteca estava distante daquele desejado por Ramiz Galvão. Para ele, a Biblioteca Nacional, a primeira biblioteca do país em importância, deveria ser um lugar de investigações e estudos sérios, justamente pela qualidade do material que constituía seu acervo. Embora o número de leitores tivesse aumentado, certas seções da BN, como a de estampas e manuscritos, continuavam vazias e seus chefes também reclamavam constantemente da falta de pessoas interessadas em estudos mais aprofundados e com gosto para “conhecimentos especiais”.<sup>140</sup> De acordo com Ramiz Galvão, enquanto folheavam-se bastante os jornais e corriam de mão em mão a literatura amena e os folhetins, os verdadeiros tesouros históricos dormiam no esquecimento.<sup>141</sup>

Cabia, portanto, não apenas melhorar as instalações da biblioteca e ampliar seu público. Era necessário também, dar subsídios para que aquele se tornasse um espaço de pesquisa e para que fosse possível manifestar nos leitores o interesse pelas investigações científicas e históricas. Se, de acordo com a fala de Galvão, o Brasil era um país novo, em que o desejo pelo conhecimento não havia ainda se instalado entre a juventude, era

<sup>139</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório circunstanciado dos trabalhos executados na Biblioteca Nacional no ano próximo passado de 1875 e no primeiro semestre de 1876*. Mss.

<sup>140</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatórios escritos por João Saldanha da Gama e Menezes Brum referentes aos anos de 1876 a 1880 apresentados ao diretor da Biblioteca Nacional*. Mss

<sup>141</sup> GALVÃO, Ramiz. *Bibliothecas Públicas de Europa*. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*, 1875, anexo D, p. 81.

necessário que a Biblioteca Nacional estimulasse os estudos mais profundos e abrisse possibilidades para que fosse despertado o gosto pelos ditos “conhecimentos especiais”. Foi com este objetivo que os *Anais da Biblioteca Nacional* foram lançados. Da mesma forma, foi ambicionando construir a BN como espaço de pesquisa que diversas obras e coleções de documentos especialmente relativos ao Brasil foram adquiridas entre 1870 e 1882. A tabela abaixo nos dá uma dimensão da aquisição de obras pela Biblioteca Nacional durante os anos de administração de Ramiz Galvão. Cabe explicar que ela foi montada com base nas informações fornecidas pelos relatórios do ministro do Império. Essas informações são um pouco dispersas e não foi possível encontrar dados relativos a alguns anos. No entanto, cremos que, mesmo incompleta, é possível tirar desses números algumas informações importantes:

**Tabela 4: Aquisição de obras**

AQUISIÇÃO DE OBRAS					
Ano	Número de volumes (não inclui revistas)	Oferecidos pelas províncias ou secretarias de estado	Remetidas por tipografias	Oferecidas por particulares	Compradas
1863 (Frei Camilo)	442	115	205	69	53
1869	315	ND	ND	ND	ND
1870	493	36	290	51	116
1871	757	51	278	45	383
1872	4727	ND	343	2483	ND
1873	ND	ND	477	56	311
1874	3705	118	439	672 <sup>142</sup>	2476
1875 e 1876*	4417	ND	ND	ND	ND
1877 e 1º semestre de 1878	1368	ND	ND	ND	ND
2º semestre de 1878 até 31 de março de 1879**	3159	CP	374	1238	1547
1879 (a partir de 1º de abril)	2039	CP	377	1466	196
1880 e 1881***	5536	CP	848	3725	963

Fonte: Relatórios do Ministério do Império.

ND: Não discriminado no relatório ministerial daquele ano.

CP: Computado conjuntamente com as obras oferecidas por particulares.

\*Os relatórios do ano de 1875 e do primeiro semestre de 1876 foram feitos conjuntamente, não sendo possível identificar os volumes ou obras adquiridos especificamente em cada ano. Optamos, então, por apresentar nesta tabela os dois anos conjuntamente. Não encontramos informações suficientes para preencher os demais itens desta tabela.

\*\*O relatório abrange todo este período e não especifica as aquisições de cada ano.

<sup>142</sup> Destas 672 obras, 543 foram oferecidas pelo bibliotecário.

\*\*\*Não há um relatório específico para o ano de 1880. O relatório de 1881, publicado em 1882, abrange o período de janeiro de 1880 a dezembro de 1881.

A primeira informação importante que os dados da tabela acima nos fornecem é a maior entrada de obras na Biblioteca Nacional a partir de 1872 e boa parte delas oferecidas por particulares à instituição. Aliás, parece-nos significativo que ao longo da década de 1870 a presença de doações feitas por particulares tenha se tornado mais frequente no cotidiano da biblioteca, o que pode ser explicado pela maior visibilidade que a instituição tomava a partir de suas reformas. Doar uma obra ou uma coleção à Biblioteca Nacional significava atrelar seu nome a uma instituição que crescia e buscava afirmar-se como um espaço de estudos. Em seu relatório referente aos anos de 1875 e primeiro semestre do ano de 1876, Ramiz Galvão fornece os nomes de algumas pessoas que ofereceram obras à biblioteca: Dr. Gonçalves Nunes (advogado e barão de Igarapé-Mirim), Franklin Dória (advogado e barão de Loreto), Francisco Ramos Paz (bibliófilo), Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão (membro da Academia de Ciências de Lisboa), C. Württenberger (de Bremen, Alemanha), Capitão Luiz Felipe Saldanha da Gama, Barão do Lavradio, Vicente Quesada (diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires), Félix Ferreira (jornalista), André Rebouças, José Carlos Rodrigues (de Nova Iorque), além dos Conselheiros João Capistrano Bandeira de Melo, Zacarias de Goés de Vasconcelos, Souza Dantas e Barão Homem de Mello.

Dentre as figuras acima, chama atenção não só a maciça presença de homens públicos, mas também de doadores estrangeiros, o que nos leva a um segundo dado importante que aparece na tabela 4: o contato que Ramiz Galvão estabelecia com pessoas de outros países e a importância destas relações para a aquisição de obras pela biblioteca e também para construir uma imagem favorável da Biblioteca Nacional no exterior. A documentação que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda sobre seu antigo diretor contém algumas cartas trocadas entre Ramiz e alguns estrangeiros, especialmente Vicente Quesada, diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires; Ferdinand Denis, administrador da Biblioteca de Santa Genoveva; Georges Duplessi, sub-diretor da seção de estampas da Biblioteca Nacional de Paris; Pedone Lauriel, livreiro francês e John Winter Jones, do *British Museum*. Como era de se imaginar, a viagem de Ramiz à Europa possibilitou que ele conhecesse algumas dessas pessoas e mantivesse com elas uma rede de relações e troca de correspondência, que possibilitava o envio de livros, manuscritos, imagens e todo tipo de material bibliográfico. Com os bibliotecários de outras instituições, Ramiz Galvão pode ainda, em suas cartas, trocar

informações a respeito da organização de bibliotecas. Em algumas missivas, por exemplo, Vicente Quesada mostrou-se bastante interessado em possuir os regulamentos, além de algumas informações sobre a biblioteca brasileira. Interessava-se em saber quantos volumes a BN possuía, o número de manuscritos, o sistema de classificação adotado, como se dava o empréstimo de livros e até mesmo como Ramiz Galvão fazia para retirar o pó das estantes.<sup>143</sup>

Ramiz não só respondia a tudo, como também solicitava informações que lhe permitissem conhecer a organização de outras instituições. Aproveitava ainda para enviar as publicações da Biblioteca Nacional (como os *Anais* e o *Catálogo* da exposição de 1881) e encomendar alguns livros. Muitas obras e periódicos adquiridos pela Biblioteca Nacional vinham de fora do país, especialmente da França, por meio desses contatos mantidos. Quando esteve em Paris, Ramiz localizou na cidade o livreiro Charles Porquet, que a partir de então passou a remeter periodicamente para a Biblioteca Nacional livros e revistas estrangeiros com um preço bastante acessível, como informa o relatório seguinte:

A encomenda que fiz ao livreiro Ch. Porquet foi toda de grandes obras de biblioteca que não nos devem faltar. Essa encomenda foi satisfeita com prontidão e notável inteligência (...). Ao mesmo livreiro está incumbida a remessa das revistas estrangeiras que nos vêm todos os meses pelos vapores da linha de Bordeos. Atenta a economia que com este processo se realizou, pude aumentar consideravelmente o número de assinatura de jornais, de sorte que hoje a biblioteca não recebe menos de 49 revistas.<sup>144</sup>

Assim o acervo da biblioteca crescia. Como a tabela 4 mostra, aumentava menos pelo envio de obras remetidas diretamente das tipografias da corte (números que pouco se alteraram durante a década de 1870) e mais por meio de compras e doações. Com um orçamento maior, a biblioteca obtinha meios de crescer e expandir suas coleções, preocupando-se em investir seu dinheiro na aquisição de materiais como manuscritos e obras iconográficas, capazes de atrair um público mais especializado (público este esperado para uma biblioteca nacional). Paralelamente, o crescimento da biblioteca dava visibilidade àqueles que cediam obras e manuscritos de valor para a instituição. Contribuir para o engrandecimento da biblioteca era entendido como um ato patriótico, afinal, contribuía-se para o engrandecimento dos estudos e das investigações dentro do país.

<sup>143</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de Registro da Correspondência semi-oficial*. Ofício de 28 de outubro de 1875. Mss.

<sup>144</sup> GALVÃO, Ramiz. *Relatório referente ao ano de 1875 e primeiro semestre de 1876*. Mss. p. 12 e 15.

Se considerarmos os doze anos de trabalho na Biblioteca Nacional, é possível que Viriato Correia tivesse razão em considerar Ramiz Galvão um “trabalhador infatigável”. Embora a sua pouca idade e sua inexperiência tenham causado certa desconfiança em relação ao sucesso de sua atuação, Ramiz assumiu a BN e, retomando projetos já idealizados pelo seu antecessor, conseguiu alguns êxitos, entre eles o de movimentar aquela instituição. Não só ampliou seu público, mas, por meio da compra e aquisição de obras, buscou atrair para aquele espaço pessoas interessadas em estudos mais aprofundados, que contribuíssem especialmente para o conhecimento da história do Brasil. No próximo capítulo, analisaremos dois importantes projetos desenvolvidos por Ramiz Galvão naquela época: os *Anais da Biblioteca Nacional* e a *Exposição de História do Brasil*. Antes, no entanto, cabe lembrar que por estes e outros serviços prestados, recebeu ao longo da vida algumas graças honoríficas, entre elas: a da Real Ordem Militar Portuguesa de Nosso Senhor Jesus Cristo, recebida do governo português em 1880 pelos serviços que prestou à Biblioteca Nacional de Lisboa; o título de Oficial da Instrução Pública, recebido do governo francês, em 1876, por serviços prestados às letras; e o título de barão de Ramiz, oferecido pelo Imperador do Brasil em 1888.

### Capítulo 3: Uma biblioteca guardiã da memória nacional

*Pela primeira vez na América e talvez no mundo, um grupo de trabalhadores realiza a exposição de tudo o que se concerne à história pátria, oferecendo a seus concidadãos em um só e amplo quadro copiosa fonte de ensino do que foi, e calorosa animação para o que há de vir. A Exposição de História do Brasil é, portanto, senhores, uma ressurreição do passado e uma previsão do futuro.*  
Ramiz Galvão<sup>145</sup>

#### Introdução

No capítulo anterior, nos referimos rapidamente aos nomes dados ainda no século XIX à atual Biblioteca Nacional. A partir da independência, ela deixou para trás o título de Real Biblioteca *da corte* e passou a se chamar, então, Biblioteca *Imperial* ou *pública*, embora a palavra *nacional* já figurasse em alguns documentos. Em 1876, durante a gestão de Ramiz Galvão, ela mudou de nome novamente, tornando-se oficialmente Biblioteca *Nacional*. No primeiro volume dos *Anais*, lançado neste mesmo ano, já é possível visualizar a “nova” nomenclatura nas páginas da publicação.<sup>146</sup>

A mudança no nome da instituição não deve ser considerada como algo de pouca relevância, mas, antes, parece-nos uma indicação do papel que a biblioteca passava a assumir naquele momento como uma instituição guardiã da memória nacional.<sup>147</sup> Esse fenômeno da formação de arquivos, bibliotecas e museus *nacionais*, é algo que, de acordo com Jacques Le Goff, pode ser sentido em vários países europeus a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX. A revolução de 1789, por exemplo, criou os arquivos nacionais na França e, em 1794, ordenou a sua publicidade. Em 1830, os alemães formaram o Museu de Antiguidades Nacionais de Berlim, ao passo que, três anos depois, fundava-se o Museu de Versalhes, consagrado a todas as memórias da França. Ainda de acordo com Le Goff, este movimento, que englobava a abertura dos

<sup>145</sup> Discurso de Ramiz Galvão proferido na abertura da Exposição de História do Brasil. *Jornal do Commercio*. 3 de dezembro de 1881. p. 1.

<sup>146</sup> Sobre as alterações no nome da instituição, ver CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. p. 31.

<sup>147</sup> Em um artigo publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, Lorelai Kury e Maria Elisa Amadeo analisaram o catálogo da Exposição de História do Brasil e mostraram como a Biblioteca Nacional assumiu essa função de guardiã da memória nacional (AMADEO, Maria Eliza e KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 120, p. 323-34, 2000).

arquivos e a criação de instituições cujo propósito era constituir um passado para a nação, abriu uma nova fase: “a da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional”.<sup>148</sup>

A história das bibliotecas é habitada por uma série de mitos que nos remetem a Babel e Alexandria, que tão fortemente constituíram as imagens desta instituição.<sup>149</sup> A biblioteca está também associada à metáfora do infinito, de um espaço onde poderiam ser guardados e encontrados todos os saberes humanos e todos os livros produzidos. Não nos interessa aqui mostrar de maneira detalhada a história desta instituição e todo o imaginário que a envolve, mas antes pensar como, a partir de um determinado momento, as bibliotecas, que sempre estiveram ligadas a grupos específicos, abriram-se ao público e aos interesses nacionais.

De acordo com Christian Jacob, a biblioteca, ao lado dos museus, das coleções e dos gabinetes de curiosidades, possui um papel de fornecer possibilidades de um saber sobre o mundo. Mas a sua história é também a história do que uma sociedade, e suas instâncias de poder, decidem transmitir.<sup>150</sup> Na Idade Média, por exemplo, o clero, de alguma maneira, controlava em grande medida o acesso a esses saberes, pois estavam sob sua guarda as coleções e livros das bibliotecas dos diversos mosteiros espalhados pela Europa. Entre os séculos XVI e XVII, os príncipes também se interessaram em formar as suas próprias bibliotecas. Em alguns casos, quando não as cultivavam diretamente, incentivavam e financiavam livrarias e coleções de outras pessoas. Naquele momento, possuir bibliotecas, sair à caça de livros e manuscritos, era um sinal do seu prestígio e símbolo da sua posição social eminente.<sup>151</sup> Assim, as coleções, bibliotecas e livrarias dos séculos XV ao XVIII estavam, em sua grande maioria, afastadas da maior parte da população. Eram coleções particulares, eclesiásticas ou monárquicas, abertas apenas a quem os seus proprietários estavam dispostos a deixar conhecer os tesouros ali existentes. Por sua vez, as pessoas que tinham acesso àqueles saberes eram artistas, sábios, aristocratas, membros da Igreja e outros integrantes de um mesmo meio social.<sup>152</sup>

---

<sup>148</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 458-9.

<sup>149</sup> JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc. e JACOB, Christian. *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 11.

<sup>150</sup> *Ibidem*. p. 14-5.

<sup>151</sup> POMIAN, Krystof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi. v 1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 79.

<sup>152</sup> *Ibidem*. p. 81.

Em seu estudo sobre as coleções, gabinetes e museus do século XVIII, João Carlos Pires Brigola fez um interessante levantamento das coleções e livrarias do período existentes em Portugal. A partir das fichas de registro, reproduzidas em seu livro, sobre cada uma das principais coleções da época, podemos verificar que o público alvo das bibliotecas dos principais aristocratas portugueses e do próprio rei de Portugal eram eruditos, membros de academias literárias e da família real, além de outros nobres da corte de D. João V e D. José I. Assim, as principais coleções e livrarias portuguesas do século XVIII não estavam abertas ao grande público, mas eram reduzidas a um círculo bastante seletivo de pessoas.<sup>153</sup>

Entre os séculos XVIII e XIX, eruditos, escritores e artistas que não pertenciam a esses círculos, pressionaram para ter livre acesso aos materiais das coleções e livrarias. Foi a partir desta demanda que se formaram as primeiras bibliotecas, arquivos e museus públicos. No entanto, é preciso salientar que a própria criação das bibliotecas e museus *nacionais* no século XIX liga-se ao fortalecimento das ideias nacionalistas, à necessidade de se escrever uma história que legitimasse a nação e a mudanças na maneira como a sociedade oitocentista relacionava-se com seu passado histórico.

Como se sabe, foi ao longo do século XIX que se deu a afirmação de uma moderna consciência da história e a passagem de uma filosofia da história para uma ciência da história.<sup>154</sup> Tratava-se, como explica Koselleck, de um momento de crise, em que certos referenciais, como as monarquias absolutistas, foram quebrados. Neste momento, a História, com “h” maiúsculo, aparecia como um porto seguro, pois ela acalmava os homens, dando a eles a dimensão de um futuro melhor e previsível. Ao mesmo tempo, construindo uma ligação entre passado, presente e futuro, o homem oitocentista passava a se entender no mundo a partir da História e tornava-se capaz de, entendendo o seu percurso, compreender as mudanças que vivia e vislumbrar o próprio futuro, entendido, em larga medida, dentro da lógica do progresso. Assim, a queda dos regimes absolutistas na Europa era compreendida como um elemento necessário para que a história pudesse cumprir os seus desígnios e para que a nação pudesse plenamente se desenvolver. Por outro lado, a questão da legitimidade da nação a partir do seu passado, da sua língua e das suas tradições tornava-se central. Alguns estudos, como os de Eric Hobsbawm e Terence Ranger mostraram como, neste bojo, certas tradições

---

<sup>153</sup> BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 507-54.

<sup>154</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

*nacionais* foram “inventadas” por instituições e pessoas ligadas aos mecanismos de poder.<sup>155</sup> Estes autores destacam que muitas vezes o passado era utilizado politicamente no sentido de criar histórias e tradições que legitimassem as nações no tempo e que estabelecessem certa continuidade com um determinado passado histórico.

Distanciando-se da perspectiva de Hobsbawm e Ranger, outros estudos, como o de Benedict Anderson, propuseram pensar a construção desse sentimento de pertença a uma comunidade nacional a partir de mecanismos mais complexos do que as ações e os usos intencionais do passado produzidos por pessoas e instituições próximas ao poder e ao Estado. Assim, ao tentar analisar o fenômeno da origem e da difusão do nacionalismo, Anderson procura entendê-lo não como uma ideologia pensada e manipulada, mas como um processo complexo ligado à crise das monarquias, à formação de um capitalismo editorial e à consolidação das línguas vernáculas. De acordo com a sua argumentação, as nações que se constituíram ao longo dos séculos XIX e XX não eram apenas inventadas, mas eram, antes de tudo, acreditadas e imaginadas, isto é, faziam sentido para os seus agentes históricos.<sup>156</sup>

Benedict Anderson centrou suas análises sobre a questão do nacionalismo na Europa e na Ásia. No que se refere ao Brasil, a questão da formação do Estado-Nação foi objeto de estudo de diversos historiadores e cientistas sociais.<sup>157</sup> Não sendo possível fazer uma observação mais detida destas obras aqui, optamos por selecionar algumas que nos ajudassem a compreender os usos do passado na legitimação da jovem nação que se tornava independente em 1822.

Como vimos, a relação com o passado e o interesse pela história, muito caros ao século XIX (mas, evidentemente, não apenas a ele) possuíam também implicações políticas, uma vez que a História legitimava as nações que se formavam, ancorando-as em um passado distante e glorioso. No caso do Brasil não foi diferente. Em um

---

<sup>155</sup> HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

<sup>156</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>157</sup> Sobre esta questão, ver JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos*. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988; ORLANDI, Eni Puccineli (Org.). *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993; RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004; CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Deste mesmo autor, ver também *Nação e Cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

importante artigo, o historiador Manoel Salgado Guimarães destacou que a construção de um Estado brasileiro separado de Portugal em 1822 viabilizou

um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. (...) Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira” capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações.<sup>158</sup>

Manoel Salgado Guimarães destaca que, neste lado do Atlântico, o espaço em que se discutiu o passado da nação não foram as universidades, mas uma academia de “escolhidos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundado em 1838 nos moldes das academias iluministas, o instituto trazia consigo um duplo projeto: explicar a gênese da nação brasileira e inseri-la numa tradição de civilização e progresso.<sup>159</sup> Para isso, o passado português foi lido dentro de uma chave interpretativa diferente daquela utilizada por outros países da América Latina: ao invés de romper com o passado colonial, o IHGB construiu uma história em que o Brasil se entendia como continuador da tarefa civilizadora iniciada pelos lusitanos no Novo Mundo. De alguma forma, o símbolo deste continuísmo era a própria dinastia de Bragança, que permaneceu à frente da antiga colônia após a sua emancipação.

Uma das marcas do IHGB eram os estritos laços que mantinha com o poder imperial, exemplificados na própria proteção (inclusive financeira) que o instituto recebia do imperador. Ao contrário da Europa, onde a escrita e disciplinarização da história aconteceu nas universidades, espaços de disputas acadêmicas, no Brasil este processo ganhou nuances distintas, uma vez que o trabalho historiográfico era realizado dentro de uma instituição marcadamente ligada ao Estado e ao imperador. Assim:

Como traços marcantes desta história nacional em construção, teremos o papel do Estado Nacional como o eixo central a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial.<sup>160</sup>

As relações entre o IHGB e o Estado tornaram-se ainda maiores a partir da década de 1850. Com a presença constante do imperador D. Pedro II em suas sessões, o projeto do IHGB de escrever “a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador” tornou-se ainda mais nítido.<sup>161</sup>

---

<sup>158</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.*

<sup>159</sup> *Ibidem.* p. 8.

<sup>160</sup> *Ibidem.* p. 9.

<sup>161</sup> *Ibidem.* p. 10.

O tipo de escrita da história produzida no Brasil pelo Instituto Histórico foi também objeto de análise de Armelle Enders em seu artigo *O Plutarco Brasileiro*. Não desconsiderando a questão da produção de uma história nacional pelos membros do IHGB, a autora parece compreender de outra forma o tipo de escrita elaborada no interior da academia ao afirmar que as biografias, os necrológios e todas demais obras produzidas em seu interior serviam, na verdade, mais para cultivar a sua própria memória do que a memória da nação. Relembrando o argumento de que o IHGB foi formado dentro da concepção iluminista das academias literárias, Enders destaca que a produção do instituto era voltada para a rememoração dos ‘homens ilustres’ (muitos deles, inclusive, membros do IHGB) e, é claro, para cultuar a própria figura do monarca, alvo central das celebrações realizadas naquele espaço. Assim, segundo a autora, talvez fosse possível compreender o papel do IHGB não tanto para a construção de uma história nacional, mas para uma história de viés mais aristocrático, em que a figura do monarca, seguido pelo pequeno grupo de homens ilustres, servidores do Império, estava fortemente representada. Primeiramente D. Pedro I, construtor de nossa independência e fundador do Império. Em seguida, D. Pedro II, o monarca pacificador.<sup>162</sup>

Embora a análise de Armelle Enders tenha se centrado especificamente sobre o IHGB, ela nos parece interessante para pensar a questão da construção de um passado para a nação no Brasil do século XIX e, principalmente, para compreender o papel da Biblioteca Nacional dentro deste projeto. Além disso, como vimos anteriormente, convém salientar que a longa trajetória de Ramiz Galvão também englobou a passagem pelo Instituto Histórico, onde, em 1900, foi um dos responsáveis pelas comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Em relação às festas que comemorariam tal data, ele afirmava que o objetivo de tais festividades era:

Agitar o sentimento que exalta os corações, lembrando-lhes o nascer da pátria, as glórias do seu passado, a rota vencida através de tamanhas lutas e dificuldades, a situação presente e por último os fundamentos assentados para o edifício robusto e altaneiro do futuro.<sup>163</sup>

Para Ramiz Galvão, o passado servia para despertar o fervor patriótico, estimular a juventude e, portanto, conseguir o mais importante: fazer com que “o país seguisse no

<sup>162</sup> ENDERS, Armelle. “O ‘Plutarco brasileiro’ – a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado”. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000.

<sup>163</sup> GALVÃO, Ramiz. Introdução. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

caminho do progresso”. Para isso, como membro do IHGB, não mediu esforços para concretizar as comemorações do IV centenário. Mas, algumas décadas antes de entrar para o Instituto, enquanto presidia a Biblioteca Nacional, implementava ali projetos que também ligavam-se à preocupação com a construção de um passado para o Brasil e com a preservação e divulgação de documentos que serviriam para a sua escrita. Em 1876, foi lançado o primeiro número dos *Anais da Biblioteca Nacional*, publicação cujo fim era divulgar os tesouros da biblioteca e servir aos pesquisadores e historiadores a partir da publicação de documentos referentes à nossa história. Anos mais tarde, em 1881, Ramiz esteve à frente da organização da *Exposição de História e Geografia do Brasil* que, de acordo com a epígrafe deste capítulo, procurava ressuscitar o passado e mostrar o quão grande o país seria no futuro. Na esteira da exposição, foi elaborado um catálogo monumental, com mais de vinte mil documentos referentes ao passado do país. Diante do trabalho de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional, a questão que Enders nos obriga a colocar é: estaria ele preocupado com uma história *nacional*? Os documentos publicados nos *Anais* e levantados para o catálogo serviriam a quem e a que propósito? E a Exposição, seria possível entendê-la plenamente dentro da lógica da construção de um passado para a nação brasileira?

Certamente não conseguiremos responder neste momento a todas estas interrogações, mas elas estarão presentes ao longo do capítulo e podem ajudar no desenvolvimento de futuros trabalhos. Cremos, no entanto, que a questão nacional é importante quando analisamos a gestão de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Todo o esforço no sentido de buscar documentos sobre a história do Brasil e a publicação e divulgação deste acervo tinha como objetivo trazer à luz a imensa riqueza histórica do país, construir a história de uma “jovem nação” e seu caminhar para o futuro e possibilitar o conhecimento do passado do Brasil. Este projeto pode ser claramente percebido na busca por documentos sobre a história do Brasil (não devemos esquecer que Ramiz Galvão esteve, a mando do Estado Imperial, na Europa à procura de documentos referentes à história nacional), na publicação destes documentos em um veículo como os *Anais da Biblioteca Nacional*, e, como ponto culminante, na própria *Exposição de História do Brasil* e seu catálogo.

Por fim, cremos que outro elemento não pode ser desprezado: o trabalho de Ramiz Galvão na produção dos *Anais* e na elaboração da exposição e de seu catálogo possuía também um objetivo mais imediato, que dizia respeito às novas funções e ao novo papel pretendido para a principal biblioteca do país. Assim, as publicações e a

exposição acabavam servindo também como um elogio à “nova” biblioteca. São essas questões que buscaremos abordar nas próximas páginas.

### **A “ressurreição” da memória pátria pelos *Anais da Biblioteca Nacional***

Paris, janeiro de 1874. Há quase um ano distante do Brasil, Ramiz recebeu a notícia de que ainda demoraria mais alguns meses em sua viagem à Europa: o governo imperial decidira prolongar sua estadia no “Velho Mundo” até o último dia de abril daquele ano. O objetivo era que o bibliotecário aproveitasse para procurar nos arquivos europeus documentos, especialmente manuscritos, relativos ao Brasil. Semanas após receber o aviso, Ramiz não tardou em comunicar aos seus superiores os frutos que colhia em sua viagem. Em uma carta datada do dia 7 de fevereiro, ele explica que, depois de visitar as bibliotecas de Viena, Munique, Berlim, Milão, Florença, Roma, Londres e Paris, restavam apenas as de Zurich e Lisboa:

Em todas elas depois de haver estudado a parte relativa à organização, que é, como V. Exa sabe, o ponto capital da minha comissão, tive sempre o cuidado de indagar da existência de documentos relativos ao Brasil, e posto que não fosse grande a minha colheita neste particular tive todavia a fortuna de encontrar alguma coisa de que tomei nota e que tencionara comunicar a V. Exa (...). Aqui mesmo em Paris, onde atualmente me acho ultimando as compras de livros de que fui encarregado, encontrei na Biblioteca Nacional um bom número de manuscritos portugueses, dos quais estou fazendo uma lista que julgo não será destituída de interesse. Em Zurich não é de esperar que ache documentos deste gênero, mas em Lisboa os haverá em grande cópia, e por isso resolvi já demorar ali a minha estada além do prazo que me fora necessário e suficiente para visitar a sua biblioteca pública.<sup>164</sup>

A viagem de Ramiz Galvão pela Europa trouxe alguns benefícios para a Biblioteca Nacional. Um deles foi a sua própria reestruturação a partir da observação e estudo do funcionamento de suas congêneres européias. Mas não foi só isso. A viagem trouxe ainda um saldo bastante positivo para o acervo da instituição, enriquecido com vários livros e catálogos comprados de livreiros europeus. Algumas coleções de revistas científicas e literárias já existentes na BN também puderam ser completadas a partir da aquisição de determinados volumes faltosos. De acordo com a tabela 4 (capítulo 2), no ano de 1874, 2.476 obras entraram na biblioteca por meio de compra e dentre elas constavam ainda alguns documentos referentes à história do Brasil. Trata-se, sem

<sup>164</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário* (1873-76). Ofício de 07 de fevereiro de 1874.

dúvida, de um número muito superior aos dos demais períodos. Segundo Pires de Almeida, somente na viagem à Europa, foram gastos cerca de doze contos de réis na compra de manuscritos, imagens, monografias e catálogos, todos eles incorporados ao acervo da BN.<sup>165</sup>

O projeto de procurar, comprar e reunir documentos relativos à história do Brasil parece, no entanto, que não terminou com a viagem de Ramiz Galvão. Mesmo após o seu retorno da Europa, é possível perceber em seus ofícios o interesse em localizar e adquirir materiais sobre a história do país que estivessem nas mãos de particulares ou em bibliotecas estrangeiras. Um documento do bibliotecário, datado de 1878, é um exemplo interessante do seu empenho em obter este tipo de material para a BN. Trata-se de um ofício informando as autoridades do Império sobre o leilão de manuscritos que estava prestes a ser realizado pela casa dos Marquês de Castelo Melhor. Ramiz não apenas deu a notícia do leilão, mas também se empenhou em conseguir recursos do tesouro para a compra daqueles documentos:

Excusado me parece insistir sobre a alta conveniência de se não permitir que fiquem fora de nosso país todos esses papéis, porque vossa excelência sabe melhor do que eu o que eles valem para a história de uma nação, que está hoje compondo os seus anais e buscando luz que esclareça largos períodos de sua vida passada. O que é indubitável é que sem documentos não se escreve história e que sem fazer sacrifícios para os haver não legaremos à posteridade mais do que as trevas e a dúvida que já recebemos na herança de nossos maiores.<sup>166</sup>

O forte teor patriótico utilizado por Ramiz em seu ofício parece ter dado certo. A verba conseguida pelo governo imperial serviu para a aquisição de 41 manuscritos vindos diretamente de Lisboa. Eles chegaram à Biblioteca Nacional somente em 1879, mas, no ano anterior, foram somados ao acervo da instituição 64 manuscritos cedidos pelo dr. Melo de Moraes, além de outros adquiridos a partir do leilão do espólio do escritor português Rodrigo José de Lima Felner. Mas as aquisições não pararam aí. Em 1880, a BN recebeu do conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa 38 manuscritos e, no ano seguinte, foi adquirida uma coleção de documentos diplomáticos

---

<sup>165</sup> ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional. Resumo Histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897. p. 10.

<sup>166</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário (1877-79)*.

do Visconde do Rio Branco, ofertados à instituição por seu filho, José Maria da Silva Paranhos.<sup>167</sup>

Convém destacarmos a importância dada por Ramiz Galvão à aquisição de documentos. É possível perceber as razões desta importância no ofício citado acima, quando ele buscava angariar recursos para a compra dos papéis da coleção dos Marquês de Castelo Melhor: os documentos, segundo ele, eram essenciais para se escrever a história das nações, especialmente de uma nação como o Brasil, cujos pontos de seu passado pareciam tão nebulosos aos seus olhos. A história do país, para ser construída, precisava de documentos que pudessem lançar luz sobre o passado brasileiro.

Em seu livro *História e Historiadores*, Ângela de Castro Gomes destaca o interesse que os letrados de meados do século XIX e início do XX tinham pelos documentos. Embora a autora não se refira à Ramiz Galvão ou ao seu trabalho na Biblioteca Nacional, ela se detém na figura de Capistrano de Abreu, historiador que, mais tarde, foi considerado o marco do pensamento histórico no Brasil. Segundo Gomes, Capistrano e seu grupo eram “eruditos”, isto é, não poderiam ser pensados como “profissionais da história”, uma vez que este campo não estava constituído como autônomo naquela época. Esses eruditos interessavam e circulavam por um amplo espaço de conhecimento, que envolvia a etnologia, a geografia, a literatura, o estudo de línguas indígenas, além de outros saberes, como a própria história.<sup>168</sup> Esses homens de letras, por sua vez, possuíam uma grande paixão que legitimava o seu saber: “o trabalho de pesquisa documental (criticar, reunir, consultar e copiar documentos). A pesquisa e a interpretação de fontes distinguia o trabalho desses eruditos”.<sup>169</sup> A história não poderia prescindir da ida ao arquivo e da consulta e crítica às fontes documentais. Sem documentos não haveria, portanto, a possibilidade de escrita da história.

Outra estudiosa da historiografia brasileira oitocentista, Maria da Glória de Oliveira, também destacou a paixão de Capistrano de Abreu pela biblioteca e pelo arquivo, mostrando o quanto o trabalho diário com os documentos da Biblioteca

---

<sup>167</sup> ALMEIDA, Pires de. *Op. Cit.* p. 10. Convém lembrar que uma importante aquisição para a Biblioteca Nacional foi feita ainda em 1873, quando foi comprada a biblioteca de Manoel Ferreira Lagos, composta de 3.475 volumes, 231 manuscritos e cerca de 2 mil folhetos publicados no Brasil e em países estrangeiros. Faziam parte desta coleção as *Memórias* de Alexandre Rodrigues Ferreira.

<sup>168</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 75.

<sup>169</sup> *Ibidem*. p. 100

Nacional converteu-o à pesquisa histórica.<sup>170</sup> Certamente esse contato cotidiano com o acervo da biblioteca não envolveu apenas Capistrano, mas foi o que poderíamos chamar de um trabalho em equipe, pois englobava também os chefes de seções e o próprio Ramiz Galvão. Tratava-se de uma tarefa que abrangia não apenas a organização do acervo, mas que também foi responsável pela localização de obras cuja existência ainda não era conhecida pelo diretor da BN e seus funcionários. Uma vez descobertos esses “tesouros”, como dizia o próprio Ramiz Galvão, era necessário criar meios de divulgá-los. Sua publicação era uma forma de não apenas atrair o interesse do público em geral e de um público mais restrito (os homens de letras, tão ausentes da biblioteca, segundo o discurso de Galvão) para obras mais seletas, mas também de construir uma certa imagem da Biblioteca Nacional, atribuindo a ela um valor, mostrando que, como principal biblioteca do país, ela possuía documentos capazes de fazê-la caminhar em direção ao lugar ocupado pelas grandes instituições de saber espalhadas pela Europa. Também aqui deste lado do Atlântico seria possível encontrar documentos raros, iconografias primorosas e achados preciosos.

O primeiro veículo de divulgação desses “tesouros” foram os jornais da época, como o *Globo*, o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. A cada nova descoberta de uma imagem, manuscrito ou mesmo acerca da autoria de uma obra, Ramiz Galvão e seus ajudantes (especialmente Alfredo do Vale Cabral, oficial da biblioteca) enviavam notícias, acompanhadas sempre de um pequeno estudo, à redação de um desses periódicos. Logo em suas primeiras linhas, essas notas buscavam chamar a atenção dos leitores “estudiosos” não somente para as descobertas, mas também para o trabalho realizado dentro da Biblioteca Nacional, além de convidar o público a reconhecer o valor daquela instituição:

No espontâneo encargo que tomamos de fazer conhecer o público estudioso os livros concernentes ao Brasil, que guarda a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, damos notícia de mais um achado, por todos os títulos precioso. Convém que se vá conhecendo e dando o devido valor à primeira biblioteca instituída no Brasil e que em riqueza está a par de suas irmãs do Velho Mundo. Na Europa, os livros preciosos que possuem os estabelecimentos literários são em geral conhecidos, não só por seus catálogos impressos, como pelas incessantes investigações de amadores e curiosos, que a todos os momentos invadem a biblioteca em busca do que há de mais raro sobre esta ou aquela matéria. Entre nós, porém, se dá o contrário: ninguém se importa de conhecer e ainda mesmo de ter notícia dos livros que nos dizem respeito,

---

<sup>170</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 216-39.

livros que, em falta de documentos autênticos, são a base principal de nossa história.<sup>171</sup>

A comparação que aparece no texto entre a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e suas congêneres européias (comparação em que a instituição brasileira geralmente sai perdendo) é muito presente não só nas notícias publicadas, mas também nos ofícios, cartas e relatórios. Mas esse discurso possui algumas nuances. Certas vezes a BN é entendida como um projeto, em que, no futuro, ela conseguirá alcançar as grandes instituições de pesquisa do Velho Mundo. Em outros momentos, como aparece no trecho destacado acima, quando se trata da riqueza de seu acervo, a biblioteca brasileira é vista num patamar de igualdade em relação às européias. No entanto, um elemento parece não levantar dúvidas de Ramiz Galvão ou de seus funcionários: o fato de não se ter por aqui o afã das pessoas em se debruçar sobre esses tesouros.

Apesar da entrada de novos manuscritos e imagens na biblioteca e da aquisição de muitas obras, as seções encarregadas de cuidar deste tipo de documento permaneciam vazias. A baixa frequência no setor de manuscritos era, como vimos, alvo de muitas lamentações de Ramiz Galvão, que via seus leitores serem atraídos pela “literatura amena” de sua época em detrimento de obras mais especializadas. Os relatórios dos chefes das seções de manuscritos e iconografia destacavam sempre o pequeno movimento dos setores e os poucos documentos consultados, o que se chocava com a maior frequência total registrada na biblioteca.<sup>172</sup> De modo geral, a visitação a essas seções de estudos mais “específicos” ficava a cargo do Imperador e dos membros de sua família, além de ministros do império e autoridades estrangeiras.<sup>173</sup>

---

<sup>171</sup> CABRAL, Alfredo do Vale. Investigações. *O Globo*, 1º de março de 1873.

<sup>172</sup> O relatório referente ao 3º trimestre de 1879 destaca, por exemplo, que naquele período apenas 2 manuscritos foram consultados: o “Vocabulário Português-Botocudo”, de Guido Marliere, e a “Flora Paraensis”, de Antonio Correa de Lacerda. (BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatórios escritos por João Saldanha da Gama e Menezes Brum referentes aos anos de 1876 a 1880 apresentados ao diretor da Biblioteca Nacional*).

<sup>173</sup> Em 1872, por exemplo, a biblioteca foi visitada pelo ministro da Bolívia, que, de acordo com o relato que Ramiz Galvão enviou ao conselheiro João Alfredo, ficou bastante interessado em consultar manuscritos sobre os limites territoriais que separavam o seu país do Império do Brasil. O interesse por materiais deste tipo levantou certas suspeitas de Galvão, que pediu ao conselheiro instruções de como proceder, enquanto fornecia “documentos de pouca importância e alheios à referida questão” à autoridade boliviana (BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 12 de abril de 1872. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.). No ano anterior, a biblioteca já tinha sido visitada por uma personalidade latinoamericana, Bartolomeu Mitre, que aproveitou a passagem pela instituição para consultar e copiar alguns manuscritos. Chegou, inclusive, a obter autorização do ministro João Alfredo para retirá-los da biblioteca, apesar das queixas de Ramiz Galvão, que alertava para os perigos da saída de documentos. É interessante perceber que, mesmo sob ordens superiores, Ramiz diz só ter aceitado mostrar os documentos ao então ex-presidente argentino após se certificar que “aqueles papéis

Diante deste quadro, algumas perguntas se colocam: se a seção de manuscritos, bem como a de Iconografia, eram pouco frequentadas, se não havia o afã do público pelos seus materiais, se não existia interesse pela investigação, por que divulgar o acervo em jornais e, mais ainda, por que produzir outro veículo, específico para a publicação de documentos, como foram os *Anais da Biblioteca Nacional*? Com o objetivo de buscarmos uma resposta para estas questões, cremos que vale a pena nos determos um pouco neste segundo veículo, os *Anais*, destacando o que era publicado em suas páginas e os principais objetivos desta publicação.

O primeiro volume dos *Anais* foi impresso em 1876, ano em que saiu também o segundo fascículo desta revista. Sua publicação era prevista já nos novos estatutos da biblioteca, que deixavam a cargo do bibliotecário a tarefa de levar a cabo este compromisso.<sup>174</sup> Ao longo da administração de Ramiz Galvão, foram impressos nove volumes dos *Anais*, sendo o último deles, dividido em dois tomos, destinado ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Não nos interessa aqui destacar pormenorizadamente o conteúdo de cada um destes nove volumes. Tampouco será possível realizar aqui uma análise minuciosa de todos os artigos e documentos publicados ali, o que demandaria um trabalho específico sobre essas obras. No entanto, inicialmente, parece interessante observarmos o primeiro tomo desta publicação. Isto se deve a dois motivos: primeiramente, porque muitos dos estudos publicados neste primeiro volume serão discutidos ou completados nos posteriores. Em segundo lugar, porque no primeiro livro é possível perceber os principais objetivos desta publicação, que já se iniciava formando um cânone das principais coleções de documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, documentos que ainda hoje servem como referência quando falamos daquela instituição.

A análise deste volume nos fornece algumas chaves interpretativas para compreender a que vinha esta publicação. O objetivo mais explícito pode ser encontrado nas “Advertências preliminares” do primeiro volume, onde Ramiz Galvão explica que os *Anais* eram destinados à divulgação das “riquezas literárias” da biblioteca, até então esquecidas e ignoradas pelos “próprios nacionais”. Na publicação, deviam ser inseridos inéditos preciosos, notícias de livros raros, estampas curiosas e também “trabalhos

---

não trariam complicações futuras para o país” (BIBLIOTECA NACIONAL. *Ofícios (1871-75)*. Ofício de 13 de dezembro de 1871. Mss).

<sup>174</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Expedida*. Ofício de 1º de agosto de 1876. Mss.

bibliográficos sobre os mais célebres escritores e amadores nacionais”.<sup>175</sup> Logo no primeiro volume figuram notícias e artigos sobre alguns conjuntos de documentos que foram eleitos para representar o que havia de melhor nas estantes da biblioteca, como a coleção Diogo Barbosa Machado, as cartas do padre José de Anchieta, além da coleção Camoneana e a de Alexandre Rodrigues Ferreira. Todos esses documentos eram não apenas descritos e classificados, mas vinham também acompanhados de estudos feitos pelos funcionários da própria instituição.<sup>176</sup>

No entanto, ao lermos os artigos dispersos ao longo deste e de outros volumes, podemos perceber que havia outros objetivos envolvidos, alguns mais e outros menos explícitos. Um deles é sinalizado por Alfredo do Vale Cabral no terceiro volume dos *Anais*, impresso em 1877. Este fascículo traz a publicação de um manuscrito de Luiz D’Alincourt, militar português que presidiu numerosas comissões por regiões brasileiras ao longo do século XIX. Neste documento, D’Alincourt oferece algumas informações acerca da província do Mato Grosso<sup>177</sup> e, na opinião de Alfredo do Vale Cabral, tratavam-se de informações relevantes, escritas não por um compilador de relatos, mas por uma testemunha ocular. Assim, de acordo com o funcionário da biblioteca, a publicação de um documento como este nos *Anais* tinha o intuito de

Concorrer com este subsídio para a nossa história geral, e ministrar assim informações minuciosas e dados pouco vulgarizados acerca desta província tão extensa, quão importante por seus ricos dotes naturais ainda não convenientemente explorados. (...) Já é tempo de irmos ressuscitando as memórias da pátria da indigna obscuridade em que hão permanecido até agora sepultadas. É este um dos fins a que se propõe os *Anais da Biblioteca Nacional*.<sup>178</sup>

<sup>175</sup> GALVÃO, Ramiz. Advertência Preliminar. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. V. 1. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876. p. VII.

<sup>176</sup> Quem abre o primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* é a famosa Coleção Diogo Barbosa Machado, que recebeu um importante estudo feito por Ramiz Galvão (sobre esta questão, ver CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar, escrever a história. A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007). Outros nomes ligados à Biblioteca Nacional também tiveram seus artigos publicados neste primeiro volume. Foi o caso de Saldanha da Gama, que assinou o estudo sobre a Coleção Camoneana; Zeferino de Menezes Brum, que escreveu sobre o nígelo existente no acervo da BN, além de assinar o artigo “Iconografia”; e Teixeira de Melo, autor de artigos sobre as cartas do Padre Anchieta e de um estudo sobre Cláudio Manoel da Costa. O nome de Alfredo do Vale Cabral é, no entanto, o mais presente em todo o volume. Ele foi responsável pelo estudo sobre a coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, por um artigo acerca do projeto de formar uma galeria dos bibliotecários da BN, pelo necrológio de Inocêncio Francisco da Silva e por mais dois estudos, um intitulado “Bibliografia brasílica” e outro sobre um manuscrito da biblioteca.

<sup>177</sup> Trata-se do manuscrito intitulado *Resultado dos Trabalhos e indagações estatísticas da província do Mato Grosso*.

<sup>178</sup> CABRAL, Alfredo do Vale. Resultado dos Trabalhos e indagações estatísticas da província do Mato Grosso. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. V. 3. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1877. p. 69-70.

Em um artigo publicado num dos jornais da época, Vale Cabral certa vez disse que a Biblioteca Nacional carecia de documentos autênticos, base para se escrever a história do país.<sup>179</sup> Ao se deparar com um documento como o citado acima, Cabral encontrava um desses “documentos autênticos” necessários para *revelar* a nossa história. Em primeiro lugar, o manuscrito descrevia um espaço pouco conhecido mas já compreendido como parte dessa “comunidade imaginada” chamada Brasil. Em segundo lugar, tratava-se de um testemunho em primeira mão, cujo relato era tido como ainda mais legítimo, uma vez que D’Alincourt *viu* e escreveu aquilo que observou. Dentro de uma lógica em que o documento é percebido como condição de possibilidade para se conhecer o passado, é possível entender o interesse dos *Anais* em publicar obras como esta, que possibilitavam conhecer o país e seu passado histórico.

Esta relação entre documento e a tarefa de escrever sobre o passado brasileiro também pode ser percebida no artigo que José de Alexandre Teixeira de Melo, chefe da seção de manuscritos, sobre a coleção de cartas do Padre José de Anchieta existente entre os manuscritos da BN. Em relação a este conjunto de materiais, Teixeira de Melo destaca que eles poderiam servir de grande valia aos estudiosos, uma vez que permitiam perceber a solidão dessas terras, as peregrinações de seus habitantes e, o que era ainda mais importante, o trabalho de civilização e conagraçamento desenvolvido pelos jesuítas entre tribos indígenas “que continuamente se dilaceravam em contínuas guerras de extermínio”.<sup>180</sup> Assim, a partir da voz de Anchieta, seria possível saber sobre os povos que aqui viviam, sobre sua natureza e sobre o trabalho de catequese dos indígenas. As cartas de Anchieta seriam capazes, portanto, de nos transportar diretamente aos primeiros tempos do passado brasílico.

Documento como estes, relacionados ao Brasil, também lotavam as páginas do 4º e do 5º volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, reservados à publicação do catálogo dos manuscritos existentes na BN. A própria maneira como os manuscritos foram classificados já nos parece sintomática, uma vez que figuram divididos em duas partes, a de “códices relativos ao Brasil” e a de “códices estranhos ao Brasil”. Como era de se esperar, os textos relativos ao país abrem o catálogo, que começa pelos documentos que se referem ao Brasil como um todo, passando, em seguida, àqueles que tratam de suas partes, isto é, suas capitâneas ou províncias, e aos que tem relação com a

---

<sup>179</sup> CABRAL, Alfredo do Vale. Investigações. *O Globo*, 1º de março de 1873.

<sup>180</sup> DE MELO, José de Alexandre Teixeira. Pe. José de Anchieta. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. V. 1. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876. p.44.

questão dos limites territoriais. Nesta lista, não podiam faltar também obras de brasileiros, assim como cartas e autógrafos.

Documentos do passado, além de descobertos (ou talvez “encontrados”) no acervo da BN, passavam a ser publicados, ficando disponíveis a todos aqueles que estivessem dispostos a escrever a história do país ou ainda de suas partes. Vale ressaltar, no entanto, que essa história, de acordo com o que era publicado nos *Anais*, deveria ser feita a partir de documentos manuscritos, cujo grau de veracidade poderia ser medido pelo investigador a partir da crítica histórica. Mas, de qualquer forma, tratava-se de uma história escrita por meio de documentos entendidos como capazes de fornecer um acesso direto a uma experiência passada. Assim, de acordo com Teixeira de Melo, a publicação de textos como esses nos *Anais* era uma forma de “prestar um serviço aos futuros historiadores de nossas coisas”.<sup>181</sup>

No entanto, como vimos acima, a palavra historiador, da maneira como a entendemos hoje, parece não se aplicar totalmente àquele momento. Retomando as ideias de Ângela de Castro Gomes, não havia naquela época a história como campo autônomo, portanto era muito comum que os mesmos letrados que se interessavam em saber e escrever sobre o passado de seu país, aparecessem também como escritores de romances, poesias ou ainda participassem de debates em torno de assuntos linguísticos. Todos esses interesses estavam, de certa forma, contemplados nos documentos e textos publicados nos *Anais*. Em seus fascículos, era possível ter acesso a manuscritos referentes a fatos, batalhas e personagens da história Brasil (era o caso das cartas de Anchieta, que remetiam ao passado da colonização, mas também da notícia de um manuscrito existente na BN sobre a Guerra dos holandeses no Brasil ou ainda de um estudo sobre o inconfidente Cláudio Manoel da Costa),<sup>182</sup> mas permitiam também conhecer a geografia, a natureza e a população de certas regiões do país (como o já citado Mato Grosso) e ainda possibilitavam o acesso a estudos sobre a língua tupi e mesmo a obras escritas neste idioma. É importante esclarecer que, já no primeiro volume dos *Anais*, foi publicada uma notícia do trabalho desenvolvido na Biblioteca Nacional por Vale Cabral, que reunia tudo o que se referia à língua tupi existente nas

<sup>181</sup> DE MELO, José de Alexandre. Silvestre Pinheiro Ferreira. Memórias e cartas biográficas. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. V. 2. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876. p.247.

<sup>182</sup> Mesmo a Coleção Diogo Barbosa Machado e todo o trabalho desenvolvido pelo colecionador português em sua obra *Biblioteca Lusitana* foi lido pelos funcionários da Biblioteca Nacional sob a ótica da história do Brasil. Barbosa Machado será louvado por Vale Cabral o primeiro a se ocupar de escrever as biografias de brasileiros. Só isto, segundo o oficial, já faz o Brasil dever muito ao “sábio abade de Sever”. (CABRAL, Alfredo do Vale. Biblioteca Nacional. *Diário do Rio de Janeiro*. Dia 9 de maio de 1874).

*Memórias* de Alexandre Rodrigues Ferreira. No volume dois do periódico, foi publicado um estudo sobre palavras tupis e guaranis vulgarmente conhecidas. O objetivo parecia simples, mas era curioso: mostrar como esses vocábulos deveriam ser escritos e dar-lhes a sua verdadeira etimologia. Por fim, o sexto e o sétimo volumes da publicação foram totalmente dedicados a um “precioso manuscrito em língua guarani” composto no século XVIII e destinado à conversão dos gentios: a *Primeira catequese dos índios selvagens*, do Padre Montoya, traduzido pelo especialista Batista Caetano Almeida Nogueira.

Em um momento em que os campos da história e da literatura entrecruzavam-se, podemos imaginar que a publicação de documentos e estudos nos *Anais da Biblioteca Nacional* poderia ajudar não apenas aos “historiadores de nossas coisas”, mas servia também como fonte de estudo e inspiração para criações literárias. O próprio Almeida Nogueira, tradutor de Montoya, diz pretender com seu trabalho prestar um serviço à literatura, “evitando que nos seus romances o índio apareça com falar de outro mundo, inverossímeis e não naturais”.<sup>183</sup> Mesmo entre os literatos, o estudo das línguas indígenas tornava-se matéria obrigatória. Segundo Ivana Stolze Lima, “os escritores elegeram a língua tupi para representar a nacionalidade da literatura e enxertavam nos poemas e romances palavras em tupi, algumas até recriadas pelos escritores”.<sup>184</sup> Se a língua indígena, era, como dizia Alencar, a chave de entrada para formar uma imagem poética do selvagem, entender as particularidades de sua vida e de seu pensamento, podemos imaginar que o trabalho de Ramiz Galvão e sua equipe com a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* pudesse ter como objetivo, além de mostrar as grandezas e tesouros da BN, ajudar na constituição de uma história e de uma literatura brasileiras, definindo os documentos necessários seja para escrever sobre o passado nacional, seja para compor aquilo que representaria a nacionalidade de nossa literatura.

Até aqui, vimos que os *Anais da Biblioteca Nacional* poderiam servir a diversos fins. Ele formou um cânone das grandes coleções existentes na BN, assim como se tornou um veículo de divulgação de seus tesouros, mas serviu também para a publicação de documentos que serviam tanto para elucidar pontos acerca do passado

---

<sup>183</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais da Biblioteca Nacional*. V. 6. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1879.

<sup>184</sup> Sobre o interesse dos letrados da segunda metade do século XIX pelas línguas indígenas, ver o artigo de Ivana Stolze Lima no livro *O Brasil Imperial*. (LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no Império do Brasil. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil Imperial*. V.2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 491).

nacional, quanto de instrumento para se compor cenários e personagens em obras de literatura. Um desses personagens era, como destacamos, o indígena, tão presente seja nos discursos dos membros do IHGB, seja nas obras românticas. No entanto, cremos que podemos encontrar ainda uma terceira função envolvendo os *Anais*: a de promover dentro e fora do país a própria Biblioteca Nacional, dando legitimidade ao trabalho realizado ali dentro e construindo sua imagem como espaço de saber e investigação e como uma instituição que buscava ajudar o Brasil a acompanhar o movimento científico, literário e histórico das nações mais adiantadas.

Em 1877, Ramiz Galvão redigiu um ofício endereçado à Secretaria de Estado e Negócios do Império. Nele, o bibliotecário contava que acabara de ver a publicação dos trabalhos da Assembléia Legislativa, onde constatou que seriam reduzidas as despesas, bem como o número de funcionários, da Biblioteca Nacional. Diante de tal situação, Galvão diz que se sentiu obrigado a escrever um documento relatando tudo o que foi feito pela BN durante a sua direção. Dentre as melhorias e as vitórias citadas, lá estão os *Anais da Biblioteca Nacional*. É justamente essa publicação que dará um dos argumentos finais utilizados por Ramiz para que seja mantida a verba da biblioteca. Ele copia o trecho de uma carta enviada a ele por Ferdinand Denis, diretor da biblioteca de Santa Geneveva, e uma notícia escrita pelo literato português Luciano Cordeiro no jornal *Comércio Português*, ambas elogiando não apenas o funcionamento da Biblioteca Nacional, mas especialmente exaltando a publicação dos *Anais*. Ramiz é categórico em afirmar que, cessando as aquisições de livros e documentos, interrompendo a elaboração de catálogos e cancelando a publicação dos *Anais*, “deixaríamos de acompanhar o movimento científico, literário e artístico dos países mais adiantados”.<sup>185</sup>

Os *Anais*, por sua vez, constituíam uma porta de entrada e reconhecimento do Brasil entre os países que se tinham como modelo. A cada novo volume impresso, exemplares eram enviados a diversas instituições, como a Biblioteca de Santa Geneveva, a Biblioteca de Paris, ou ainda algumas congêneres norte-americanas, como a State Library e a Astor Library, ambas de Nova Iorque, a State Library, de Boston, a Biblioteca da Filadélfia e a Biblioteca do Congresso norte-americano.<sup>186</sup> Os bibliotecários destas instituições costumavam enviar mensagens muito elogiosas e que eram com frequência anexadas por Ramiz aos relatórios que entregava ao Ministério do

<sup>185</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa e Passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 15 de agosto de 1877.

<sup>186</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa e Passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 15 de junho de 1878.

Império. Ferdinand Denis, por exemplo, exaltou os *Anais* como um “verdadeiro monumento, de uma necessidade incontestável e cuja utilidade se perceberá com os anos”.<sup>187</sup> Na esteira do reconhecimento externo, vinha também o reconhecimento interno. Periódicos da época, como o *Jornal do Commercio*, o *Globo*, *Diário do Rio*, *Apóstolo*, *Gazeta de Notícias* e *Reforma* não só noticiaram como também louvaram a nova publicação. O *Diário do Rio*, em matéria de 25 de novembro, afirmava que a Biblioteca Nacional “foi antes uma aposentadoria honrosa para alguns sábios escritores, que a idade levava a repousar, do que um estabelecimento útil e proveitoso para os literatos brasileiros”. Com a publicação dos *Anais* e a gestão de Ramiz Galvão, dizia o jornal, esse quadro começava a mudar e a BN enchia-se de vitalidade.<sup>188</sup>

Todos esses elogios e reconhecimentos constituíam uma imagem da biblioteca dentro e fora do país, imagem essa que, como vimos no capítulo anterior, Galvão tinha interesse em fomentar. Esse interesse também pode ser percebido em um artigo assinado por Alfredo do Vale Cabral publicado no primeiro volume dos *Anais*. Este texto expressa um projeto então em curso na BN: constituir uma galeria dos bibliotecários que presidiram a instituição desde 1822 até 1870. Este artigo em si traz algumas informações sobre os diretores da instituição, mas destaca que o intuito principal era que fosse feita uma história “do mais rico repositório de preciosidades bibliográficas, histórias e artísticas da América do Sul”.<sup>189</sup> Pouco sabemos sobre os desdobramentos deste projeto, mas um de seus frutos foi a biografia que Ramiz Galvão escreveu sobre Frei Camilo de Monserrate. Mas e sobre Ramiz, quem escreveria? De acordo com Vale Cabral, o então diretor da BN não entraria no quadro de bibliotecários a serem estudados, mas “a história dirá mais tarde o que fazemos”.<sup>190</sup> Embora, nesta concepção, fosse necessária uma certa distância para visualizar o que se construiu sob a direção de Ramiz Galvão, ele e os outros funcionários da instituição (incluindo o próprio Ramiz) trabalhavam para legitimar aquele espaço pelo menos entre os homens de sua época, seja através de seus relatórios, seja através dos *Anais* ou ainda, como veremos, a partir da *Exposição de História do Brasil* e da publicação de seu catálogo monumental.

<sup>187</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório referente ao 1º semestre do ano de 1878*. Mss

<sup>188</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do bibliotecário (1877-79). Relatório dos fatos ocorridos na Biblioteca Nacional no segundo semestre de 1876*.

<sup>189</sup> CABRAL, Alfredo do Vale. Galeria dos bibliotecários. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. V. 1. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1876. p. 160.

<sup>190</sup> Idem.

Antes de terminarmos este tópico e passarmos à análise da exposição de 1881, gostaríamos de voltar às questões levantadas algumas páginas acima, e que podem ser resumidas na seguinte pergunta: por que este esforço em divulgar o acervo mais específico da BN em veículos como jornais e os próprios *Anais* se seções como a de iconografia e manuscritos permaneciam com suas salas vazias? Partindo do que discutimos até aqui, cremos que a resposta a esta pergunta pode ser encontrada na maneira como, naquela época, o Brasil era entendido dentro do “concerto das nações”, isto é, pelo lugar que o Brasil, país recém-independente, ocupava frente às nações “já consolidadas”. Esse lugar era sempre percebido no horizonte da promessa, isto é, da jovem nação que, espelhando-se na velha Europa, realizar-se-ia num futuro. Ao mesmo tempo em que este discurso compreendia a história da nação brasileira dentro da lógica do progresso, ele fornecia um papel e uma função à Biblioteca Nacional, conferindo legitimidade ao trabalho de organização, classificação e divulgação dos documentos realizado dentro daquela instituição, trabalho este que será promovido nas páginas de seus *Anais*. A imagem que esses veículos divulgadores do trabalho realizado dentro da biblioteca parecem construir corrobora a ideia de que, enquanto o Brasil caminhava como nação, a BN trabalhava, paralelamente, na formação de um público estudioso e frequentador de bibliotecas, na divulgação dos documentos para se escrever a história do passado do país e contribuía para os futuros estudos nacionais.

### **Ressurgir o passado: a Exposição de 1881 e seu catálogo**

Em 1900, já distante da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão foi chamado a participar da organização das festividades do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil. Como membro do IHGB, ficou em suas mãos, e nas de outros integrantes do instituto, pensar como seriam organizadas as comemorações, decidir sobre a confecção de selos e moedas comemorativas, bem como de arcos monumentais. O objetivo era realizar uma grande festa, em que o personagem central fosse a própria pátria. Esta festa, segundo Ramiz, seria capaz de despertar o fervor patriótico da juventude, lembrar a ela as glórias do passado, “a rota vencida através de tamanhas lutas e dificuldades, a situação presente e, por último, os fundamentos assentados para o edifício robusto e altaneiro do

futuro”.<sup>191</sup> Comemorar o descobrimento do Brasil era celebrar a origem da nossa nacionalidade, origem esta que produziu como resultado um povo civilizado, em lugar das tribos selvagens que percorriam os campos e as florestas virgens desta parte da América.<sup>192</sup>

Quase vinte anos antes das comemorações do 4º Centenário, as atenções de Ramiz Galvão eram destinadas a outro “projeto patriótico”, desta vez desenvolvido dentro da Biblioteca Nacional: a *Exposição de História do Brasil*. Em ofício enviado ao então Ministro do Império, o barão Homem de Mello, o diretor da BN justificava a necessidade de uma exposição sobre a história pátria afirmando, em primeiro lugar, que a partir dela seria possível reunir uma massa de publicações sobre a história do país, o que possibilitaria, portanto, que novos documentos do passado fossem revelados. Em segundo lugar, seria uma oportunidade para a organização de um importante catálogo, um marco para o conhecimento da história do Brasil. Mas os benefícios trazidos pelo projeto não terminavam aí: a exposição seria capaz de despertar não apenas o que Galvão chamava de “amor pelos papéis”, mas também o amor pela pátria.<sup>193</sup> Conhecendo o passado, seríamos capazes de amar nosso país e “caminhar desassombradamente em direção ao futuro”.<sup>194</sup>

Apesar da distância temporal entre os dois eventos, parece-nos que existem alguns elementos comuns entre eles, como o desejo de celebrar a pátria, a ideia de que conhecer o território e a história brasileira seria essencial para que aprendêssemos a amar o Brasil e a crença num futuro promissor, capaz de ser vislumbrado a partir do conhecimento do passado. Foram esses pressupostos que, de alguma forma, nortearam aquele que seria um dos principais momentos de Ramiz Galvão à frente da Biblioteca Nacional. Os primeiros documentos do bibliotecário em que encontramos a ideia de montar uma exposição e um catálogo de tudo que concernia à história do Brasil datam de julho de 1880. No mês anterior, foi realizada a chamada Exposição Camoneana, evento em que foram exibidos ao público diversos exemplares dos *Lusíadas*, além de traduções e outras obras escritas por Luís de Camões em uma homenagem no aniversário de trezentos anos de sua morte. O sucesso deste evento, que, de acordo com Galvão, contou com a visita de doze mil pessoas em apenas seis dias, contribuiu e

---

<sup>191</sup> GALVÃO, Ramiz. Introdução. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

<sup>192</sup> *Ibidem*. p. 99.

<sup>193</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário (1880-1881)*. Ofício de 5 de julho de 1880.

<sup>194</sup> Discurso de Ramiz Galvão proferido na abertura da Exposição de História do Brasil. *Jornal do Commercio*. 3 de dezembro de 1881. p. 1

entusiasmou o diretor e os funcionários da BN para a realização de uma exposição sobre a história do país. De acordo com Capistrano de Abreu, que também trabalhou nos preparativos da mostra,

Em 1880, [a Biblioteca Nacional] fez uma exposição Camoneana, daí a ideia da de História do Brasil. O Barão Homem de Mello, então ministro, tipo acabado de *bourgeois gentilhomme*, diz que a ideia foi sua; não duvido; juro-lhe, porém, que ele não fazia ideia do que poderia ser uma exposição de história e geografia e devia ter ficado espantado de sua obra.<sup>195</sup>

Os trabalhos para a exposição foram intensos e só os preparativos duraram mais de um ano.<sup>196</sup> Não faltavam ideias para tornar aquele um evento inesquecível entre os homens de letras da Corte, evento este que consolidaria ainda mais a posição que a Biblioteca Nacional e o próprio Ramiz Galvão iam assumindo no ambiente letrado de sua época. A cada novo ofício enviado ao Ministro do Império, Ramiz acrescentava uma nova sugestão para a exposição. De acordo com um documento datado de 4 de novembro de 1880, o bibliotecário idealizava fazer um grande evento, no qual se realizasse também, além da própria exposição, um congresso nacional de história e geografia do Brasil. As apresentações, que, segundo as intenções de Ramiz, dariam maior cientificidade à solenidade, contariam com a presença de alguns membros da sociedade letrada da época, como Francisco Ramos Paz, José Saldanha da Gama, Francisco Antonio Pimenta Bueno, Franklin Távora, José Maria da Silva Paranhos, Ladislau Netto, Barão Homem de Mello, além de representantes do Mosteiro de São Bento, do Gabinete Português de Leitura e o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. A Biblioteca Nacional também participaria, sendo representada por José Alexandre Teixeira de Mello. O congresso, ao que parece, nunca aconteceu, mas os arquivos da seção de Manuscritos ainda guardam um caderno em que constam os nomes de todos os expositores lembrados para o evento.<sup>197</sup>

Para a realização da exposição, o bibliotecário solicitou a particulares, instituições e aos governos das províncias documentos históricos. Como ressaltou Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo, a concepção de documento era bastante ampla e

<sup>195</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo, 18 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2, p. 70.

<sup>196</sup> De acordo com Capistrano de Abreu, dois funcionários da biblioteca foram indispensáveis na execução do trabalho, Meneses Brum, da seção de estampas, e Alfredo do Vale Cabral, dos Manuscritos. Em meio aos preparativos da Exposição, Ramiz fora chamado a ocupar a cadeira de Botânica na Escola de Medicina, deixando praticamente nas mãos de Vale Cabral a tarefa de terminar o evento. (Idem).

<sup>197</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Exposição de História do Brasil. Nome dos expositores*. Mss.

para a exposição eram aceitos não só livros, manuscritos, cartas geográficas e autógrafos, mas também medalhas, moedas, estampas, fotografias, quadros a óleo, desenhos e esculturas.<sup>198</sup> Ainda aos governos provinciais, foi solicitado que mandassem informações sobre as circunstâncias topográficas e históricas de seus municípios. Embora muitas províncias tenham ignorado os apelos de Galvão por notícias, outras, no entanto, empenharam-se em dar uma resposta às solicitações da Biblioteca Nacional. Este foi o caso, por exemplo, da Câmara Municipal da cidade de Santa Cruz do Corumbá, no Mato Grosso, que chegou a nomear uma comissão para organizar um relatório em que constassem todas as características históricas e geográficas do município, como o seu relevo, ilhas, serras, rios e lagos, condições de salubridade, características minerais, tipos de madeira, frutas, animais, população, agricultura, indústria fabril, curiosidades naturais, além dos fatos históricos mais notáveis dos quais a região foi palco. No Caso de Santa Cruz de Corumbá, a comissão não deixou de lembrar o ano de 1801, em que o Forte de Coimbra, principal monumento da região, sofreu um duro ataque espanhol. Este mesmo lugar, segundo o documento, foi palco de mais um embate, desta vez ocorrido no ano de 1864, época em que o Brasil lutava contra a República do Paraguai.

Outros municípios também enviaram as informações pedidas, como São João da Barra, Maricá, Valença, Niterói, Resende, Bananal, Cajuru, São José dos Campos, Santos, Ubatuba, entre outros. O presidente da Câmara Municipal desta última cidade, Manuel Pereira de Assunção, aproveitou o pedido de Ramiz Galvão não apenas para mandar informações sobre a localidade, mas também para mostrar que compartilhava do mesmo sentimento que movia o bibliotecário:

Se tomei sobre mim tão árdua tarefa [a de descrever o município de Ubatuba] (...) [é porque] sobeja-me a boa vontade de ser útil ao país a que me ufano pertencer, e oxalá possa meu modesto e inepto esboço produzir coadjuvação aos que hajam de tratar da geografia e história do Brasil.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> AMADEO, Maria Eliza e KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 120, p. 323-34, 2000; GALVÃO, Ramiz. *Ofício dirigido ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de uma exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da exposição*. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1880.

<sup>199</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Ofício ao bibliotecário da Biblioteca Nacional enviando a descrição dos municípios da província de São Paulo. Mss.

Apesar da ausência de resposta por parte de alguns municípios, grande foi a quantidade de documentos e informações recolhidas. Alguns deles, mesmo não constando na exposição propriamente dita, puderam figurar no catálogo, publicado a tempo da inauguração do evento, marcada para dois de dezembro de 1881, dia do aniversário de D. Pedro II. No dia 25 de novembro, Ramiz ocupou-se em enviar os convites chamando para a inauguração da exposição, que aconteceria no próprio edifício da Biblioteca Nacional. De acordo com a imprensa da época, que cobriu o primeiro dia do evento, o número de presentes não era grande. Por outro lado, era composto de um público criteriosamente selecionado entre os mais distintos nomes do mundo das letras. Assim, se dermos crédito a estes periódicos, a exposição, antes de ter um caráter mais popular, foi feita para ser vista por um público seleta, composto pelos pares de Ramiz Galvão:

Não era grande o número de convidados; mas, em compensação, nele via-se o que há entre nós de distinto no mundo das letras. Os mais notáveis escritores, amadores de obras raras e da boa literatura, colecionadores de numismática, representantes das principais instituições públicas e particulares, da imprensa, de tudo, enfim, quanto se acha a frente desse movimento generoso que ora se nota no país, cheio das mais nobres aspirações.<sup>200</sup>

A chuva que caía na cidade no dia da inauguração não atrapalhou o evento. Logo na entrada da exposição, o público era recepcionado por uma banda de música, que dava as boas vindas aos que chegavam. O mau tempo também não estragou a decoração do edifício, ornado com palmeiras, arbustos e bandeiras de diversas nações. Às 11 horas em ponto chegaram à BN o imperador e sua esposa, que adentraram o ambiente, acompanhados pelos ministros do Império, da Justiça, da Guerra, do Estrangeiro e da Marinha, além, é claro, dos principais responsáveis pela organização do evento, o próprio Ramiz Galvão e seus ajudantes.<sup>201</sup> Os jornais da época eram categóricos ao afirmar que o que se via ali era a mais importante exposição inaugurada na Corte, especialmente pelo empenho dos funcionários da instituição em reunir uma grande quantidade de documentos da história do Brasil:

A impressão de quem visita a exposição é a das mais agradáveis. Especialmente no tocante aos subsídios para a história do Brasil, há ali verdadeiras revelações mesmo para os mais lidos e sabidos. Todo o pessoal da Biblioteca Nacional, tendo a sua frente o esclarecido chefe Sr. Dr.

---

<sup>200</sup> *O Cruzeiro*. 3 de dezembro de 1881.

<sup>201</sup> *Idem*.

Benjamin Franklin Ramiz Galvão, realizou prodígios de trabalho para levar a efeito a exposição que acabara de ser inaugurada, e especialmente para elaborar o respectivo volumoso catálogo. Não temos, pois, palavras que bastem para louvar e recomendar à gratidão do país a esses dignos funcionários.<sup>202</sup>

De acordo com Félix Ferreira, que escreveu alguns artigos sobre o evento para o jornal *O Cruzeiro*, logo no salão de entrada o visitante da *Exposição de História do Brasil* se deparava com três esculturas: de D. Pedro I, D. Pedro II e D. João VI. Junto às estátuas, havia ainda dois canhões tomados dos holandeses, um em 1631 e outro em 1635, além de outro, fundido na Bahia em 1775. Próximos ao primeiro degrau da escadaria que levava a outras salas, estavam dois pedaços de pedra argilosa. Emprestados pelo IHGB à exposição, estes objetos eram, de acordo com Ferreira, restos dos padrões assentados na costa do Brasil pelos primeiros exploradores.<sup>203</sup>

No vestíbulo começava a exibição de quadros e estampas. Ali estavam dispostas duzentas e quarenta gravuras, litografias, fotografias e quadros a óleo. O visitante poderia visualizar imagens da sagração de D. Pedro II (por Renato Moreaux), do juramento da Princesa Isabel (na pintura feita por Vitor Meireles), além de retratos de alguns “grandes” vultos, como o Marquês do Lavradio, o Conde de Bobadela e o Conde de Linhares. Havia ainda algumas gravuras que lembravam o caráter missionário da colonização como a em que se via o Padre Antônio Vieira catequizando um grupo de indígenas.

Em seguida, passava-se à sala D. Pedro II, onde era possível vislumbrar diversos bustos de letrados e homens ilustres, como Gonçalves Dias, Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos, Visconde do Rio Branco e os irmãos Andradas. Nesta sala, a família real portuguesa e a família imperial brasileira também estavam representadas por uma imagem de D. Amélia, mulher do primeiro imperador do Brasil, por uma notícia da coroação de D. Pedro II e por uma série de retratos de reis portugueses provenientes da Coleção Barbosa Machado.

A sala seguinte, denominada Ayres de Casal em homenagem ao autor da *Corographia Brazílica*, tido como fundador da geografia no Brasil, era, segundo Ferreira, uma das mais ricas da exposição. A sala, que ocupava toda a extensão do

<sup>202</sup> *Gazeta de Notícias*. 3 de dezembro de 1881. p. 1.

<sup>203</sup> FERREIRA, Felix. *A Exposição de História do Brasil. Notas bibliográficas*. Rio de Janeiro: s/e, 1882. p. IX e X. Os artigos de Felix Ferreira foram as principais fontes utilizadas por nós nos parágrafos em que descrevemos a organização da exposição.

grande corpo do edifício, abrigava fotografias, cartas geográficas, hidrográficas e topográficas. Na primeira vitrine, encerravam-se coleções de moedas, medalhas, barrinhas de ouro e outros subsídios numismáticos relacionados ao Brasil. Mas, além destes objetos materiais, o visitante ainda poderia observar alguns documentos escritos, como a Carta de Pero Vaz de Caminha, cartas do rei D. João V, os autos da inconfidência, as conferências da Academia dos Esquecidos, cartas jesuíticas e a *História da Província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães Gândavo. Nesta sala, figurava ainda, além de obras do próprio Ayres de Casal, o busto do antigo diretor da Biblioteca Nacional, Frei Camilo de Monserrate.<sup>204</sup>

Saindo desta seção, o visitante entrava, então, na Sala Varnhagen, onde encontraria, dispostos na parte central do recinto, alguns dos periódicos mais importantes da Biblioteca Nacional. De acordo com o *Jornal do Commercio*, esta sala era dedicada a documentos relacionados à história eclesiástica, parlamentar, diplomática, além de jornais e gravuras da cidade. Mas, ali constavam ainda alguns retratos como um de Catarina Paraguaçu, mulher do “caramuru” Diogo Álvares, além de uma imagem de Nóbrega e seus companheiros salvando um catecúmeno das mãos dos gentios.<sup>205</sup>

A partir de então, o visitante deveria continuar a apreciação da exposição dirigindo-se ao andar superior do edifício. As paredes da escada que levavam ao segundo pavimento foram cobertas de litografias, gravuras e retratos de brasileiros ilustres. No topo da escada, erguia-se o busto de Thomaz Gomes dos Santos, ex-diretor da Academia de Belas Artes. À esquerda, situava-se mais uma sala da exposição, nomeada Silva Lisboa em homenagem “a quem o Brasil deve o primeiro passo para a sua emancipação, a abertura dos portos”.<sup>206</sup> Trata-se da seção em que se reúnem obras relativas à história econômica do país, entre elas o livro *Cultura e Opulência no Brasil*, de Antonil. No entanto, em suas paredes o observador poderia contemplar também alguns retratos de religiosos franciscanos que contribuíram para a oratória sacra no país.

A sala Veloso é a quinta e última sala da exposição. Patrocinada pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso, estudioso de botânica, o ambiente se destacava pelas paisagens que adornavam suas paredes, entre elas duas representações da passagem de Humaitá, a de Vitor Meireles e a de Eduardo de Martino. Na sala, havia ainda outras

---

<sup>204</sup> Ibidem. p. 12-42.

<sup>205</sup> Ibidem. p. 43-59.

<sup>206</sup> Ibidem. p. 60-67.

pinturas alusivas à Guerra do Paraguai, como uma representação de General Osório e uma imagem dos chamados “voluntários da pátria”. Mas a Sala Veloso não era dedicada apenas à guerra e à pintura histórica. Nela achavam-se reunidas também obras de naturalistas e viajantes, como Saint-Hilaire, Glaziou, Alexandre Rodrigues Ferreira e Von Martius, além de documentos classificados como “assuntos indígenas”.

A descrição da organização do evento feita acima a partir do olhar de Félix Ferreira nos permite visualizar a forma como Ramiz Galvão e seus funcionários dispuseram os materiais disponíveis sobre a história do Brasil. Mas nos possibilita ainda ir além e buscar compreender algumas de suas escolhas e a concepção de história presente ali. Como dissemos, nem todos os materiais recolhidos foram expostos ao público no evento. Assim, aqueles que figuraram na exposição foram, de certa forma, escolhidos como representantes de documentos significativos para os estudos históricos nacionais.

Um primeiro elemento que se destaca em meio à descrição feita por Felix Ferreira é a forma como os materiais foram organizados pelas salas que compunham a exposição. Essa disposição foi, inclusive, passível da crítica do jornalista do *O Cruzeiro*, que a caracterizou como “confusa, sem ordem, sem método, e até diremos, sem plano assentado”.<sup>207</sup> Embora as salas tenham sido organizadas dentro de uma determinada lógica temática, os objetos nem sempre obedeciam ao assunto que esperava-se ver representado naquele espaço. Como afirma Ferreira, “a galeria de retratos está disseminada por todas as salas, os quadros históricos dispersos, os bustos nem sempre presidem a seção bibliográfica que representam”.<sup>208</sup> Além disso, documentos de séculos diferentes podiam ser encontrados lado a lado: um impresso junto a um manuscrito, uma litografia junto a uma pintura, constituindo um ambiente talvez mais próximo a um gabinete de colecionadores do que de uma exposição de história. O jornalista atribuiu estes percalços à falta de tempo e de espaço, que teriam impedido Ramiz Galvão e seus funcionários de organizar e dispor melhor de seus materiais. No entanto, cremos que ao invés de ser percebida como um problema, essa organização talvez demonstre um pouco a relação que se esperava que o visitante pudesse ter com o passado do país, ou talvez, com os documentos que estavam sendo expostos ali como elementos que forneciam um acesso direto àquele passado.

---

<sup>207</sup> Ibidem. p. 100.

<sup>208</sup> Idem.

Aqui cremos que vale a pena retomar a frase acima, em que Capistrano de Abreu faz um comentário sobre a exposição. Segundo ele, é muito possível que a ideia do evento tenha partido do ministro Homem de Mello, mas é interessante a consideração seguinte feita em seguida: a de que a obra terminada tenha causado espanto ao próprio idealizador. Ramiz buscava com a exposição e com o seu catálogo favorecer futuras investigações acerca da história do Brasil. Aliás, como vimos, este também era um dos principais objetivos dos *Anais da Biblioteca Nacional*. No entanto, parece-nos que, além disso, o bibliotecário queria que o visitante da exposição desenvolvesse uma relação afetiva com este passado, relação esta muito próxima àquela os antiquários mantinham com seus materiais. De acordo com Manoel Salgado, quando o conhecimento histórico tornou-se, de fato, uma ciência da história, o historiador tornou o passado distante, pois esta distância era necessária para a reflexão científica e o pleno conhecimento de seu objeto.<sup>209</sup> No entanto, o passado nem sempre foi concebido a partir deste afastamento, tampouco esta forma de se relacionar com a história atendia aos interesses de Ramiz, que afirmava claramente o objetivo de fazer “ressurgir” o passado por meio da exposição. Seu interesse com a exposição parece não ser construir uma linha de causalidade histórica para o passado, mas antes transformá-lo em “presença materializada”,<sup>210</sup> ou, à maneira dos antiquários, impregnar as salas da BN com um determinado passado, que poderia ser visto e sentido naqueles documentos, concebidos como a própria história exposta aos olhos dos homens do presente. Os materiais presentes na *Exposição de História do Brasil* não deixavam dúvidas de que as pessoas e os eventos lembrados ali existiram e que não só precisavam ser cultuados como o passado da pátria, mas que também poderiam trazer ensinamentos ao espectador:

Os reis de Portugal que durante três séculos senhorearam estas terras virgens, os governadores que presidiram o destino desta sociedade nascente (...), os caridosos missionários que a evangelizaram a custa de muita e com sacrifício da própria vida, os heróis sempre memoráveis da independência, tendo à frente o impetuoso, mas benemérito príncipe D. Pedro (...), todos eles, senhor, com suas obras e seus feitos aí estão projetando sobre nós uma radiosa luz, que é ensino vivificador.<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. Memória, história e museografia. In: BITTENCOURT, José Neves (Org.). *A História Representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 88

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Discurso de Ramiz Galvão proferido na abertura da Exposição de História do Brasil. *Jornal do Commercio*. 3 de dezembro de 1881. p. 1

Para Ramiz Galvão, o passado servia para despertar o fervor patriótico, estimular o amor pela pátria e, portanto, conseguir o mais importante: fazer com que o país seguisse no caminho do progresso. Para isso, não mediu esforços para a realização da Exposição de 1881. De acordo com o historiador François Hartog, com o advento do moderno regime de historicidade, a concepção de que era possível aprender com o passado perdeu em parte sua força, enquanto se fortalecia a ideia de que o passado é algo terminado e que, portanto, se os homens poderiam tirar alguma lição da história, ela deveria vir do futuro. No caso de Ramiz, é interessante perceber como era possível casar as noções de *historia magistra vitae* e de história como progresso, pois, para ele, o progresso não pressupunha um rompimento com o passado. Ao contrário, incorporava fatos e personagens de outrora, responsáveis pelo caminhar da nação:

A história é mestra da vida, disse o grande romano, um povo sem história é uma sombra que passa, não um marco que fica; é multidão confusa que acidentes dirigem e outros acidentes desfazem, não é falange compacta e invencível que afronta (...); é uma dúvida, não é um fato sociológico; é um esboço vago, não é uma tela imortal.<sup>212</sup>

Assim, a exposição lembrava ao espectador os homens e eventos do passado dignos de lembrança, uma vez que ajudaram a construir a história do Brasil mesmo quando ele ainda não existia como autônomo em relação a Portugal. Curioso é perceber quem são esses personagens lembrados e representados na exposição. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que figuram entre eles alguns portugueses, inclusive reis lusos, que governavam de Portugal a sua colônia na América. Voltamos aqui à questão levantada, em artigo já comentado, por Manoel Salgado Guimarães, que destacou como a tradição portuguesa fora incorporada pelo IHGB ao passado brasileiro. Com Ramiz Galvão não foi diferente (o que pode ser explicado pelo fato dele mesmo ser membro do Instituto Histórico). O passado colonizador não aparece como algo a ser superado, mas antes incorporado como parte de nossa história. E parte importante, é necessário completar, pois a presença portuguesa na América aparece como um elemento civilizador, especialmente pela presença dos missionários das ordens religiosas e seu trabalho de catequese dos indígenas, lembrado em todas as salas por meio de quadros, gravuras e documentos. Se o Brasil pode ser percebido como portador da civilização nos trópicos,

---

<sup>212</sup> Discurso de Ramiz Galvão proferido na abertura da Exposição de História do Brasil. *Jornal do Commercio*, 3 de dezembro de 1881. p. 1.

isso se deve à presença lusa nestas terras e à conversão pelos religiosos dos “povos selvagens” que aqui habitavam.<sup>213</sup>

Em segundo lugar, convém destacar que no passado construído e exposto nas salas da BN figuravam personagens muito específicos. Cabe lembrar que logo na entrada o visitante se deparava com representações dos imperadores do Brasil, além da de D. João VI. Ao longo das salas, eram trazidos à lembrança retratos da família imperial, membros da nobreza e administração portuguesa na América, religiosos notáveis, além de letrados, alguns dos quais davam nome às seções da exposição. Nas salas da biblioteca, não figuravam o “povo” ou as “multidões”, personagens que aparecem em diversos trabalhos de historiadores europeus oitocentistas como protagonistas da História Nacional.<sup>214</sup> Tampouco a questão escravista foi mencionada em algum momento. Na verdade, o que aparecia representado na exposição era antes a história do Estado, da Monarquia e de um seleto grupo de homens ilustres e eruditos. Foram essas pessoas que construíram, e continuavam a construir, a nação e que, portanto, mereciam ser lembradas. Como lembra Armelle Enders, tratava-se mais uma vez de uma concepção de história muito próxima àquela produzida pelo IHGB, interessada em cultivar a monarquia e um pequeno conjunto de “homens ilustres”. Em outras palavras, uma história em que a nação é concebida não como “povo”, como será pensada mais tarde, mas a partir de um viés aristocrático.

Assim, como podemos perceber até o momento, quem visitava a *Exposição de História do Brasil*, se deparava com um evento que buscava estimular em seus espectadores o amor pelo país. Ela ainda possibilitava o contato de seus visitantes com um determinado passado, presente ali nos documentos expostos. A partir destes documentos, era possível perceber que pessoas ilustres contribuíram para o engrandecimento da nação. Seus atos e feitos serviam de exemplo aos homens daquele presente, que deveriam se empenhar para que o país continuasse seu caminho em

---

<sup>213</sup> O sentimento de admiração que Ramiz Galvão nutria por Portugal pode ser percebido em outros trabalhos posteriores à *Exposição de História do Brasil*. Para a comemoração do centenário do descobrimento, Ramiz elaborou uma Galeria de História Brasileira, isto é, um álbum com reproduções de telas e gravuras que representavam grandes personagens e fatos da história brasileira. Constam nessa galeria nomes como o de Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, Marquês de Pombal, além de várias imagens de reis portugueses. Em um discurso datado de 1905, Ramiz mais uma vez expressa o apreço que sentia pelos portugueses e pelo trabalho que empreenderam na América, destacando que de Portugal o Brasil recebeu a sua crença, a sua língua e a civilização. (Ver: GALVÃO, Ramiz. *Galeria de História Brasileira (1500-1900)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d; \_\_\_\_\_. *Discurso que proferiu em honra da oficialidade canhoneira portuguesa pátria na sessão solene de 15/10/1905*. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1905).

<sup>214</sup> É o caso, por exemplo, de Michelet, que faz do povo o grande protagonista de sua história.

direção ao progresso. Mas os documentos mostravam mais ainda. Os jornais, as fotografias, as pinturas e as cartas geográficas eram também provas dos progressos do país nestas artes e matérias e, especialmente no caso dos mapas, relatos de viajantes e cartas geográficas, hidrográficas e topográficas, apresentavam também ao visitante lugares distantes do país, riquezas naturais, além de espaços que serviram de cenário para alguns eventos de nosso passado. Segundo Maria Inês Turazzi, a *Exposição de História do Brasil* deve ser entendida no contexto das exposições agrícolas, industriais e artísticas promovidas entre 1840 e 1889 pelo Império Brasileiro. De acordo com a autora, essas exposições (e aí pode ser incluído o evento realizado pela Biblioteca Nacional) construía uma crença inabalável na “abundante riqueza” da nação e em seu “futuro grandioso e promissor”. Ela ainda possibilitava um processo de autoconhecimento dos brasileiros e de seu território, além de aproximar o Brasil das ideais de civilização e progresso.<sup>215</sup> A partir dos documentos expostos, era possível conhecer o país, os personagens que lhes deram contornos, sua geografia, suas riquezas naturais, sua história.

A *Exposição de História do Brasil*, no entanto, foi efêmera. No dia 5 de janeiro de 1882, Ramiz escreveu um ofício ao conselheiro Souza Dantas informando que os trabalhos haviam sido concluídos “com aplauso geral do país” e que os objetos expostos seriam aos poucos restituídos aos seus donos. Após um mês, a exposição chegava ao fim.<sup>216</sup> No entanto, em julho deste mesmo ano, Ramiz ainda colhia os louros de seu trabalho, recebendo uma medalha de ouro na Exposição Continental, realizada em Buenos Aires. O motivo da condecoração não foi exatamente o seu trabalho na BN, nem o evento sobre a História do Brasil, mas aquele que seria tomado como seu principal fruto: o catálogo da exposição. A homenagem recebida na capital argentina despertou a ira de alguns concorrentes, que asseguravam que a obra não era mais do que um inventário de livros, estampas e mapas, na qual se viam algumas poucas notas sobre livros antigos. As bibliografias de Barros Arana, Navarro Viola e Zinny, diziam, eram-lhe muito superiores.<sup>217</sup>

Essa, no entanto, parece não ser a opinião do historiador José Honório Rodrigues. Segundo ele, a obra desenvolvida por Ramiz Galvão e seus funcionários

<sup>215</sup> TURAZZI, Maria Inês. *Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico*. STEPHAN, Beatriz Gonzales e ANDERMANN, Jens (Org.). *Galerias del Progreso. Museus, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006. p. 118.

<sup>216</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário (1882-1883)*. Ofício de 5 de janeiro de 1882.

<sup>217</sup> *Gazeta de Notícias*. 23 de julho de 1882. p. 2.

supera até mesmo grandes catálogos, como a *Biblioteca Lusitana*, do abade Diogo Barbosa Machado, e o *Dicionário* de Inocêncio:

O catálogo da presente exposição não é pura e simplesmente um indicador de livros, painéis, estampas ou medalhas. Tanto quanto no-lo permitiram o espaço e o tempo, vai nele um esboço da bibliografia brasileira, considerada a história em sua maior amplitude, e não esquecidos os documentos subsidiários que a podem esclarecer.<sup>218</sup>

Para José Horório Rodrigues, mais do que a exposição, o catálogo era a grande obra e, de acordo com Capistrano de Abreu, o principal objetivo de Ramiz Galvão. Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo também destacaram a importância do Catálogo produzido naquela ocasião, lembrando que, embora vários diretores da Biblioteca Nacional tenham se empenhado em produzir um levantamento do acervo da instituição, foi somente na gestão de Galvão que se organizou uma obra de tal magnitude, afinal, foi também durante a sua administração que a BN passou a ter uma maior preocupação com a questão da memória nacional e com o resgate do passado.<sup>219</sup> Segundo as autoras, a obra era, de fato, um verdadeiro monumento: naquela época, nenhum país tinha um catálogo tão grandioso quanto aquele produzido por Galvão e seus auxiliares.

O próprio bibliotecário afirmava em um ofício que os preparativos para o evento davam a ele a grande oportunidade de organizar um catálogo completo, um tesouro de informações sobre nossa história e nosso território, e que serviria de ponto de partida para “investigações ulteriores”.<sup>220</sup> Como vimos, a ideia de publicar documentos que servissem para compreender e escrever a história do Brasil era algo já presente nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Com as pesquisas realizadas para a exposição, seria possível desenvolver uma publicação mais completa, pautada na ideia de exaustão, pois visava reunir tudo o que concernia à nossa história. Além disso, o catálogo não era efêmero, como a exposição. Teria o caráter de permanecer para além dela e concretizar o que seria a principal função da Biblioteca Nacional (função esta que, como vimos, era reafirmada o tempo todo por seu diretor): servir aos estudiosos e ser concebida como um lugar de pesquisa e investigação.

<sup>218</sup> RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: *Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. 3v.

<sup>219</sup> KURY, Lorelai e AMADEO, Maria Eliza. *Op. Cit.* p. 325.

<sup>220</sup> GALVÃO, Ramiz. *Ofício dirigido ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de uma exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da exposição*. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1880.

O catálogo traz um levantamento de quase vinte mil documentos e foi dividido em duas seções, uma denominada *literária*, subdividida em “preliminares” e “história do Brasil”, e outra chamada de *artística*. Para auxiliar os interessados, Ramiz subdividiu cada uma dessas seções em classes específicas. Assim, no item “preliminares”, o leitor se depara com documentos divididos em três classes: a primeira relativa a obras de geografia do Brasil, a segunda com obras de estatística e a terceira com publicações periódicas. Se a primeira parte da seção literária trazia referências de obras acerca de nossa geografia, províncias, recursos naturais e populacionais, a segunda parte, denominada de “História do Brasil”, trazia um longo repertório de documentos que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos de “históricos”. É curioso perceber que o bibliotecário teve o cuidado de dividi-los por espaço (destacando aqueles que traziam notícias do “Brasil” e aqueles específicos sobre a história de cada província), mas também pelo tempo. Assim, o leitor poderia ter acesso a documentos específicos dos anos de 1500 a 1548, de 1549 a 1639, e assim por diante. Em seguida, o catálogo dividia os documentos por categorias: História administrativa, eclesiástica, constitucional, diplomática, militar, natural, literária e das artes, econômica e biográfica. Havia ainda uma última classe, denominada numismática, na qual era possível ter acesso a indicações de medalhas e moedas dos tempos da colônia e Império. Por fim, a última seção, denominada artística, era dividida em seis classes: vistas e paisagens; história; tipos, usos e trajes; genealogia e heráldica; retratos, estátuas e bustos; história natural.

Em relação ao catálogo, gostaríamos de levantar duas questões que julgamos relevantes para entender esta obra e para retomar alguns elementos já tratados anteriormente. O primeiro ponto que gostaríamos de destacar diz respeito a uma certa independência que o catálogo mantém em relação à exposição. Se esta, como vimos, buscava falar aos sentidos e ao sentimento do espectador, o catálogo, por sua vez, talvez correspondesse à ordenação mais metódica pretendida por Félix Ferreira. Nele, os documentos encontram-se ordenados pelo espaço, tempo e categoria ao qual se referiam. Neste ponto, o catálogo parece ligar-se mais aos *Anais*, na medida em que tinha como objetivo servir aos estudiosos, fornecendo documentos a partir dos quais seria possível desvelar a nossa história e indicando onde poderiam ser encontrados. Assim, se os *Anais* publicavam notícias de documentos da Biblioteca Nacional, revelando, como vimos, as riquezas da instituição, o Catálogo era ainda mais amplo, revelando documentos de outros arquivos e mesmo de particulares.

Chegamos, assim, ao segundo ponto que nos parece relevante e que se refere à constituição de um patrimônio documental por meio do catálogo da exposição e também por meio dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Durante a gestão de Ramiz Galvão, o interesse não apenas pela procura, mas também pela divulgação e publicação de documentos que laçassem luz sobre a história do Brasil acabou por estimular não só a publicação dos *Anais*, mas também a ideia de se fazer uma exposição e fazer um catálogo de tudo que houvesse no país que servisse para compor a sua história. Se a escrita da história precisava de documentos para se realizar, esses deveriam ser levantados, localizados, descritos, expostos e organizados em um catálogo. Os estudiosos deveriam saber não só de sua existência, mas também onde poderiam encontrá-los. Se os documentos estivessem fora do país, era indispensável, então, que fossem comprados, afinal, eram necessários para que os brasileiros conhecessem a sua história, ou melhor, representavam essa própria história em sua materialidade. Como disse Ramiz Galvão, era “tempo de correr em busca do que dorme esquecido nos arquivos estrangeiros, e que forçoso é reunir no seio da pátria”.<sup>221</sup> Tendo este como um de seus objetivos, Ramiz percorreu diversos países europeus, comprando documentos e tecendo relações com livreiros que o avisavam de leilões e vendas de acervos privados. Mas era necessário também descobrir o que existia aqui mesmo no Brasil. Começou pela própria Biblioteca Nacional e o que descobria, publicava nos *Anais*. Em seguida, tendo como objetivo a Exposição, passou a solicitar informações de documentos existentes em diversos órgãos e províncias. Aos poucos, levantou o que fora possível sobre os documentos que existiam no país, publicando-os num volumoso catálogo.

---

<sup>221</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 02 de julho de 1880. Mss.

## **Considerações Finais**

Para finalizar este trabalho, gostaríamos de ressaltar que não foi nosso objetivo esgotar as possibilidades de análise acerca do papel ocupado por Ramiz Galvão no ambiente letrado de seu tempo ou mesmo as discussões a respeito dos *Anais da Biblioteca Nacional* e do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, publicações que por si só mereceriam um estudo à parte. No entanto, gostaríamos de retomar algumas discussões que julgamos importantes e que nossa pesquisa, apesar de seus limites, talvez possa ajudar a pensar. Paralelamente, aproveitamos também para ressaltar alguns pontos que podem ser aprofundados em possibilidades futuras de pesquisa.

Uma das questões que levantamos nesta pesquisa refere-se à trajetória de Ramiz Galvão e ao sentido linear e unitário a partir do qual seus contemporâneos e biógrafos posteriores a compreenderam. No capítulo 1, embora não tenha sido nosso intuito realizar uma biografia do bibliotecário, buscamos abordar alguns aspectos de sua vida, especialmente a sua formação até assumir a direção da Biblioteca Nacional. Nosso propósito, primeiramente, era situar o leitor, levando-o a conhecer um pouco do personagem central desta monografia. Em segundo lugar, ressaltar também a imagem que se criou sobre ele, imagem esta que é fruto de discursos construídos por seus contemporâneos e também por estudiosos que, posteriormente, se debruçaram sobre sua vida. O resultado, como vimos, foi a construção da imagem de um homem devotado ao trabalho e aos estudos, mas que não chegou a realizar uma grande obra.

Creemos que seria interessante o esforço de realizar um trabalho mais específico centrado na trajetória de Ramiz Galvão. No entanto, acreditamos que este estudo tem de ser feito não com o objetivo de exaltar a sua figura e mais uma vez comprovar sua inclinação para as letras e o trabalho. Como aluno e professor do Colégio Pedro II, membro do IHGB, da ABL e da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão passou por algumas das mais importantes instituições do Império e da República. Nelas, realizou projetos, mas também construiu relações pessoais importantes e cujo estudo pode revelar elementos interessantes acerca do ambiente letrado de sua época. Uma análise mais específica da vida de Galvão certamente será mais produtiva se pensar os seus múltiplos pertencimentos, se propuser compreender os lugares de sociabilidade dos homens de sua geração e também os projetos de país pensados por estes intelectuais.

O segundo ponto abordado nesta monografia nos remete ao capítulo 2, em que propusemos analisar as principais mudanças no funcionamento da Biblioteca Nacional durante a gestão de Ramiz Galvão. Vimos que nos doze anos em que o bibliotecário presidiu a instituição, a BN mudou substancialmente: ampliou seu público e seu horário de funcionamento; ganhou algumas melhorias estruturais, como a iluminação a gás; contratou novos funcionários (um dos quais seria colocado, mais tarde, no panteão da historiografia brasileira) e fortaleceu-se como uma instituição de memória, especialmente a partir dos *Anais da Biblioteca Nacional* e do *Catálogo de Exposição de História do Brasil*. Faltava-lhe um prédio novo, mas ele só seria inaugurado no início do século XX, apesar dos pedidos constantes de Frei Camilo ainda no século XIX.

Assim como raros são os estudos sobre Ramiz Galvão, poucas são também as obras que analisam de forma mais aprofundada a história da Biblioteca Nacional. Faltam estudos que tratem das funções e dos trabalhos desenvolvidos dentro desta instituição, especialmente no momento anterior à sua mudança para o seu atual prédio. Com nossa pesquisa, buscamos ajudar a compreender um pouco da trajetória da BN ainda na época do Império, quando ela se constituiu em um lugar de investigação preocupado em encontrar e divulgar subsídios para estudar e entender a nação brasileira.

A questão da formação histórica da nação esteve presente no capítulo 3 de nosso trabalho. A partir das análises das realizações marcantes do período de Ramiz Galvão – os *Anais da Biblioteca Nacional* e a *Exposição de História do Brasil* (bem como de seu catálogo) –, ele buscou mostrar como o trabalho realizado dentro da biblioteca também visava auxiliar na construção do conhecimento sobre a história do país, que, de acordo com as concepções da época, só poderia ser escrita a partir de documentos. Tomando como ponto de partida os trabalhos desenvolvidos por Manoel Salgado Guimarães e Armelle Enders sobre a historiografia oitocentista, percebemos que tanto os *Anais* quanto a exposição e o seu catálogo, tinham o objetivo de fazer da Biblioteca Nacional um espaço comprometido e preocupado com a construção de um passado para a nação.

Apesar de existirem inúmeros trabalhos que buscam entender como a historiografia do século XIX preocupou-se com a questão da formação histórica da nação brasileira, acreditamos que pouco se discutiu no sentido de buscar definir o que se entendia por “nação” naquele momento. No entanto, na sucinta análise que fizemos da exposição de 1881, pretendemos mostrar que a idéia de nação não estava ligada aos “grandes heróis”. Tampouco o “povo brasileiro” aparece como protagonista dos eventos. Na verdade, a “nação” que a Biblioteca Nacional parece propagar nas páginas

de suas publicações e nas salas de sua exposição encontra-se profundamente imbricada ao Estado e à Igreja, possui como personagens principais de sua formação um grupo de “homens notáveis” e tem como elemento central de sua narrativa o próprio imperador, que, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, é uma representação simbólica do Estado e de seus súditos.<sup>222</sup>

No discurso de inauguração da *Exposição de História do Brasil*, Galvão afirmou que o trabalho é a grande alma do progresso e a força que faz um povo caminhar. Ao dizer isso, certamente se mostrava imbuído da noção de progresso que tão fortemente estava presente em seu tempo e nas suas realizações dentro da Biblioteca Nacional. Afinal, vimos que, retirando exemplos do passado, era intuito do bibliotecário mostrar como o país traçava o seu caminho inexorável em direção a um futuro grandioso e promissor. Mas, lida de outra maneira, esta frase também pode nos mostrar um pouco sobre a personalidade daquele bibliotecário, cuja fé no trabalho fez com que atuasse doze anos à frente de uma instituição, conseguindo transformá-la num espaço de saber propagador desse otimismo em relação ao caminho seguido pelo país.

---

<sup>222</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 13.

## **Fontes**

### **- BIBLIOTECA NACIONAL**

- Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-1882.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Apontamentos diários*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Ata do concurso para preenchimento de uma vaga de oficial da Biblioteca Nacional*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Avisos (1870-75)*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Avisos (1875-96)*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Avisos (1876-80)*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Avisos (1881-84)*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Avisos do Império*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Carta de Ramiz Galvão dirigida ao diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Mendes da Rocha, oferecendo parte de seus livros*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Coleção Ramiz Galvão (1872-1925)*.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Contas (1869-91)*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência dirigida a Benjamin Franklin Ramiz Galvão*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência dirigida ao diretor da Biblioteca Nacional*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência expedida*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Estatísticas de leitura de 1876*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Exposição de história do Brasil. Nome dos expositores*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de registro de entrada de obras por contribuição legal*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.

- BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de registro de entrada e consulta de Manuscritos*.  
Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Ofícios (1871-1875)*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Plano Geral da Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s/d.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Relação de Obras enviadas a Biblioteca Nacional pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório da seção de Impressos e Cartas Geográficas*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de registro de entrada de obras por aquisição*. Coleção Biblioteca Nacional. Mss.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Coleção Salvador de Mendonça*. Mss.
- FERREIRA, Felix. *A Exposição de História do Brasil. Notas bibliográficas*. Rio de Janeiro: s/e, 1882.
- GALVÃO, Ramiz. (Org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998, 3v.
- \_\_\_\_\_. *Ofício dirigido ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de um Exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da Exposição*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 19 de agosto de 1880.
- \_\_\_\_\_. *Relatório sobre os trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- \_\_\_\_\_. *Vida de Frei Camilo. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger e Filhos, 1884/85.
- Jornal do Commercio*. 02 de dezembro de 1881.
- Jornal do Commercio*. 03 de dezembro de 1881.
- Jornal do Commercio*. 25 de julho de 1822.
- Gazeta de Notícia*. 03 de dez de 1881.
- Gazeta de Notícia*. 17 de maio de 1882.
- Gazeta de Notícia*. 28 de maio de 1882.
- Gazeta de Notícia*. 23 de julho de 1882.
- Gazeta de Notícia*. 25 de julho de 1822.

**- IHGB**

FLEIUSS, Max. Ramiz Galvão. *Revista do IHGB*, v. 171, p. 313-7, 1936.

GALVÃO, Ramiz. O Imperador e a Instrução Pública. *Revista do IHGB*, v.98, p.363-70, 1925.

\_\_\_\_\_. Gratas Reminiscências. *Revista do IHGB*, t. 98, v. 152, p. 859-61, 1925.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

\_\_\_\_\_. *Galeria de História Brasileira (1500-1900)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d.

\_\_\_\_\_. *Discurso que proferiu em honra da oficialidade canhoneira portuguesa pátria na sessão solene de 15/10/1905*. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1905.

RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56.

SOARES, José Carlos Macedo. Centenário de Ramiz Galvão. *Revista do IHGB*, v. 191, p. 294-302, 1946.

VALADÃO, Alfredo. Necrológios... *Revista do IHGB*, v.173, p. 838-92, 1938.

**- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**

ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário da Biblioteca Nacional*. 1868-1882. 5v.

ARQUIVO NACIONAL. *Emendas, decretos e portarias do Colégio Pedro II*. 1838-72.

ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Reitor*. 1867-1870.

ARQUIVO NACIONAL. *Correspondência da Sociedade Amante da Instrução*.

**- NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II**

NUDOM. *Livro de Matrícula do ano de 1858*.

DORIA, Escragnoille. *Memória Histórica do Colégio Pedro II. 1837-1937*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

**- DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA INTERNET**

## 1) SITE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

CORREIA, Viriato. Discurso de Posse na ABL, 1938. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6890&sid=302>; acessado em 05 de maio de 2009.

GALVÃO, Ramiz. Discurso de Posse na ABL, 1928. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8458&sid=301>; acessado em 05 de maio de 2009.

2) EM <HTTP://WWW.CRL.EDU/BRAZIL/MINISTERIAL/IMPERIO> ESTÃO DISPONÍVEIS OS RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO PRODUZIDOS ENTRE 1821 E 1888. FORAM CONSULTADOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

BRASIL. Ministério do Império. Ministro Paulino José Soares de Souza. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1870.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1870 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1871.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1871 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1872.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 15ª Legislatura. Em aditamento ao de 8 de Maio de 1872*. Publicado em 1873.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 15ª Legislatura*. Publicado em 1873.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1873 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 15ª Legislatura*. Publicado em 1874.

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1874 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 15ª Legislatura*. Publicado em 1875.

- BRASIL. Ministério do Império. Ministro José Bento da Cunha e Figueiredo. *Relatório do ano de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 16ª Legislatura*. Publicado em 1877.
- BRASIL. Ministério do Império. Ministro Antonio da Costa Pinto e Silva. *Relatório do ano de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 16ª Legislatura*. Publicado em 1877.
- BRASIL. Ministério do Império. Ministro Carlos Leôncio de Carvalho. *Relatório do ano de 1877 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura*. Publicado em 1878.
- BRASIL. Ministério do Império. Ministro Carlos Leôncio de Carvalho. *Relatório do ano de 1878 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura*. Publicado em 1879.
- BRASIL. Ministério do Império. Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas. *Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 18ª Legislatura*. Publicado em 1882.
- BRASIL. Ministério do Império. Ministro Rodolpho Epiphany de Souza Dantas. *Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 18ª Legislatura*. Publicado em 1882.
- BRASIL. Ministério do Império. Ministro Pedro Leão Veloso. *Relatório do ano de 1882 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 18ª Legislatura*. Publicado em 1883.
- \_\_\_\_\_. Bibliotecas Públicas da Europa. *Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1874*. Rio de Janeiro, 1885.

## **Bibliografia**

- ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 1999.
- ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional. Resumo Histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897.
- ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- AMADEO, Maria Eliza e KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 120, p. 323-34, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAGAO, Pedro Moniz de. João Alfredo e a Remodelação do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, n. 190, p. 45-57, 1946.
- \_\_\_\_\_. João Alfredo e a Lei do Ventre Livre. *Revista do IHGB*, n. 251, p. 184-92, 1961.
- \_\_\_\_\_. Primeiros Passos de João Alfredo na Vida Pública. *Revista do IHGB*, n. 196, p. 235-8, 1947.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. Dicionário das Famílias Brasileiras. S/l: s/e, s/d.
- BARATIN, Marc. e JACOB, Christian. *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BARMAN, Roderick J. A formação dos grupos dirigentes políticos do Segundo Reinado. *Revista do IHGB. Anais do Congresso de história do Segundo Reinado. Comissão de História Política e Administrativa*. Brasília, RJ: 1984. V. 2. p. 61-86.
- BESSONE, Tânia. *Palácios de Destinos Cruzados. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.
- \_\_\_\_\_. A biblioteca de Rui Barbosa: origens e preservação. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P das (Org.). *Livros e Impressos. Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p.303-30.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2002. p. 183-91.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar, escrever a história. A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2007.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, São Paulo, 2007.

- \_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia no Brasil. Perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, jan/abr, vol.5, n.11, p. 173-191, 1991.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Práticas de Leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem dos Livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Colégio de Pedro II e o Ensino Secundário da Boa Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários de República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- ENDERS, Armelle. “O ‘Plutarco brasileiro’ – a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado”. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FILHO, A. Mauricéa. *Ramiz Galvão (o Barão de Ramiz) 16/06/1846 a 09/03/1938; ensaio biográfico e crítico*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1972.
- FONSECA, Edson Nery da. *Ramiz Galvão. Bibliotecário e bibliógrafo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (Org.). *O*

- Brasil Imperial*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 425-65.
- GONTIJO, Rebeca. A vida póstuma de um historiador nacional: Capistrano de Abreu, memória e biografia. In: XXIII Simpósio Nacional da ANPUH: Guerra e Paz, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio da ANPUH - Guerra e Paz*. São Paulo: ANPUH, 2005.
- GRINBERG, Keila. João Alfredo. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.398-9.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- \_\_\_\_\_. Memória, história e museografia. In: BITTENCOURT, José Neves (Org.). *A História Representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 75-96.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomia. A história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- HARTOG, François. *Régimes d'Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2002. p. 167-82.

- LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no Império do Brasil. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 467-97.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: Revel, Jacques. *Jogos de Escalas. A experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 224-249.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. SP: Ática, 1996.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras. Notas e documentos para a sua história (1896-1940)*. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1948.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 13-44.
- \_\_\_\_\_. Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 119-53.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). *Livros e Impressos. Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, nº 26, 2000.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 216-39.
- ORLANDI, Eni Puccineli (Org.). *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993.
- PESAVENTO, Sandra (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi. Vol 1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: *Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. 3v.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 3v.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 1999. p. 273-311.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como Missão*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- TUBINO, Nina. *Sinopse Biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938*. Brasília: s/e, 1994.
- TURAZZI, Maria Inês. Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. STEPHAN, Beatriz Gonzales e ANDERMANN, Jens (Org.). *Galerias del Progreso. Museus, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006.
- \_\_\_\_\_. A Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. *Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH*.
- VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu. Capítulos de História Colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*. São Paulo: SENAC, 2004. p. 172-89. p. 173